



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

CAMILA COSTA CAMPOS DE ABREU

**REFLEXÕES SOBRE UTILIDADE SOCIAL E IMPACTO SOCIAL EM
METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO À LUZ DA EXPERIÊNCIA DE MATARANDIBA**

Salvador
2020

CAMILA COSTA CAMPOS DE ABREU

**REFLEXÕES SOBRE UTILIDADE SOCIAL E IMPACTO SOCIAL EM
METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO À LUZ DA EXPERIÊNCIA DE MATARANDIBA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho.

Salvador
2020

CAMILA COSTA CAMPOS DE ABREU

**REFLEXÕES SOBRE UTILIDADE SOCIAL E IMPACTO SOCIAL EM
METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO À LUZ DA EXPERIÊNCIA DE MATARANDIBA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração.

Aprovada em: 18 de dezembro de 2020.

Banca examinadora

Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho (Orientador)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Jair Sampaio Soares Júnior
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Jeová Torres Silva Júnior
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Lucy e Francisco, à minha irmã Thais juntamente com meu cunhado Maurício, e ao meu namorado Ulrik, por terem ido tão longe comigo neste trabalho e ao mesmo tempo acompanhando de perto meu dia a dia, enviando força e transmitindo a dedicação que se precisava no decorrer.

Ao Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho, quem educa com sabedoria e que merece a gratidão por esse processo de construção ter acontecido.

Aos amigos, aos colegas da turma de mestrado, por fazerem mais parte da jornada do que eles pensam.

À Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pelas reflexões e sugestões recebidas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Aos professores participantes da banca examinadora Jeová Torres Silva Júnior e Jair Sampaio Soares Júnior pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

ABREU, Camila Costa Campos de. Reflexões sobre utilidade social e impacto social em metodologias de avaliação à luz da experiência de Matarandiba. Orientador: Genauto Carvalho de França Filho. 146 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender a natureza de duas metodologias de avaliação que se relacionam através de diferentes campos do conhecimento: o de utilidade social e o de impacto social. Cada qual contribuindo com conceitos, noções e uma amplitude de técnicas de aplicação. Para esta proposta, buscamos analisar a metodologia de avaliação da Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade a partir da utilidade social, assim como a metodologia do *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos de impacto* a partir da reflexão do que aproxima e diferencia as metodologias de avaliação. Nesse sentido, os objetivos do trabalho se apresentam por i) situar o contexto de origem e desenvolvimento do tema de avaliação de utilidade social e de impacto social; (ii) realizar a experiência de uso das metodologias de avaliação e finalmente (iii) analisar os pontos comuns e as distinções entre as duas metodologias de avaliação. No contexto da aplicação, integrou-se a experiência de uso das metodologias à atuação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) Matarandiba – Ilhamar, no intuito de apoiar-se em uma experiência socioeconômica que busca fortalecer a economia local. Este trabalho de pesquisa se caracteriza como qualitativa, do tipo interpretativa, que utiliza análise de conteúdo como técnica de análise dos dados. Sendo assim, o estudo realizado aponta para a compreensão de bases distintas das duas noções através das metodologias que se relacionam por utilidade social e por impacto social, as quais expressam diferentes vertentes em termos de legitimidade buscada, a escala de efeitos analisados e os métodos empregados. Ao confrontar os principais pontos de referência de ambas metodologias é possível estabelecer distinções significativas quanto a preferência por procedimentos participativos e negociados com apropriação e adaptação de critérios e indicadores para fins sociais imbricados às questões de utilidade social, enquanto que por outra vertente existe procedimentos de uma avaliação sumativa sujeitos ao conceito de impacto social os quais estabelecem uma base de compreensão baseada em verificação de processos de intervenção sobre uma visão objetiva para mensuração de impacto.

Palavras-chave: Utilidade social. Impacto social. Metodologias de avaliação.

ABREU, Camila Costa Campos de. Reflections on social utility and social impact in the use of evaluation methodologies in the light of the Matarandiba experience. Orientador: Genauto Carvalho de França Filho. 146 f. 2020. Thesis (Master in Administration) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the potential behind utilising two different evaluation methodologies simultaneously, namely the “*Mandala for Reflective Self-assessment of Sustainability Based on Social Utility*” and the “*Guide for Socio-environmental Impact Assessment for Use in Investment Impact*”. Each of the respective methodologies contribute with its own concepts, notions as well as a wide range of assessment techniques. In this sense, the objective of this work is threefold: (i) to situate the context of origin and development of the theme of evaluating social utility and social impact, (ii) to carry out the experience of using the evaluation methodologies in an applied scenario, and (iii) to present an analysis of what approximates and differentiates the respective evaluation methodologies. In order to carry out this investigation, the methodologies were applied and integrated into the performance of a Community Development Bank in Matarandiba, Brazil, which supports itself through its socioeconomic efforts that ultimately aim to strengthen the local economy. The research is characterised by its qualitative and interpretive nature which uses content analysis as its data analysis technique. Thus, the study points to the understanding of different bases of the two notions through the methodologies that are related by social utility and social impact, which express different aspects in terms of sought legitimacy, scale of effects and methods employed. When confronting the main points of reference of both methodologies, it is possible to establish significant distinctions as to the preference for participatory procedures and negotiated with the appropriation and adaptation of criteria and indicators for social purposes overlapping with issues of social utility, while on the other hand, there are procedures of a different nature - summative assessment subject to the concept of social impact which establish a basis of understanding based on verification of intervention processes on an objective view to measure impact.

Keywords: Social Utility. Social Impact. Evaluation methodologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mandala de autoavaliação reflexiva a partir da Utilidade Social	48
Figura 2	Construção e uso da Teoria da Mudança	66
Figura 3	Princípio da medição por verificação de adicionalidade	69
Figura 4	Teoria da Mudança aplicada a investimentos e negócios de impacto	72
Figura 5	Níveis de medição para verificação de adicionalidade	77
Figura 6	Localização Vila de Matarandiba	84
Figura 7	Mapa Rede EcosMar	85
Figura 8	Logomarca do Banco Comunitário Ilhamar	98
Figura 9	Frente e verso do conjunto das Moedas Sociais Concha, com imagens-símbolos da cultura local	100
Figura 10	Mandala de autoavaliação reflexiva a partir da Utilidade Social e escala de cores	104
Figura 11	Mandala do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar	108
Figura 12	Teoria da Mudança do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Vantagens e limitações dos níveis de medição	79
Quadro 2	Mandala do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar	110
Quadro 3	Fontes de tensão.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIS	Avaliação de Impactos Sociais
ASCOMA	Associação Comunitária de Matarandiba
ASCOMAT	Associação Cultural de Matarandiba
BA	Bahia
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BCDI	Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar
BIP 40	<i>Baromètre des Inégalités et la Pauvreté</i>
CAC	Comitê de Análise de Crédito
CCM	Conselho Comunitário de Matarandiba
EAF	Entidades de Apoio e Fomento
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
ESS	Economia Social e Solidária
EUA	Estados Unidos da América
GPI	<i>Genuine Progress Indicator</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEWB	<i>Index of Economic Well-Being</i>
INSPER	Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa
IRIS	Impacto Reportado por Padrões de Investimento
IS	Impacto Social
ISEW	<i>Index of Sustainable Economic Welfare</i>
ISH	<i>Index of Social Health</i>
ITES	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial
METRICIS	Núcleo de Medição para Investimentos de Impacto Socioambiental
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento
RLES	Rede Local de Economia Solidária
PSI	<i>Personal Security Index</i>

SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes
SP	São Paulo
SROI	Retorno sobre o Investimento Social
UFBA	Universidade Federal da Bahia
US	Utilidade Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 UTILIDADE SOCIAL E IMPACTO SOCIAL: MAPEANDO DUAS METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO	21
2.1 POR QUE AVALIAR UTILIDADE SOCIAL?	21
2.1.1 O que representa a avaliação da Utilidade Social	29
2.1.2 Utilidade Social e novos fatores de riqueza	36
2.2 COMO AVALIAR UTILIDADE SOCIAL: UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA – MANDALA DE AUTOAVALIAÇÃO REFLEXIVA DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA UTILIDADE SOCIAL	46
2.3 POR QUE AVALIAR IMPACTO SOCIAL?	60
2.4 COMO AVALIAR IMPACTO SOCIAL: UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA – GUIA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL PARA UTILIZAÇÃO EM NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS DE IMPACTO	68
2.4.1 Níveis de Medição	75
3 A EXPERIÊNCIA DE USO DAS METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE UTILIDADE SOCIAL E IMPACTO SOCIAL	81
3.1 A VILA DE MATARANDIBA E A FORMAÇÃO DA REDE DE ECONOMIA SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA	81
3.2 SITUANDO A EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ILHAMAR	91
3.3 TESTANDO A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE UTILIDADE SOCIAL: MANDALA DE AUTOAVALIAÇÃO REFLEXIVA DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA UTILIDADE SOCIAL	101
3.3.1 A aplicação da metodologia de avaliação da Utilidade Social	103
3.3.2 Os resultados alcançados da aplicação da metodologia de avaliação da Utilidade Social	109
3.4 TESTANDO A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL: GUIA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL PARA UTILIZAÇÃO EM NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS DE IMPACTO	114
3.4.1 Condições requeridas para a aplicação da metodologia e limites no protocolo utilizado para montagem e adaptação ao objeto	115
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119

REFERÊNCIAS	124
ANEXO A – MANDALA DE AUTOAVALIAÇÃO REFLEXIVA A PARTIR DA UTILIDADE SOCIAL	132
ANEXO B – ORIENTAÇÕES PARA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA MANDALA DE AUTOAVALIAÇÃO REFLEXIVA	136
ANEXO C – SISTEMATIZAÇÃO SÍNTESE – MANDALA	143

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios que as organizações enfrentam nos últimos anos é conciliar os resultados dos seus propósitos com as necessidades sociais, o que requer que elas se envolvam efetivamente com ações que possam contribuir com a criação de uma sociedade mais justa e sustentável. Em geral, essas ações visam impactos socioambientais, assim como contribuem com a melhoria da qualidade de vida das pessoas que, direta ou indiretamente, são influenciadas pelos produtos e serviços das organizações.

Embora haja a compreensão de que a gestão de políticas e programas de erradicação da pobreza e das desigualdades sociais ainda seja uma competência essencial do Estado, a responsabilidade social já vem sendo praticada amplamente, tornando-se um diferencial no mundo das organizações. Nesse seguimento, a realização de projetos ou programas sociais passa a se tornar uma responsabilidade de todas as organizações, sejam elas públicas, privadas, do terceiro setor, entre outras, as quais devem atuar cada vez mais em sinergia, consolidando parcerias e alianças estratégicas com foco no atendimento de demandas sociais, cada vez mais urgentes e complexas.

Referente aos projetos e programas sociais, além desses esforços realizados em prol do atendimento de demandas sociais, existe uma vertente que acompanha uma crescente preocupação em se avaliar os resultados sociais dessas atividades, a qual é representada pela área de avaliação de programas e projetos sociais. Esta diz sobre colocar as muitas formas de articular, questionar ou mobilizar intervenções que possam demonstrar, no cerne da avaliação, o potencial e a possível prestação de contas dessas organizações (GILLE; LASIDA; MACHADO, 2018).

Nesse âmbito, há a necessidade de criação de procedimentos que possam avaliá-los quanto a efetividade dos seus resultados, uma vez que sempre existe uma cobrança, seja dos financiadores, governo ou das próprias comunidades beneficiadas, relacionada às evidências que possam demonstrar o alcance dos resultados oriundos desses projetos e programas. Isso sinaliza a importância da implementação de procedimentos adequados de avaliação para qualquer projeto, programa ou ação social, os quais também podem viabilizar informações importantes que poderão nortear decisões estratégicas para as organizações visando à melhoria de ações sociais em diversos setores.

Tradicionalmente, no que diz respeito à avaliação de projetos, promotores de projetos sociais recorrem a medidas de impacto social ou avaliação de projetos para um certo regime de “prova” baseado em representações da dimensão social e ambiental. Nesse contexto, ora eles

se aplicam para questionar a *accountability* das organizações, ora para demonstrar e convencer financiadores privados ou públicos dos bons resultados de projetos sociais (FONDA, 2017). Contudo, em termos de abordagens utilizadas, um processo de avaliação pode envolver outras perspectivas, tais como aquelas que trabalhem sua identidade, considerem novas missões e destaquem valores inesperados (GILLE; LASIDA; MACHADO, 2018). Nesse sentido, ao considerar muitas das noções frequentemente usadas dentro do processo de avaliação, dentre elas, temos abordagens de duas correntes teóricas, como as perspectivas de utilidade social e impacto social. Duas abordagens importantes, as quais têm motivado diversas ações por parte de diversas organizações, assim como a realização de muitas pesquisas científicas sobre o tema.

Embora os dois termos sejam às vezes – indevidamente – usados para descrever o mesmo âmbito da avaliação extraeconômica, eles se referem a diferentes noções (CONNAUGHTON, 2019). Segundo Duclos e Grésy (2008), o conceito de utilidade social está relacionado com a lógica e os impactos da atividade associativa através de algum serviço prestado, cujas ações possam ter um efeito positivo e possam produzir benefícios sobre um território. Para os autores, a noção de utilidade social está associada com a capacidade destas ações articularem dimensões como cultural, educacional, social, ambiental e econômica (DUCLOS; GRÉSY, 2008).

A perspectiva da utilidade social tem seu aparecimento mais evidente na França, sendo esse aparecimento voltado a um contexto mais específico de “[...] determinadas redes e estruturas de natureza territorial, combinando empreendimentos de economia solidária e organismos do poder público.” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 182). Além disso, a utilidade social está intimamente ligada à contribuição para geração de benefícios coletivos na sua prática, os quais devem estar inseridos no melhoramento das condições de vida coletiva, do território, dos laços sociais e redução de desigualdades (GADREY, 2005).

O conceito de impacto social, por sua vez, reflete sobre um conjunto de mudanças produzidas por uma intervenção, de forma intencional ou não, positivas ou negativas, diretas ou indiretas (INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL, 2018). Para Connaughton (2019), o impacto social no contexto de programas, projetos ou investimentos sociais é entendido como variações implementadas pelas estruturas e que produzem efeitos esperados e inesperados entre os beneficiários e na sociedade como um todo. A ideia é que intervenções terão impacto social para os participantes do programa, projeto ou investimento social caso existam diferenças entre a situação dos participantes do projeto participando do programa e a situação que estariam, caso não tivessem passado por ele. Nesse sentido, o impacto social é definido como o contraste entre as duas situações, o qual busca

estabelecer elementos que possibilitem aferir uma relação de causa e efeito dentro dessas duas situações contrastantes (MENEZES FILHO, 2012).

Do ponto de vista prático, tratar de conceitos como utilidade social e impacto social sem que esses estejam acompanhados de metodologias e avaliações que possam auxiliar nesse processo se torna uma tarefa complexa e representa um grande desafio diante das diversas interpretações que a avaliação de projetos sociais permite.

Para Sanders e demais autores (2004 apud GUIA..., 2017, p. 8), avaliar significa “identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor, a qualidade, utilidade, eficácia ou importância de um objeto avaliado em relação a estes critérios”. Como salientam os autores, avaliar implica certamente o seu caráter aplicado, num movimento de compreender aspectos que se referem à concepção de um programa ou iniciativa para ser capaz de produzir julgamento de mérito (efeitos) e de relevância (utilidade, aderência, viabilidade, eficiência, qualidade) sob uma intervenção consistente para os participantes de tais (GUIA..., 2017).

Nessa caracterização, mais especificamente no que se refere à palavra “avaliar”, muitas distinções aparecem, e por se tratar de uma definição ampla, há sempre questionamentos que acompanham debates como estes, tais como: por que avaliar? E para que avaliar? Para identificar tais questionamentos, de acordo com o *Guia prático de avaliação para negócios de impacto social* (2017), é preciso pensar em alguns conceitos-chave que a avaliação se propõe. A avaliação se apresenta assim como uma forma de um imperativo ético, já que busca conhecer consequências – positivas e negativas – que possam direcionar o uso de recursos, sejam eles privados ou públicos, da forma mais correta e viável, com foco na qualidade necessária de programas, projetos e iniciativas sociais. No âmbito de uma construção de capital político, “as avaliações têm sido vistas como uma maneira de tornar mais consistentes os discursos e os posicionamentos organizacionais nos diversos espaços políticos nas sociedades complexas em que vivemos.” (GUIA..., 2017, p. 11). Por esse motivo, as dinâmicas das avaliações vêm sendo colocadas como um impulso para as organizações, além de amparar decisões formadas segundo as posições que as avaliações transmitem. Além disso, compreende-se que estas têm ajudado a trazer legitimidade para as organizações nos seus campos de interesses, em função de providenciar discursos consistentes, responsáveis e duradouros.

Embora procedimentos de avaliação importantes e bem-estruturados já venham sendo formulados e aplicados a projetos sociais, eles precisam ser analisados, estudados e divulgados para que possam ser adaptados para uso em cenários diferenciados.

No contexto apresentado, justifica-se a importância deste trabalho de pesquisa que tem

como objetivo refletir sobre dois tipos de metodologia de avaliação de projetos sociais, as quais são baseadas em duas concepções distintas: a primeira abordagem recorre ao conceito de utilidade social e refere-se à Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade a partir da utilidade social; já a segunda abordagem é compreendida através do conceito de impacto social e refere-se ao *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos de impacto* (2019).

A primeira metodologia foi desenvolvida pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (Eaufba) e tem como objetivo possibilitar a reflexão sobre a sustentabilidade de organizações da economia popular e solidária¹ a partir da utilidade social. Nesses termos, a metodologia da Mandala nasce da necessidade da realização de processos de avaliação do que se considera utilidade social desses empreendimentos, a partir dos seus métodos, ferramentas e práticas. A concepção da metodologia é baseada na apreciação fundamental acerca das reais necessidades, fraquezas e fortalezas de empreendimentos solidários em seu contexto territorial

O intuito da Mandala é refletir sobre a sustentabilidade do empreendimento em relação a diversos aspectos que estão inseridos em cinco grandes dimensões: “Sociopolítica”, “Sociocultural”, “Sociotecnológica”, “Socioambiental” e “Socioeconômica”. Para possibilitar a autorreflexão, a metodologia foi concebida em forma de um jogo em que as pessoas que participam dos empreendimentos, iniciativas e projetos solidários possam se engajar no processo sem perder a profundidade enquanto ferramenta de avaliação. Os princípios que permeiam a metodologia estão representados através do protagonismo dos participantes em avaliar os seus diversos aspectos sociais, ambientais, tecnológicos, culturais e econômicos de acordo com a realidade dos empreendimentos, projetos e iniciativas solidárias em que se inserem (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

A Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade tem como referência princípios e conceitos de utilidade social e foi desenvolvida pela incubadora ITES, que tem acumulado experiência ao longo de 15 anos com uma proposta de envolvimento ou interação dialética com territórios, incluindo também incubação de empreendimentos solidários individuais, que se articulam através do conceito de rede local de economia solidária² (FRANÇA FILHO, 2019a).

¹ Uma discussão mais detalhada sobre organizações de economia solidária será feita na seção 3 deste trabalho.

² Uma discussão mais detalhada sobre economia solidária será feita na seção 3 deste trabalho.

A segunda abordagem, referente ao *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos de impacto* (2019), considera conceito de impacto social e “tem por objetivo servir de suporte aos diversos agentes do ecossistema de negócios de impacto social na realização de avaliações de impacto socioambiental.” (LAZZARINI *et al.*, 2015, p. 108). Primordialmente, o guia busca conciliar metodologicamente objetivos financeiros e sociais, o qual apresenta uma estruturação baseada em três princípios para se avaliar impacto social em projetos e negócios sociais, que são: (i) poucos indicadores de elevada relevância; (ii) medições ao longo do tempo, antes e depois do projeto; e (iii) comparação com grupos de controle similares que não foram contemplados no projeto (LAZZARINI *et al.*, 2015).

O guia se utiliza desses princípios para avaliar o que acontece com a população inserida nesse projeto ou iniciativa social, em termos de impacto social, e utiliza dos grupos similares que não estão contemplados no projeto para saber o que poderia ter acontecido a essas populações caso não tivessem sido envolvidas no projeto ou na iniciativa social analisada. Além da construção desses dois cenários, a metodologia constrói indicadores de relevância elevada para aferir o impacto do projeto, ou seja, os resultados positivos esperados na população-alvo (LAZZARINI *et al.*, 2015).

Esse guia surgiu em 2015 a partir do desenvolvimento do trabalho do Núcleo de Medição para Investimentos de Impacto Socioambiental do Insper (Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa), denominado de Metricis. O núcleo realiza estudos sobre “investimentos e estratégias empresariais de alto impacto socioambiental. Ênfase especial é dada ao desenvolvimento de ferramentas para avaliação e remuneração por impacto, bem como para validação de medidas realizadas por organizações e governo.” (INSPER METRICIS, 2019, p. 2). O núcleo apresenta procedimentos e instrumentos de avaliação em projetos e negócios sociais em prol do crescimento e estímulo de investimentos de impacto dentro desses projetos. Além disso, através desses procedimentos e instrumentos de avaliação, procuram impulsionar novas formas de captação e financiamento desses projetos (INSPER METRICIS, 2019).

Ambas as metodologias de avaliação focalizadas neste trabalho são originárias de grupos que trabalham com ênfase em projetos, negócios e iniciativas sociais. Ao que tange a Incubadora ITES, esta é especialmente voltada para projetos, empreendimentos e iniciativas de economia solidária que os diferencia dentro de um grande universo de projetos sociais que o grupo Metricis está comprometido. De todo o modo, ambas as metodologias serão aplicadas num contexto de uma organização inserida numa rede local de economia solidária, a qual foi escolhida como objeto de estudo para realizar este trabalho de pesquisa: O Banco Comunitário

de Desenvolvimento Ilhamar (BCDI), localizado na vila de Matarandiba, no município de Vera Cruz (BA).

O BCDI está localizado na vila de Matarandiba, uma pequena ilha do município de Vera Cruz (BA), que possui cerca de mil habitantes e sua economia é baseada em pesca, mariscagem e pequenos comércios. O banco comunitário faz parte da comunidade desde 2008 e foi implantado pela motivação de oferecer serviços financeiros solidários dentro da rede Matarandiba, sendo esta de natureza associativa e comunitária e que tem como base os princípios da economia solidária (SANTANA, 2011).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são experiências socioeconômicas, situados no campo de finanças solidárias e, por consequência, pertencente à economia solidária. Funcionam a partir de organização comunitária para: (i) articular o modo como se concebe crédito dentro de territórios vulneráveis socioeconomicamente; (ii) estimular a formação de empreendimentos produtivos coletivos e a formação de redes locais de produção e consumo; (iii) encadear formação profissional; e (iv) criar um horizonte comum no desenvolvimento econômico e social de todos que o circunscreve (SINGER, 2013). Assim como na economia solidária, os bancos comunitários de desenvolvimento seguem os princípios de relações de confiança mútua, relações de proximidade, autogestão, cooperação, viabilidade e solidariedade, sendo estes fundamentos das ações da economia solidária (FRANÇA FILHO, 2013).

A partir desse ponto, é possível ter uma noção geral das metodologias de avaliação de utilidade social e de impacto social que são focalizadas neste trabalho, assim como o *locus* de aplicação. Portanto, pretende-se apresentar as duas metodologias, assim como avaliá-las a partir da seguinte pergunta de partida: **O que aproxima e diferencia as metodologias de avaliação de utilidade social e de impacto social?**

O objetivo geral deste trabalho é compreender a natureza das duas metodologias de avaliação mencionadas, sendo que a base do trabalho de pesquisa se caracteriza como qualitativa, do tipo interpretativa, que utiliza como estratégia de campo a observação focada em um determinado objeto de estudo, aplicando categorias conceituais e a análise de conteúdo como técnica de análise dos dados.

Os objetivos específicos relacionados ao objetivo geral deste trabalho, são: (i) situar o contexto de origem e desenvolvimento do tema de avaliação de utilidade social e de impacto social; (ii) aplicar as metodologias de avaliação focalizadas no BCDI; e finalmente (iii) analisar os pontos comuns e as distinções entre as duas metodologias de avaliação.

A seguir, apresenta-se como este trabalho está estruturado, o qual possui dois capítulos,

além da introdução e considerações finais. No caso da introdução, nela, estão inseridas a contextualização, justificativa e os aspectos metodológicos que nortearam esta pesquisa. Assim, no subtópico específico referente à orientações metodológicas, além de descrever aspectos referentes à metodologia que foi aplicada para realizar esta pesquisa, apresenta-se também informações e referenciais importantes sobre o objeto de estudo escolhido – BCDI –, de maneira a apontar as razões e a pertinência que justificaram a sua escolha.

O primeiro capítulo está relacionado ao surgimento dos instrumentos de avaliação em questão – Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade a partir da utilidade social e *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos de impacto* (2019) –, fazendo-se uma discussão sobre o contexto no qual esses dois instrumentos surgiram. Na primeira seção do capítulo, situa-se a proposta de tema que deu origem as metodologias de avaliação estudadas, para, em seguida, caracterizar as metodologias de avaliação de utilidade social e impacto social.

No segundo capítulo, encontra-se a descrição de aplicação dos instrumentos, ou seja, a experiência de uso das metodologias no BCDI. Primeiramente, foi realizada uma apresentação e discussão de cada metodologia, descrevendo seus protocolos de montagem de instrumentos e a sua adaptação ao objeto de estudo. A segunda seção é em si a aplicação das metodologias, apresentando insumos e descrição da aplicação e, por fim, na última seção desse capítulo, a exposição dos resultados de cada aplicação.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, a qual é representada pela abordagem de técnicas qualitativas e pela escolha da não utilização de instrumentos estatísticos. Em virtude do objeto de estudo, nesta pesquisa apresenta-se elementos de caráter exploratório dado o ineditismo de uma das metodologias que aqui é compreendida através do conceito de utilidade social e dado o entendimento contextual da metodologia compreendida através do conceito de impacto social. Além disso, o trabalho sistematiza informações acerca das ferramentas de avaliação, o que confere um esforço em identificar, descrever e compreender o objeto de estudo através de um levantamento sistemático das informações, sem prescindir de análise (ANDRADE, 2007). Dessa forma, este trabalho oferece uma perspectiva exploratória, descritiva e analítica.

Segundo Rey (2005), a pesquisa qualitativa tem o propósito de produzir conhecimento permitindo enfrentar problemas que por sua essência podem envolver grupos grandes, os quais podem ser representados através de estudos comunitários e institucionais. Isto não necessariamente diz sobre o uso tradicional do conceito de amostra, que é conceituada através do significado de um grupo ou universo populacional. Nesse sentido, enfatiza-se que para além dessa conceituação, a articulação de bases sólidas no processo de investigação pode ser feita

por meio de dados secundários, bibliografia e pesquisa documental para elaboração de considerações e justificativas das questões levantadas. Bases essas que foram coletadas através de artigos acadêmicos, teses, dissertações, trabalhos universitários que abordam as principais vertentes e estudos de interesses deste trabalho.

Para a realização deste trabalho, as técnicas de pesquisa empregadas se resumem a três tipos pesquisa, quais sejam: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo via observação participante. Sendo assim, por meio de diversas fontes de evidências, foi utilizada análise de conteúdo como técnica de análise dos dados. Isso foi feito a partir da utilização de categorias conceituais amparadas por procedimentos de cunho, predominantemente, qualitativos, combinando as informações obtidas e focalizando as peculiaridades das categorias para estabelecer as relações entre os elementos (VERGARA, 2005).

Quanto a pesquisa de campo via observação participante mencionada anteriormente, esta se refere especialmente à aplicação da metodologia da Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade a partir da utilidade social. Na ocasião, foi necessário acompanhamento técnico pela ITES/UFBA, a qual esteve presente durante todas as atividades, além de providenciar reuniões de formação, no âmbito interno, da própria metodologia. Essa vivência me permitiu estar em contato direto com a incubadora no intuito de assumir uma postura aberta em relação, principalmente, ao acesso de informações de uma realidade ampliada da comunidade de Matarandiba, e, sobretudo, para ir além de uma análise documental.

2 UTILIDADE SOCIAL E IMPACTO SOCIAL: MAPEANDO DUAS METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

A finalidade deste capítulo é expor, inicialmente, os dois distintos enfoques – o da ênfase ao surgimento e também ao desenvolvimento de alguns marcos conceituais e reflexões –, que serviram de embasamento para as duas metodologias de avaliação que serão focalizadas neste trabalho.

É no âmbito da utilidade social e do impacto social que se insere o objeto desta pesquisa e por isso se faz necessário evidenciar os dois temas e o contexto de uso desses dois conceitos. Dessa maneira, realiza-se, primeiramente, uma discussão sobre “Por que avaliar utilidade social?”. Mas, para isso, é necessário, preliminarmente, entender o conceito de utilidade social, sua origem, e a discussão internacional mais abrangente que o engloba.

A discussão necessária a seguir envolve a questão “Como avaliar utilidade social?”. Para isso, apresenta-se a metodologia da Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade tendo como referência a utilidade social, com intuito de perceber o seu desenvolvimento até a sua criação, suas características, seu funcionamento e forma de aplicação.

Posteriormente, apresenta-se as reflexões de impacto social, da mesma forma como foram elaboradas para a discussão do conceito de utilidade social, visando assim refletir sobre a questão “por que avaliar impacto social?”, assim como perceber o debate, a conceituação do tema, e o contexto de uso que deram a base para a criação da metodologia de Avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos de impacto, observando e procurando entender suas especificidades de avaliação. Finalmente, na última seção deste capítulo, realiza-se a explanação da proposta do instrumento de avaliação *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos de impacto* (2019), suas características e forma de aplicação.

2.1 POR QUE AVALIAR UTILIDADE SOCIAL?

Antes mesmo de nos aprofundarmos sobre características e particularidades das metodologias aqui propostas é preciso dedicar-se a origem e o conceito do termo utilidade social. O debate conceitual, a afirmação da sua importância e o caminho da sua potencial aplicabilidade são essenciais para construção do viés de análise proposto pela metodologia da Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade a partir da utilidade social.

A questão da utilidade social e a percepção da importância de realizar a avaliação de ações dessa natureza surgiram inicialmente em 1973, na França, no contexto da criação de uma sentença do Conselho de Estado Francês associada às questões tributárias (DUCLOS, 2007). Naquela época, o assunto surge principalmente para atender aspectos fiscais que foram impostos às associações que desejavam se beneficiar de um regime especial de tributação de isenção fiscal, por se caracterizarem como organizações “sem fins lucrativos” e de “gestão desinteressada”. Nessa perspectiva inicial, os atores associativos tinham a intenção de provar que o seu serviço não era fornecido pelo mercado ou era fornecido a custo menor (JANY-CATRICE *et al.*, 2014).

Para Gadrey (2004), a partir dos acórdãos de 1973, as duas condições “não lucratividade” e “gestão desinteressada” deveriam ser reiteradas através da capacidade dessas associações e organizações em “reinvestir os excedentes da instituição”. Por oferecem essas três características específicas – não lucratividade, capacidade em reinvestir os excedentes e gestão desinteressada –, muitas dessas organizações poderiam ser atribuídas a uma categoria legal que passava a ter reconhecimento pelo motivo de: “seja porque fornece serviços em termos, principalmente de preço, muito mais vantajoso do que os oferecidos por empresas comerciais com um objeto semelhante; ou seja porque executa serviços que normalmente não são fornecidos pelo mercado.” (GADREY, 2004, p. 28).

Esse julgamento prepara o surgimento da noção de utilidade social com base em dois critérios: um econômico (menor custo) e o outro tipo estrutural (sem solução de mercado para uma necessidade reconhecida) (GADREY, 2004). Com essa distinção sendo formada a partir do início da década de 1970, as associações francesas podiam ser provedoras de contribuições específicas à sociedade e por isso serem portadoras de utilidade social. Essas obtendo distinção e reconhecimento pelo modelo de atuação e, ao mesmo tempo, concorrendo naturalmente no mercado, acabaram conquistando acesso a um espaço na dimensão fiscal que antes não se tinha. Portanto, nasce nesse momento, a noção de utilidade social, e consigo a sua essência originária do domínio fiscal na França (SILVA JÚNIOR, 2016).

A partir da década de 1980, o uso do termo foi expandido através de organizações que atuavam junto aos desempregados e pessoas em vulnerabilidade econômica. A expansão se deu pelo fato de que ampliar o espectro da utilidade social significava auxílio e isenções concedidas pelo governo às associações de serviço à sociedade civil. A relevância de se considerar utilidade social para esse novo espectro de atuação passou também a ser fonte de incentivo à redução de danos e consequências geradas pelo desemprego naquele período (SILVA JÚNIOR, 2016). Posteriormente, entre os anos 1998 e 1999, repetindo a jurisprudência do Conselho de Estado

do início, em 1973, o uso da questão de utilidade social registra a inclusão de critérios de isenção fiscal para associações atuantes em campo competitivo de mercado, porém, cuja administração fosse altruísta e desinteressada de condições lucrativas do setor privado. Em outras palavras, associações que atuavam no mercado de acordo com quatro critérios: produto, preço, público-alvo e publicidade; sendo os quatro voltados para atender às necessidades pouco ou mal levadas em consideração pelo mercado, e para o benefício de pessoas que justificavam a concessão de vantagens em vista de suas situações econômicas e sociais (DUCLOS, 2007).

A partir do final do ano de 1999 e início dos anos 2000, o marco teórico da utilidade social já vinha se consolidando por nomes de grandes autores franceses, hoje reconhecidos na área de estudos em utilidade social, que incorporaram o tema devido ao aparecimento do quadro legal que se instalava na época com as novas jurisprudências, condição fiscal e delimitação de associações intituladas de portadoras de utilidade social (SILVA JÚNIOR, 2016). Em 2004, o autor Jean-Gadrey disponibiliza o relatório *A utilidade social das organizações de economia social e solidária: uma perspectiva a partir de recentes estudos*³ (SILVA JÚNIOR, 2016). O relatório ofereceu um resumo baseando-se em 23 trabalhos de pesquisa, grande parte dos quais foi patrocinado pela Delegação Interministerial de Economia Social e apresenta uma abordagem da utilidade social em cinco dimensões, sendo a utilidade social como forte componente: 1. econômico; 2. de igualdade, desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável; 3. de laços sociais e democracia local; 4. inovação social, econômica e institucional; e 5. utilidade social “interna” com possíveis impactos externos (DUCLOS, 2007).

Nos anos seguintes, os estudos foram inflando o tema da utilidade social em vários projetos, pesquisas, instituições e órgãos do poder público coordenados por professores e pesquisadores na França. Foi a partir de julho de 2014 que uma nova lei francesa para empreendimentos de economia solidária trouxe a concepção da utilidade social, mesmo sem defini-la com precisão, porém com o conceito de utilidade social em seu texto (SILVA JÚNIOR, 2016). Para Jany-Catrice e demais autores (2014 apud SILVA JÚNIOR, 2016, p. 184), a Lei nº 2014-856, de 31 de julho de 2014,⁴ relativa à Economia Social e Solidária (ESS) “[...] consta que podem reclamar junto ao poder público a condição de ‘Empresa Solidária de Utilidade Social’, os empreendimentos que possuam como objetivo principal a busca da Utilidade Social, conforme definido no artigo 2 desta lei”. A lei é expressa a seguir:

³ Título original: *L'utilité sociale des organisations de l'économie sociale et solidaire: une mise en perspective sur la base de travaux récentes.*

⁴ Lei Francesa de 2014 referente a economia social.

Os empreendimentos cuja finalidade social compreenda pelo menos uma das seguintes três condições: 1. Tenham por objetivo oferecer, através de suas atividades, o apoio às pessoas em situações de vulnerabilidade econômica ou social, ou por causa de sua situação pessoal de saúde frágil. 2. Tenham intenção de contribuir para a luta contra a exclusão e às desigualdades sanitárias, sociais, econômicas e culturais ou atuem pela educação para a cidadania, pela preservação e desenvolvimento dos laços sociais ou pelo reforço da coesão territorial; 3. Contribuam para o desenvolvimento sustentável nas suas dimensões econômica, social, ambiental e participativa, para a transição energética e para a solidariedade internacional, desde que sua atividade esteja vinculada a um dos objetivos mencionados em 1º e 2º (FRANCE, 2014, p. 2).

A partir dessa lei, a utilidade social está então relacionada a uma garantia de espaço legítimo de organizações de economia solidária juntamente relacionada a modalidades de organizações sem fins lucrativos que a lei federal permite ter isenção fiscal. Isso constava na lei de 1973 e foi ampliada pela lei dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) de 2014. Contudo, para além do aspecto fiscal, de acordo com Perret (2010), utilidade social carrega um marco de reconhecimento e é convenção linguística pela qual se expressa uma forma de pagamento de dívida à sociedade vis-à-vis a atores sociais que contribuem “fora do mercado” para realização de alguns dos seus propósitos. Como Gadrey (2004) coloca, a utilidade social é um acordo sociopolítico em que:

Se uma OES (Organização da Economia Solidária) efetivamente em concorrência, pelo tipo de serviço que presta, com uma ou mais empresas privadas lucrativas, a única justificativa encontrada para atribuí-lo certas vantagens sem pôr em causa a ‘justiça da concorrência’ pode ser encontrada em a existência observável de contribuições para o interesse geral que não são fornecidas ou que empresas privadas são menos bem-sucedidas. De fato, o contrato de utilidade social não põe em causa a existência de um setor privado lucrativo, nem o princípio da concorrência equitativa. É um acordo que reivindica o direito à existência de ‘terceiro’ setor, não principalmente em nome do que a caracteriza fortemente (atividades sem fins lucrativos, não capitalista e não estatal), mas em nome de uma contribuição específica para a comunidade: utilidade social (GADREY, 2004, p. 12, grifos do autor).

Dito isso, Gadrey (2004) ainda faz uma reflexão do lugar do conceito de utilidade social, o que a caracteriza e como se pode evidenciá-la. Para o autor, é de utilidade social a atividade de uma organização de economia social que resulta em um efeito observável e, em geral, por um objetivo explícito, além de outros possíveis objetivos, para a produção de bens e serviços destinados a utilizadores individuais, mas que contribuem para a coesão social, solidariedade, sociabilidade e a melhoria das condições de grupos de desenvolvimento humano sustentável. Pode-se considerar como uma contribuição de utilidade social a atividade de uma organização que, sobretudo, tenha objetivo explícito, interesse e finalidade de: contribuir para o desenvolvimento de coesão social (principalmente redução de desigualdades), para a solidariedade (nacional, internacional ou local: o vínculo social de proximidade); promover

integração social e fortalecer a sociabilidade; melhorar as condições coletivas de desenvolvimento sustentável (educação, saúde, meio-ambiente e democracia), e levar em consideração necessidades coletivas emergentes e não atendidas (GADREY, 2004). O conceito de utilidade social, nesse sentido, aplicado a uma organização, é agregado valor trazido à sociedade, a maneira pela qual: apoia pessoas em situações frágeis, contribui para a luta contra a exclusão e a desigualdade e colabora para o desenvolvimento sustentável. De maneira análoga, Duclos e Grésy (2008) trazem a utilidade social e estabelece sua definição no âmbito de ESS, referindo-se a um serviço prestado, um benefício, um efeito positivo para a sociedade como um todo. A utilidade social está interessada nos efeitos de uma ação em um território, com um grupo da população ou de forma mais geral, com a sociedade. Portanto, diz respeito a áreas muito amplas: social, meio ambiente, cultural, educação, mudança social e economia (DUCLOS; GRÉSY, 2008).

Cauquil (2010) acrescenta que a utilidade social questiona campos de valores e representações sociais, como solidariedade, bem-estar individual e social, laços sociais, bens públicos e bens coletivos, e coesão social. O autor defende que não é somente um conceito técnico utilitário, nem redutível a soma de interesses particulares. Segundo o autor, a utilidade social remete-se ao interesse geral ou à utilidade coletiva, tanto na sua postura qualitativa, pluralista, democrática, participativa e interativa. Ademais, Cauquil (2010) refere-se à utilidade social como esfera de empoderamento político e como critério de avaliação de organizações, sistemas e políticas públicas.

Então, segundo Silva Júnior (2016), essa noção de utilidade social é de fato submetida ao debate entre diversas partes interessadas representando uma “convenção sociopolítica” em um processo de construção social em que existe, portanto, uma necessidade de precisar seus limites, contornos e validar seus objetivos através de procedimentos democráticos. Para subsidiar a compreensão do que seja uma convenção sociopolítica, ele se utiliza da construção da utilidade social em um empreendimento associativo e esclarece que é “[...] o conjunto das regras e de normas sociais de domínio cognitivo dos atores, que se apoiam em considerações de justiça social, em visão mais ou menos explícita e compartilhada entre eles.” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 186). Corroborando com esse viés interpretativo-conceitual, Cauquil (2010) compreende que quando mobilizamos o critério de utilidade social, procura-se trazer evidências da intersubjetividade dos atores envolvidos, para que as ações realizadas contenham “valor agregado social”. Complementando ainda esse viés, Offredi (2010, p. 35) entende que “[...] a utilidade social é ontologicamente ligada a questão das partes interessadas. É um termo ainda polissêmico neste momento e isto constitui toda a sua riqueza”.

Diante dessa conjuntura conceitual, a noção de utilidade social é melhor representada através dos atores e partes interessadas por uma convenção sociopolítica para efeito positivo. Nesse seguimento, temos que, na sua prática, o conteúdo que diz respeito à utilidade social requer, assim, para ser identificado, o fato do seu conceito ser usado (DUCLOS; GRÉSY, 2008). Isso é particularmente essencial no contexto de uma avaliação da utilidade social, o que requisita uma definição precisa do objeto. Nesse sentido, a utilidade social pode ser um objetivo para a estrutura que realiza a ação, ou um efeito, ou ser parte da estrutura e propósitos, e por essa razão que é necessário diferenciar a utilidade social da estrutura que a convém (DUCLOS, 2008). Na prática, Duclos e Grésy (2008) trazem que utilidade social deve ser reconhecida por diferentes categorias de atores, enquanto os objetivos da estrutura são definidos pelos seus membros:

A contribuição efetiva da estrutura em termos de utilidade social pode ser diferente daquela prevista em seu propósito. A sua contribuição pode ser, em particular, os registros que a estrutura não tinha considerado. Certas dimensões da utilidade social são percebidas por parceiros sem estar registrado nos objetivos da estrutura. Nem todas as dimensões da utilidade social são igualmente importantes para cada estrutura. Pode ser um objetivo secundário para a estrutura, mas constitui um objetivo principal de um de seus parceiros financeiros (DUCLOS; GRÉSY, 2008, p. 26).

Nessas condições, a autora reflete que a noção de utilidade social muitas vezes não é reconhecida por atores que a realizam, esses possuem dimensões de utilidade social, porém, não a registram ou ainda necessitam que atores externos as constituam com objetivos e até mesmo propósito de utilidade social à sociedade (DUCLOS; GRÉSY, 2008). Duclos e Grésy (2008) estabelecem a relevância dos valores e contexto para a utilidade social ser definida, porém ressalta que nem todos compartilham o mesmo modelo de sociedade, portanto, a mesma concepção do que pode ser útil ou não para a sociedade. É através dos valores daqueles que a definem, somente a partir do contexto em que o território, organização de pessoas interessadas ou grupo está localizado é que a definição de utilidade social se encontra. Em conformidade com essa concepção, o desejo de destacar os ganhos, o significado e o valor agregado social gerados pelas atividades conduzidas por esses grupos, territórios e organizações casa com a necessidade de considerar a utilidade social como processo de uma construção social, a qual a avaliação é parte fundamental e interessada, no sentido de estabelecer critérios e métodos de avaliação destinados a qualificar esses processos participativos (OFFREDI, 2010).

É nesse ponto da avaliação da utilidade social que muitos teóricos como Jany-Catrice e demais autores (2014), Offredi (2010), Gadrey (2004), e entre outros alinham essa vontade e necessidade de caracterizar a utilidade social através da sua avaliação – uma construção do

processo de qualificação além das fronteiras associativas e além das esferas fiscais estabelecidas no início com o surgimento do conceito. Nesses termos, a noção de utilidade social reivindica mais universalidade em sua definição e pode contribuir para a renovação dos procedimentos de avaliação e para a ampliação dos mesmos, levando em consideração o valor produzido pelas organizações e grupos (OFFREDI, 2010).

De fato, o desenvolvimento de critérios e métodos de avaliação na utilidade social tornou-se gradualmente um elemento central para o debate público ao que tange o tema (OFFREDI, 2010). Desde os muitos textos legislativos e leis que abordam esse conceito, que os profissionais, ativistas, voluntários e a comunidade científica estão no processo de construção e disseminação de ferramentas para consolidar e fortalecer práticas alinhadas com o significado e o valor agregado social que eles entendem trazer com utilidade social (DUCLOS; GRÉSY, 2008). Seguindo por esse caminho, Duclos (2010) anuncia que, desde as primeiras experimentações em torno da utilidade social, já se percebia a relação íntima entre procedimentos de avaliação de utilidade social e organizações da ESS, e como uma poderia colaborar com a outra nos seus processos de avaliação e contabilização do valor produzido por essas organizações, através de suas ferramentas, dos seus métodos e de suas práticas. Offredi (2010) acredita que as especificidades e os méritos específicos das organizações de ESS geram voluntariamente utilidade social, ações sociais e benefícios coletivos, porque aderem aos princípios, valores e sistemas de regras da economia social e porque as implementam em suas práticas e em suas atividades.

A propósito, Jany-Catrice e demais autores (2014) mostram que definir utilidade social é também parte da missão dentre os ESS, este participa de suas qualidades em todas as suas dimensões: cognitivas, social, ética e política. Além disso, Silva Júnior (2016) considera também essa questão para se referir e significar os resultados produzidos ou benefícios não intencionais gerados nos empreendimentos da ESS, por exemplo, de acordo com ele, a utilidade social se mostra “[...] em uma perspectiva multidisciplinar, como a mais adequada abordagem para a denominada contribuição para o bem comum da ESS, que significa aportes da economia social solidária em atuação de viver juntos coletivamente e do interesse público.” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 187). A utilidade social é, nesse sentido, a concordância entre o propósito e os processos de avaliação de organizações e políticas na área da ESS.

Em face a essa ligação, não podemos, portanto, ignorar que há outros temas que aparecem quando se trata de avaliar a utilidade social desses tipos de ESS. Há de se verificar que existem preocupações quanto as ferramentas de avaliação – centradas em torno da utilidade social – se as mesmas “podem fazer uso de metodologias e critérios pré-existent nas

metodologias de avaliações de projetos de organizações de mercado” (SILVA JÚNIOR, 2016, p.189). Um segundo ponto é o debate dessas avaliações serem vinculadas e direcionadas a responder de forma pragmática a interesses externos, financiadores, parceiros e interesses de avaliação por parte de políticas públicas. Por um lado, há a distinção feita entre utilidade social vinculada à ação de grupos sociais (interno) e, por outro lado, utilidade social sendo definida pelo impacto direcionado pelo “ambiente externo”, sendo menos óbvia de se observar e menos perceptível diante de empreendimentos avaliados (SILVA JÚNIOR, 2016). Gadrey (2005) reconhece que em termos de utilidade social, pesquisadores e partes interessadas são confrontados com esse problema: no caso, se os critérios e métodos de avaliação podem permitir a verificação da sua existência. É diante dessa discussão da questão do conteúdo concreto da noção de utilidade social que a sua avaliação é discutida no setor dos ESS e no campo da pesquisa acadêmica (SILVA JÚNIOR, 2016). Associadamente, a busca de dimensões e critérios de utilidade social se desenvolve através de qualificações possíveis para a utilidade social e são descritas por Offredi (2010) através de quatro exercícios avaliativos: i) utilidade social como uma noção transdisciplinar; ii) historicamente situada; iii) reflexão de diversas vias de acesso ao valor social; e iv) ontologicamente ligada à questão das partes interessadas. Offredi (2010) destaca ainda a vitalidade do conceito em testar em que medida as abordagens e os valores forjados no campo da ESS atendem às questões relevantes e referentes à utilidade social.

Nesse arranjo, os estabelecimentos de ESS se mostram orientados para tal questão com atividades voltadas para benefícios coletivos e interesse público como um componente essencial do bem comum ou interesse comum geral (FRÉMEAUX, 2013; GADREY, 2004; 2006). Ao mesmo tempo que elas reivindicam a legitimidade da ação associativa no campo político, a demanda e busca por avaliação das atividades se torna uma questão crucial até mesmo para o campo econômico.

Assim, a avaliação da utilidade social pode ser vista como ferramenta para regular as atividades econômicas dos empreendimentos, capaz de impedir que eles sejam tratados como meros prestadores de serviços, reduzindo, ao mesmo tempo, o risco de instrumentalização da ação associativista por parte das autoridades públicas (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 189).

À vista disso, há, ainda, um duplo encastramento entre a demanda para avaliação de utilidade social e a sua associação com a prática. O fato de ser um conceito ainda fluído, permite que utilidade social se vincule fortemente com o fato do próprio ser avaliado e usado, e ainda com a legitimidade de empreendimentos da economia social e solidária. Por esse motivo,

poderemos sensibilizar o debate sobre utilidade social para explorar o seu conceito a partir da sua avaliação e mensuração, como iremos fazer a seguir.

2.1.1 O que representa a avaliação da utilidade social

Primeiramente, assim como o conceito de utilidade social se originou na França, os avanços para processos de avaliação de utilidade social na área da economia social e solidária também (GADREY, 2004; FRAISSE, 2008). Jany-Catrice e demais autores (2014) concordam que a avaliação de utilidade social representou um contexto para reforma de métodos de avaliações de políticas públicas da ESS sob efeito de alguns questionamentos: o que estamos avaliando? Como avaliamos? Quem avaliamos? Esses questionamentos se tornaram questões centrais na avaliação da utilidade social, nos atores e as mesmas não podem ser pensadas independentemente da evolução dos métodos de avaliação de políticas públicas nessa área. Isso porque a avaliação da utilidade social diz respeito ao comprometimento das finanças públicas, à efetividade da ação pública e, além disso, à preservação no interesse geral. Interesse geral esse, que transcende os interesses individuais, e está particularmente presente nos suplementos social e ambiental que a utilidade social trata, a “mais valia” dos atores da ESS e o que eles efetivam no seu território (SILVA JÚNIOR, 2016).

Essa análise da avaliação da utilidade social requer pelo menos um confronto de pontos de vista, uma certa reflexividade quanto aos métodos implantados e, sobretudo, uma grande dose de consulta com os coletivos envolvidos. Essas três condições advogam em favor dos atores da ESS para que cada vez mais, esses possam se apropriar da utilidade social em prol do reconhecimento, em particular para potenciais financiadores e, acima de tudo, demonstrar as especificidades de suas atividades comparadas às ações do setor público e privado (JANY-CATRICE *et al.*, 2014). Para isso, os atores da ESS reivindicam algumas dimensões quando se fala em avaliar a utilidade social como objeto de um extenso trabalho realizado pelas redes e organizações da ESS, por exemplo: i) a utilidade social como forte elemento econômico entendido do ponto de vista da riqueza economizada (os chamados às vezes “custos evitados”); ii) reivindicam a utilidade social por causa dos benefícios coletivos para a sociedade, seja em termos sociais (igualdade social, coesão social), seja em termos de meio ambiente (proteção de recursos ecológicos); iii) a dimensão social manifestando-se também através do desenvolvimento do vínculo social, rede de cooperação, “capital social” ou ainda a contribuição para o desenvolvimento da democracia territorial e local; e iv) utilidade social é finalmente

reivindicada como uma dimensão/visão política e consubstancial da ESS, intrínseca aos modos de organização da ESS ou estatutos da economia social (JANY-CATRICE *et al.*, 2014).

Os autores Jany-Catrice e demais autores (2014) alegam que essas dimensões são necessariamente incompletas porque o conteúdo da utilidade social é consequência de uma construção social, depende da relação entre as várias partes interessadas da ESS, incluindo as autoridades públicas e, também, é muito dependente dos métodos utilizados.

É por esse motivo que adotar um método de avaliação, no âmbito da utilidade social, é permitir mensurar uma riqueza multidimensional (laço social, desenvolvimento territorial, sustentabilidade ambiental). Esses autores defendem que a avaliação da utilidade social permite atuar em um contexto personalizado, levam em consideração a organização, sua natureza, os atores e permite acompanhá-los, diferentemente de outras tipologias de avaliação que atuam sobre contextos despersonalizados (SILVA JÚNIOR, 2016). Nessa perspectiva, os atores locais portam uma atenção para avaliarem suas atividades e na maioria das vezes envolve interrogar a sua própria missão. Para Jany-Catrice e demais autores (2014), quando se existe uma apropriação da avaliação da utilidade social pelos atores, esta parece ser parte de um processo de aprendizado interno e de autocontrole das ações no movimento dos empreendimentos de economia social e solidária. Isso geralmente fortalece a coerência do movimento, enriquece os dispositivos de avaliação no seu conjunto e se opõe claramente a legitimidade dada à avaliação “especialista” feita por agentes externos. Essa última dimensão combinada ao processo de avaliação, no qual as habilidades profissionais dos atores são levadas a sério, propicia uma autoavaliação, mostram que os atores prestam atenção constante ao produto de sua atividade e acaba por produzir uma instância engajada e, às vezes, considerada mais “imparcial” (JANY-CATRICE *et al.*, 2014).

Esse fator é considerado ao passo que financiadores, geralmente, levam pouco em consideração as ferramentas de avaliação construídas de forma independente pelos atores em produzir seu julgamento de utilidade social. De fato, o que é provável é que a avaliação que se impõe por ditos “especialistas” e agentes externos acaba por transformar a própria condição do estado da organização e os atores que se acompanha (JANY-CATRICE *et al.*, 2014). Neste último caso, Jany-Catrice e demais autores (2014) trazem um confronto relacionado à forma de se desenvolver “protocolos de avaliação” de utilidade social e a falta de unanimidade entre especialistas e pesquisadores. Por um lado, encontram-se os proponentes de uma postura científica que consideram que “[...] sempre é possível identificar a causalidade dos fenômenos estatísticos. Essas causalidades (que visam medir, por exemplo, o efeito tributação ao nível do emprego) são construídas com base em estatísticas de arquivos administrativos.” (JANY-

CATRICE *et al.*, 2014, p. 8). A descrição dos chamados métodos experimentais, natural ou aleatório, é representada por um grupo de pessoas que estão sujeitas a “tratamento”, isto é, sua situação é comparada a outro grupo “não tratado” para avaliar a eficácia da medida implementada. Os limites éticos, regulatórios, práticos e econômicos desse tipo de abordagem continuam sendo reconhecidos principalmente pelos pró-forças motrizes desse tipo de avaliação, eles são apreciados pelo fato de demonstrarem proximidade com os experimentos das ciências da vida, especialmente medicina ou farmacologia, dando-lhes, aparentemente um caráter “rigoroso”. De acordo com Jany-Catrice e demais autores (2014), nesse cenário, a construção coletiva, que é complexa, e o interesse geral, têm de ficarem satisfeitos apenas com as suas representações através de uma sucessão de atos identificáveis, os quais têm de passar sob o filtro e compreensão do que é mensurável.

Por outro lado, encontra-se proponentes de um trabalho que destaca a ideia de que avaliação de utilidade social nunca pode se resolver através de um exercício de medição de impacto, no que tange a objetivos perfeitamente e supostamente definidos antes. Para Jany-Catrice e demais autores (2014, p. 6, grifo nosso), essa representação da avaliação da utilidade social pode ser expressa através da afirmação de que:

Cientes dos limites do processo, afirmam que qualquer processo de avaliação envolve *feedback* crítico sobre a relevância e coerência dos objetivos estabelecidos, mas também em toda a estrutura normativa e apresentações sociais subjacentes. Este só pode ser implantado em um processo exigente, combinando conhecimento, hibridização das ciências sociais e implementação no debate pluralista. A ideia é poder debater o conteúdo e métodos de avaliação com os atores, incluindo a sociedade civil organizada. É, entender-se-á, a postura pluralista.

Adotando essa postura pluralista, Offredi, Dauzie e Ravoux (2010) entendem que a avaliação da utilidade social marca um alargamento e uma transgressão comparada a noção usual de uma avaliação que se reporta somente a julgamentos em termos de eficácia, eficiência ou consistência, conseqüentemente, permite um reequilíbrio do conceito de desempenho sem ficar isento da questão de propósitos nos campos das políticas, programas, ações de projetos de economia solidária e avaliação de políticas públicas na ESS. Conforme esses autores, é a luz desse desenvolvimento e relevância dessa noção de utilidade social no exercício de avaliação pluralista e democrática que novas incorporações de abordagens e experimentações sucessivas são colocadas em pauta e, em prática, para refletir um “valor agregado social” ou uma “utilidade social original”, como compreende Offredi (2010). Tal reflexão é fruto de uma postura avaliativa, resultante da ampliação progressiva do registro das dimensões avaliativas consideradas a partir dessa incorporação de abordagens e experimentos sucessivos. Esse

processo de incorporação de dimensões avaliativas para utilidade social, ou processo de aculturação é caracterizado por três etapas de acordo com Offredi, Dauzie e Ravoux (2010). Três etapas que marcam a transição de uma avaliação focada exclusivamente no setor social para incluir outras questões sociais e políticas públicas (saúde, emprego, desenvolvimento sustentável etc.) (OFFREDI; DAUZIE; RAVOUX, 2010). Essas etapas também constituem três abordagens que respondem ao marco da demanda avaliativa da utilidade social e são necessárias de acordo com a solicitação avaliativa em questão. A seguir, tem-se sucessivamente as três abordagens, segundo Offredi, Dauzie e Ravoux (2010):

- 1) a abordagem qualitativa com objetivo interativo ou a avaliação como prática de um sistema de atores do campo das organizações sociais;
- 2) a abordagem avaliativa do desenvolvimento humano social e sustentável ou levando em consideração a “dimensão esquecida” do social nas abordagens do desenvolvimento sustentável;
- 3) o registro da Utilidade Social como dimensão avaliativa.

A abordagem qualitativa com objetivo e visão interativa, conforme a prática de um sistema de atores saído do campo dos empreendimentos ou dos projetos de organizações sociais, representa a percepção da dupla necessidade de articular as dimensões econômica, social e política para caracterizar o estado de “bem-estar social” e a articulação de aspectos qualitativos e quantitativos para retratar uma observação social de qualidade ao serviço da ação de transformação social. A abordagem permite estabelecer bases possíveis de uma referência compartilhada através de uma pluralidade de atores em um campo de intervenção e em um mesmo território. O fato de ser chamado uma abordagem qualitativa e interativa já explica o objetivo que leva em consideração a troca participativa entre e com os atores, é um modelo de avaliação que supõe *feedback* do campo para se pensar na prevenção de riscos sociais (OFFREDI; DAUZIE; RAVOUX, 2010). Além disso, a análise do campo e a escolha do método de avaliação responde bem a um certo *ethos* da ação dos empreendimentos da ESS (SILVA JÚNIOR, 2016). Para essas organizações sociais, a análise baseia-se mais nas contribuições sociológicas, ou seja, nas interações com o espaço territorial, na acepção societal que articula o ambiental, o econômico, o político, o ético, e menos sobre a ação de especialistas e traduções de profissionais. Uma das traduções dessas contribuições recebe o nome de “modelo de desenvolvimento social”, entendido como um processo endógeno (que os profissionais chamam de “fazer com” e “de dentro”) (OFFREDI; DAUZIE; RAVOUX, 2010).

O encontro dessas dimensões sociais endógenas de “fazer com” e “de dentro” com as articulações do meio ambiente, econômico, político e ético, amplia a meta avaliativa a ser

levada em consideração, portanto, apoia o processo avaliativo participativo de um conjunto de atores – na interação com o espaço territorial como um sistema – com o objetivo de produzir uma intervenção social coerente e coesa, a fim de melhorar a realidade, em termos de promoção de indivíduos e grupos (OFFREDI; DAUZIE; RAVOUX, 2010).

Na segunda abordagem, abordagem avaliativa do desenvolvimento sustentável humano e social, tem-se a consideração da “dimensão esquecida” do social nas abordagens do desenvolvimento sustentável. A avaliação aplicada ao desenvolvimento sustentável requer questionar se não existe um processo de irreversibilidade social diante de todos os ferimentos infligidos ao corpo social em termos de meio ambiente, de problemas de reparação da destruição ambiental ou, além disso, a questão que se coloca em termos de quanta ilusão está envolvida em políticas de prevenção. Essas considerações sustentam quatro questões específicas no que se refere ao procedimento avaliativo e o que essa abordagem busca identificar, sendo elas: i) a irreversibilidade social de certas situações engendradas pelo desenvolvimento econômico; ii) como avaliar um conteúdo – sustentável, humano e social – que não pode ser separado das estratégias de atores individuais, coletivos, privados e públicos nos espaços territoriais; iii) como avaliar uma noção com duplo teor, ético e normativo, que visa criar condições de solidariedade em relação aos mais vulneráveis, em que o bem-estar da pessoa humana – nascida ou a nascer – constitui objetivo final da atividade econômica; iv) como avaliar um conceito que rompe com a visão a curto prazo, dominante, mediante uma relação de longo prazo e uma forma de desenvolvimento que combina justiça social, prudência ecológica e eficácia econômica (OFFREDI; DAUZIE; RAVOUX, 2010).

A terceira e última abordagem é o registro da utilidade social como dimensão avaliativa. Esta última tenta reconectar a avaliação, suas posturas e suas metas ao questionamento avaliativo mobilizado na noção de utilidade social sobre a pertinência das ações e os objetivos oficiais dessas ações. Ao inserir o debate avaliativo em torno da relação valor e seu custo, otimização orçamentária, financeira e contábil, um universo de padrões relacionados a processos de racionalização já fica preestabelecido antes mesmo de ativar um questionamento da noção de desempenho em direção à noção de utilidade social. Esta abordagem concentra justamente a mobilização do contexto de “prestação de contas” para uma avaliação que possa explicar os “méritos” de uma atividade que não está somente satisfeita com a simples contabilidade de atividades em termos de efetividade/ eficiência/ coerência (OFFREDI; DAUZIE; RAVOUX, 2010). Nesse caso, a noção de utilidade social trata de reorientar o debate sobre desempenho, em torno de uma discussão multifacetada, com várias fontes, ao passo que transgrede a noção habitual de avaliação.

Complementando essas abordagens, Duclos (2010) expõe também os principais subsídios de como avaliar a utilidade social, através de um trabalho desenvolvido para apresentar quais lições da prática de métodos de avaliação da utilidade social podem ser absorvidas por associações e, principalmente, organizações do campo da ESS. A autora em parceria com a Culture et Promotion, uma associação de educação popular na França, que desde os anos 2000 desenvolve processos de avaliação de utilidade social, realizou uma proposta expondo os princípios metodológicos e suas etapas através do método desenvolvido pela Culture et Promotion (DUCLOS, 2010). A proposta se divide em cinco etapas-chaves: i) elucidação dos desafios e objetivos; ii) coconstrução compartilhada do referencial de utilidade social; iii) implementação de um sistema de avaliação e desenvolvimento de ferramentas de coleta; iv) análise dos dados; e v) construção de um ponto de vista compartilhado. A abordagem descrita permite, de acordo com Duclos (2010), demonstrar a função estruturante da avaliação da utilidade social e sua capacidade de gerar uma dinâmica de progresso como uma construção coletiva e uma chance de refletir sobre as ações e seus lugares na sociedade.

Segundo Duclos (2010), a chance de reflexão sobre a noção da utilidade social para construção coletiva reside principalmente na autoavaliação acompanhada, esta como elemento-chave para um processo de ensino-aprendizado mútuo. As principais linhas dessa abordagem se baseiam na autoavaliação da utilidade social de uma estrutura – uma associação, empreendimento produtivo, um organismo público – ou uma coletividade territorial – um fórum, um conselho, um grupo. Não é somente aplicável a esses tipos de estruturas, mas todo o processo é adaptável aos tipos de organização. A única ressalva quanto ao processo de avaliação é que os princípios comuns da autoavaliação devem existir a todo momento, sendo eles compreendidos por: uma abordagem voluntária, ou seja, não impositiva. Diferentemente da maioria das avaliações solicitadas por financiadores, a avaliação da utilidade social é escolhida e não submetida. A estrutura que solicita, deseja implementar esse tipo de avaliação para melhor compreender suas ações e as circunstâncias que as permeiam em um contexto território/estrutura. Essa abordagem voluntária se faz necessária para que realmente haja um conhecimento dos pontos fortes, para que exista um envolvimento e aceitação do surgimento dos pontos fracos no processo (DUCLOS, 2010).

Um outro princípio comum seria a autoavaliação acompanhada. Esta como um ponto principal no processo de avaliação, em que a própria estrutura faz a análise e extrai lições dela. Para fazer isso, ela é acompanhada por mediador externo que realiza o suporte e pode ser mais ou menos importante a depender das solicitações e as necessidades da estrutura. Seguindo nesse ponto, o mediador é uma forma de assistência técnica no sentido de ajudar a estrutura e as partes

interessadas na avaliação a darem definição da utilidade social específica na estrutura. Ele atua como um olhar externo que ajuda fazendo perguntas intrigantes e conduz o debate de forma a fazer provocações para enriquecer o processo de avaliação (DUCLOS, 2010).

Em um terceiro aspecto dos princípios comuns, tem-se a associação das partes interessadas – convenientemente, as partes interessadas ditas como *stakeholders*, parceiros, financiadores e membros que podem estar envolvidos no desenvolvimento da avaliação (DUCLOS, 2010). A associação dessas partes pode ser realizada de diferentes maneiras, dependendo da situação e da atividade da estrutura, eles poderão participar particularmente de duas etapas essenciais: identificação da utilidade social como entrada e desempenho como a saída do processo. A identificação coletiva da utilidade social, particularmente, ela parte da concepção que não existe uma definição definitiva da utilidade social. A primeira abordagem quanto a esta deve ser feita de forma a estabelecer o que seja essa identificação coletiva da utilidade social. Isto é, quando compartilhada, a utilidade social se torna referência, fruto de ação participativa dos atores e uma forma de engajar todos no interesse da ação e avaliação (DUCLOS, 2010).

Por fim, segundo Duclos (2010), um princípio que também pode ser incluído é o pragmatismo na avaliação – o processo de avaliação é concebido de acordo com as necessidades e meios das estruturas –, porém isso não impede de, antes de tudo, haver um pragmatismo suficiente para atender às necessidades da estrutura e de adaptar-se aos meios disponíveis da organização.

Seja no contexto de avaliação, integração ou regulamentação, a avaliação da utilidade social sempre pode ser entendida como avaliações negociadas e participativas, até como autoavaliações, entre partes interessadas e redes associativas. A preferência por procedimentos participativos e negociados permite a apropriação e adaptação de critérios e indicadores para fins sociais, existindo uma maior sensibilidade para avaliações formativas. Ainda assim, essa preferência nem sempre é compatível com o desejo de autoridades públicas e financiadores de terem, portanto, indicadores comparativos mais padronizados, capazes de destacar o valor agregado social de organizações *versus* empresas privadas (FRAISSE, 2007).

Ainda existem preocupações quanto a preferência às avaliações sumativas, quantitativas, com base em critérios preestabelecidos, em prol de avaliações formativas, negociadas e participativas. Fraisse (2007) constata que essa tensão atravessa outros campos e podem, de qualquer forma, criar armadilhas no processo de avaliação, como: (i) autoavaliação de atores através de uma autoavaliação fechada, a do controle contabilista por parte de um procedimento de perícia externa que impõe padrões e indicadores; (ii) a atuação das

organizações reduzidas à utilidade externa (ainda que social); (iii) a avaliação dos empreendimentos (não pelas suas missões e operações), mas o que esses geram socioeconomicamente e sociopoliticamente.

Desse modo, os pesquisadores e atores do campo são cautelosos na construção de indicadores e análises na avaliação da US. Em razão disso, se preocupam em garantir uma maior apreciação e aprofundamento teórico do que seja a utilidade social e qual conhecimento acumulado acompanha essa noção para se discutir novas formas de indicadores (SILVA JÚNIOR, 2016). Para esta discussão, a utilidade social adentra em um campo mais amplo, o de estabelecer novas interpretações, novos conceitos e a emergência de outras formas de avaliar riquezas.

2.1.2 Utilidade social e novos fatores de riqueza

Resumidamente, a utilidade social é multifacetada e difícil de ser incluída em definições simples, um tema evolutivo, não acumulativo e conjuntural se definindo por um conjunto de indicadores não exclusivos, não acumulativos e não exaustivos uns com os outros (SILVA JÚNIOR, 2016). Na análise da utilidade social, as entidades que se mostram orientadas para tal questão têm atividades voltadas para benefícios coletivos da atividade e o interesse público como um componente essencial do bem comum ou interesse comum geral (FRÉMEAUX, 2013; GADREY, 2004; 2006). A partir desse conceito, pode-se considerar a utilidade social “como uma noção susceptível para introduzir uma nova forma de regulação da ação pública e das relações entre o Estado e a Sociedade Civil, fundada sob o imperativo da deliberação” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 186).

Com a base conceitual sendo estabelecida e sendo posta por autores da área, alguns deles discutiram em termos de denominação, no qual seria o termo mais apropriado para a utilidade social. A utilidade social já foi cogitada em ser denominada de “mais-valia social”, “rentabilidade social” e “valor societal”, todas com sentido similar a original (FRAISSE, 2007; GADREY, 2005). Fraisse (2007) e Gadrey (2005) demonstram incerteza ao que mais seria adequado para representar o retorno social ou quantificar os benefícios coletivos gerados para uma organização da economia social em prol do uso do termo “utilidade social”. Porém, ambos parecem supor que os termos “utilidade social” e “valor social” sejam os conceitos mais adequados. O conceito de “valor social”, segundo Fraisse (2008, p. 102), seria mais adequado para “compreender a lógica e os impactos da atividade associativa, pois “valor” é usado em um sentido que vai além da medida econômica, e “social” permite uma abordagem mais abrangente

e própria do termo”. Ainda assim, o autor admite que, por “utilidade social” ter sido adotada em decretos e leis, em textos científicos, legislativos e legais na França, é conveniente discutir criticamente o próprio termo, seu significado e seu conteúdo gerado proveniente desses documentos (FRAISSE, 2008).

Em consequência, Gadrey (2005) utiliza os dois conceitos quando o autor propõe uma definição geral de utilidade social. O autor usa os dois conceitos para ilustrar, por exemplo, a atividade de uma organização de economia solidária, afirmando que ela tem uma utilidade social ou valor social, se tem um resultado observável e, em geral, um objetivo explícito de produção de bens e serviços destinados a usuários individuais, porém buscando contribuir para objetivos coletivos ou sociais – ou “benefícios coletivos” –, cujos os principais são representados pela: 1) redução das desigualdades econômicas e sociais, incluindo a afirmação de novos direitos; 2) solidariedade – nacional, internacional ou local: laços sociais locais – e sociabilidade; 3) melhoria das condições coletivas para o desenvolvimento humano sustentável, que incluem educação, saúde, cultura, meio ambiente e democracia (GADREY, 2005, p. 522-523). Segundo Gadrey (2005), essa definição se concentra no que alguns chamam de utilidade social “externa”, isso porque, de acordo com o autor, não envolve diretamente as especificidades do funcionamento interno das associações, embora, para ele seja razoável considerá-las também. Isso diz sobre as especificidades das associações, que quando respeitadas, constituem condições favoráveis à produção de utilidade social e se torna multidimensional ao que se refere a um conceito de desenvolvimento sustentável, redução de desigualdades e contribuição para um bem coletivo de natureza não convencional.

Ao se tornar mais abrangente com essa múltipla dimensionalidade e essa concepção, utilidade social abre um novo campo de entendimento internacional intimamente ligado ao seu conceito, que é o entendimento acerca dos chamados novos fatores de riqueza. Jany-Catrice e demais autores (2014) advertem que essa visão de utilidade social interroga sobre a percepção de riqueza e como medi-la. Em outras palavras, significa dispor de indagações como: o que é a riqueza? Como medir a forma que progride essa riqueza? utilidade social trazendo uma oportuna argumentação complementar sobre o que até agora ficou invisível ou não medido (o laço social, a qualidade de vida, a saúde, a proteção ambiental etc.) (SILVA JÚNIOR, 2016).

Viveret (2010) introduz essa discussão dos novos fatores de riqueza indicando que para entendê-los é preciso se confrontar com as definições de riqueza e utilidade e como elas foram apresentadas. Nessa contextualização evidenciada pelo autor, as definições de riqueza e utilidade foram disseminadas no século XIX, e Méda, em seu trabalho *Qu'est-ce que la*

richesse? (1999), cita nomes de alguns economistas que difundiram tais definições, como: Jean-Baptiste Say, Thomas Robert Malthus e Marie-Espirit-Léon Walras.

Ao iniciar seu trabalho, Méda (1999) expõe a participação desses economistas na conceituação de riqueza e demonstra a construção de Malthus, inicialmente, na sua dedicação à questão da riqueza, e mais precisamente à de sua definição. Méda (1999) observa que eles, os economistas, não admitiam outra riqueza senão aquela que provém do produto líquido da terra, para Malthus, riqueza é “tudo que o homem quer como ele pode ser útil ou agradável” (MÉDA, 1999, p. 11). De acordo com Méda (1999), Malthus, portanto, argumenta que, de certa forma, a verdadeira riqueza é principalmente os recursos materiais de um país, ele também empresta essa ideia afirmando que riqueza não está em campo intangível e agradável, ou até crenças, leis, liberdade, civil, artes e moral (MÉDA, 1999). Viveret (2004) atribui a Malthus um objetivo duplo em suas definições; o de valorizar algumas atividades em detrimentos de outras e o de restringir uma definição ampla e qualitativa em prol de uma autonomia pertencente e restrita à ciência da economia política. De acordo com Viveret (2004 apud SILVA JÚNIOR 2016, p. 199-200),

As questões críticas indicadas por Malthus estão: na contabilização de produções diversas em adotar um padrão único, a moeda, visando o abandono de qualquer tentativa de avaliação da natureza das demais riquezas; na recusa de considerar o trabalho doméstico como produtivo, embora seja claro que os serviços pessoais são um estímulo ativo para a produção de riqueza, nunca se afirmou que eles tenham uma contabilização direta; e, na tese da não produtividade dos serviços públicos, preconizando que, embora um funcionário do governo realize um trabalho como um funcionário de empresa, sua produtividade não é considerada como geradora de riqueza.

Para Méda (1999), Jean-Baptiste Say traz noções acerca de utilidade, afirmando que essa faculdade significa poder atender às diversas necessidades dos homens. A utilidade como qualidade ou capacidade que tem certas coisas de poder satisfazer as necessidades dos homens. Assim como Say, Léon Walras chama de utilidade os objetos que satisfazem necessidades evidentes, seja no interesse de sua conservação ou pelo efeito de suas paixões e caprichos (MÉDA, 1999). As análises de Méda (1999) afirmam que, com o discurso econômico, essas noções não deixariam de confundir, no sentido ativo do termo, a “[...] necessidade real, aquela sentida por todos aqueles que sem acesso aos bens mais essenciais, os mais úteis para a vida, e esse utilitário geral, que muitas vezes pode surgir apenas do capricho de alguns.” (MÉDA, 1999, p. 27). A partir dessas percepções, “[...] são essas interpretações de riqueza e utilidade que contribuíram para solidificar o modelo de economia de mercado o qual vivenciamos, que

mercantiliza a vida privada, patenteia os seres vivos, e estabelece licenças de contaminação.” (VIVERET, 2010, p. 51).

Em conformidade com a compreensão explicitada anteriormente, Offredi (2010) revisita a concepção defendida entre os economistas liberais, afirmando que esta atende somente a uma perspectiva voltada à utilidade individual. Afirma ainda que essa doutrina utilitarista ou utilitarismo econômico faz com que considere o homem como indivíduo guiado pela perseguição de interesses pessoais ou com uma perspectiva voltada para resultado. Segundo Silva Júnior (2016), essa tradição utilitarista pôde ser criticada no sentido de uma ruptura da concepção desse pensamento liberal em que a utilidade deve visar à melhoria do bem-estar individual. Para Sen (2010, p. 95), “[...] a utilidade deve significar uma capacidade de ação coletiva dos indivíduos e que pode ser percebida no empoderamento coletivo mobilizado.”. Isso é compreendido através de Viveret (2010) com vistas estabelecidas em torno dos “novos fatores de riqueza”, em que a utilidade social pode encontrar seu lugar juntamente com novas concepções acerca de como a riqueza pode ser percebida e avaliada.

Nesse sentido, tratar de outros fatores determinantes de riqueza significa admitir sua existência, assumi-los, identificá-los e priorizá-los em detrimento a concepções convencionais de definição e avaliação da riqueza, como, por exemplo, a medida edificada pelo Produto Interno Bruto (PIB). Importante desvelar o PIB pois foi através desse conceito que o crescimento econômico, que mede a mudança positiva no PIB, torna-se central e passa a se identificar praticamente com a noção de progresso (MÉDA, 1999). O PIB, elaborado no fim dos anos 1940, fornece a soma dos valores e custos de produção de bens e serviços, restrita a setores de atividades mercantis e representa o fluxo dos bens produzidos e/ou consumidos em um determinado espaço institucional/territorial de negócio, setor, regional, país etc. (SILVA JÚNIOR, 2016). Em outros termos, Méda (1999) entende que o sistema atual de contas nacionais é uma combinação de raciocínio macroeconômico relacionado à produção e de toda a visão clássica de utilidade, em que a produção é simplesmente melhor modelada e considerada como um todo, e ainda construída sob o ponto de vista do indivíduo. Méda (1999) reitera dizendo que, diante dessa concepção, só existe riqueza caso houver produção e, apenas por definição se o produto for trazido ao mercado e apropriado por alguém. É através dessa reflexão que se constitui a riqueza contabilizada pelo PIB; um mapa bidimensional do mercado.

Para Viveret (2010), essa exposição não é uma contestação da importância do PIB como indicador societal, é somente uma contestação de reconsiderar a riqueza como uma oportunidade de medir até onde chegamos e pensar no novo cenário social, ecológico e cultural em que vivemos, um debate público sob efeito da crise ecológica, social e financeira. Ele

demonstra que instituições internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial começaram a revisar completamente sua posição em relação a indicadores de riqueza que envolvem o direito significativo “além PIB”. Silva Júnior (2016, p. 208) complementa ao dizer que é preciso questionar o PIB, pois o mesmo “[...] integra fluxos monetários sem interrogar a natureza das atividades nas quais esses fluxos se originam ou mesmo se contabilizam”. Méda (1999) compartilha a visão de que o PIB não absorve ou conta o que poderia constituir uma terceira dimensão, uma espécie de profundidade – que incluiria, por exemplo, patrimônio natural, nível de conhecimento e cultura das pessoas, densidade dos laços sociais, enfim, toda a riqueza individual e coletiva. Para Méda (1999), o PIB é apenas uma concepção individualista da riqueza, uma vez que utilidade nesses termos vem acompanhada da ideia da satisfação de um e apenas é representada através da projeção de um plano; produção e apropriação individual.

Viveret (2010) recorda que dispusemos de cenários bastante conhecidos em que o PIB não avalia de forma legítima outros planos além do plano utilitarista e individualista, como os planos moral, ético, político e econômico de diversas situações. É o caso de se falar em catástrofes que geram uma série de destruições, mas uma vez que estas geram fluxos de caixas, compensação ou substituição, a riqueza contábil se torna positiva e as atividades úteis, talvez vitais, tornam-se invisíveis ou de incoerente aferição (VIVERET, 2010). Isso é explicado através do autor pelo paradoxo de Érika, destacando o desastre provocado pelo naufrágio do petroleiro *Érika*,⁵ na costa da França, em dezembro de 1999. O paradoxo representa o fato de uma catástrofe ambiental de grandes proporções poder se manifestar como uma série de eventos que geram produção positiva de riqueza. Isso é evidenciado na medida em que atividades de bombeamento, despoluição, seguros, substituição do navio-tanque são necessárias para reparar os danos causados, e estas acabam resultando em fluxos de atividades monetárias positivas para a economia do país. Por outro lado, a ação de voluntários participando da limpeza das praias

⁵ “O navio petroleiro ‘Erika’ de bandeira maltesa, naufragou em 12 de Dezembro de 1999, acerca de 75 km da costa noroeste da França, lançando ao mar mais de 11,0 Mil Ton de óleo combustível que se espalhou e poluiu com a maré negra (formada pelo óleo derramado) 400 quilómetros da costa das regiões francesas da Bretanha, Pays de Loire, Poitou-Charente, Finistério, Loire Atlantique e Vendée. Além da poluição do mar e das praias, foram mortos toneladas de peixes e mais de 150.000 aves. Em janeiro de 2008, o Tribunal Correccional de Paris, condenou a empresa petrolífera francesa Total, que era proprietária do combustível transportado no ‘Erika’, a pagar € 192,0 Mi de euros às vítimas do desastre. Dentre os que receberam a indenização estão o Governo da República Francesa, os governos das regiões afetadas e as entidades de proteção ambiental LPO, WWF e Greenpeace. Este foi o primeiro grande processo judicial relacionado a uma catástrofe ecológica na França e, também, a primeira vez que um tribunal superior francês admitiu um prejuízo ecológico ‘resultante de um atentado ambiental’ e, também, deu o direito as organizações de pedir a recuperação de espaços naturais, mesmo que não tenham sido lesados interesses econômicos. (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 209). Ver também: <https://www.publico.pt/ciencia/noticia/grupo-frances-total-dado-como-culpado-pelo-naufragio-do-petroleiro-erika-1316833>.

nas costas dos países vizinhos (Grã-Bretanha) e do próprio país, foi, para contas, considerada inativa, improdutiva ou sem expressão efetiva para economia (VIVERET, 2010). Esse caso foi entendido como uma aberração para exemplificar, em geral, que qualquer acidente, qualquer destruição que gera fluxos de caixa – reparo, assistência, seguro, substituição etc. – é contado positivamente pelos indicadores convencionais de riqueza, principalmente o PIB e, em contrapartida, qualquer atividade não monetária tão vital ou essencial quanto ao vínculo social é invisível às contas (SILVA JÚNIOR, 2016).

Outro exemplo para esse paradoxo é o caso do atentado às torres gêmeas do World Trade Center de 11 setembro de 2001, em Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA). Nesse caso, ações de suporte aos humanos como a solidariedade da população na corrida para doação de sangue feitas pelos nova-iorquinos às vítimas, juntamente com o afago da população da cidade ao corpo de bombeiros não se contabilizam diante do conjunto de atividades que se baseiam nos valores humanos. Porém, as ações que se contabilizaram diante dos parâmetros convencionais de riqueza, incluindo o PIB, foram representadas pelos fluxos monetários das despesas de seguros, funerais, aumento da vigilância privada, da venda de armas e da obscenidade da venda de sangue pelos diversos bancos privados dos EUA (SILVA JÚNIOR, 2016).

As considerações que se têm diante desse tipo de avaliação é de acordo com Bellen (2005), essencialmente, um sistema que soma tudo o que se refere a bens e serviços incluindo os socialmente indesejáveis como o custo do crime, poluição, acidentes etc., e isso acaba por enfatizar a forma como esse tipo de avaliação verifica o quão rápido os recursos são transformados em fluxos monetários sem considerar os seus efeitos específicos na sociedade (BELLEN, 2005). Tendo isso em vista, existe, portanto, outras formas, modelos e parâmetros de mensuração e avaliação, como defende Viveret (2010). Em seu trabalho, Viveret (2010) identifica caminhos abertos no campo da representação da riqueza ou dos novos fatores de riqueza com novos indicadores além PIB que fazem parte de uma estratégia de transformação do debate estéril da relação entre PIB e riqueza.

Nessa concepção, Silva Júnior (2016) remonta o fato de que os novos fatores de riqueza e como contabilizá-los “estão em crescimento e a história da reação ao PIB como principal fonte de mensuração do desenvolvimento mundial está sendo questionada já desde algumas décadas” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 214). Para Viveret (2010), os avanços realizados nesse sentido permanecem dispersos, pouco conhecidos e precisam de um esforço significativo de implementação para uma perspectiva e fertilização mútua desses novos fatores de riqueza e como avaliá-los, e para que assim, possamos explorar plenamente o seu potencial. Na primeira

linha desses avanços e pesquisas, temos “indicadores de desenvolvimento humano” desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU), originado do referencial teórico do Prêmio Nobel de economia de Amartya Sen por volta de 1990 (VIVERET, 2010). É dessa década e nesse trabalho que se propaga o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo o mais propagado indicador complementar ao PIB, destacando novos fatores para mensurar a riqueza e o desenvolvimento além do modo já avaliado pelos indicadores convencionais (VEIGA, 2010). Méda (2008), ao descrever outros indicadores, afirma que as primeiras tentativas de construir indicadores alternativos ou complementares ao PIB foram realizadas nos anos de 1970 através de cálculos de inúmeros indicadores que buscavam estreitar mais a contribuição das atividades produtivas para a melhoria das condições de vida, como Medida de Bem-Estar Econômico (MEW) por Nordhaus e Tobin (1973) ou o Index de Bem-Estar Econômico Sustentável (ISEW), de Cobb e Daly (1989). Esses exemplos mostraram a necessidade de usar contas nacionais e sua avaliação, usando preços ou receitas para aproximar resultados para contribuições para a melhoria efetiva das condições de vida (MÉDA, 2008).

Gadrey e Jany-Catrice (2012) parecem compartilhar da mesma contextualização feita por Viveret (2010) ao colocarem a necessidade de inflar e refletir sobre uma visão enriquecida da riqueza, testemunhando os avanços genuínos nos últimos anos em termos de outros indicadores importantes de tom bastante social ou em tom ambiental que têm sido objeto em ascensão desde a década de 1970. Um trabalho explicitado pelos dois autores, no intuito de apresentar um balanço do que foi construído internacionalmente no que diz respeito a pesquisas, estudos e contribuições estatísticas, e que teve como objetivo central o desenvolvimento de novos indicadores que consagram espaço para mensuração sobre se estamos vivendo melhor ou não. Em quase todos os casos, esses indicadores são “socioeconômicos e ecológicos”, no sentido de que eles tentam levar em consideração critérios econômicos, humanos e sociais e, para muitos, critérios ambientais entre eles (GADREY; JANY-CATRICE, 2012). Esses autores passam em retrospectiva uma quantidade significativa de índices, alguns deles já mencionados anteriormente, porém, todos com o propósito de mensurar outra forma de agregar outros indicadores, outros critérios e outros fatores que formulam seus julgamentos sobre o progresso ou suas preocupações com o futuro do planeta. Dentre os índices levantados em Gadrey e Jany-Catrice (2012), estão o *Genuine Progress Indicator* (GPI) – Indicador de Progresso Real, em livre tradução; o *Personal Security Index* (PSI) – Índice de Segurança Pessoal, em livre tradução; o *Index of Social Health* (ISH) – Índice de Saúde Social, em livre tradução, o *Baromètre des Inégalités et la Pauvreté* (BIP 40) – Barômetro de Desigualdade e de Pobreza,

em livre tradução; o *Index of Economic Well-Being* (IEWB), ou como Medida de Bem-Estar Econômico (MEW); o *Index of Sustainable Economic Welfare* (ISEW), ou como Index de Bem-Estar Econômico Sustentável, em livre tradução, entre outros (GADREY; JANY-CATRICE, 2012).

Obviamente, todos os indicadores e índices estão longe de serem convergentes entre si, e existem outros indicadores importantes que atraem atenção regularmente no debate público e na mídia, incluindo a taxa de desemprego, taxa de mortalidade infantil, analfabetismo etc. Porém, eles têm em comum, assim como a maioria dos seus atores, a defesa de uma visão alternativa: de desenvolvimento, sustentabilidade, qualidade de vida, saúde social, bem-estar ou boa vida e/ou pelo menos a institucionalização de indicadores alternativos (SILVA JÚNIOR, 2016). De acordo com Silva Júnior (2016), esses indicadores de performance social não estão comprometidos exclusivamente com apenas análise da riqueza econômica mercantil, eles são alternativos e complementares ao PIB e devem ser interpretados para despoluir, reciclar e resignificar o que é riqueza, “[...] atribuindo a ela uma multiplicidade de sentidos, todos associados ao desenvolvimento humano e ambiental sustentável.” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 215). Méda (1999), diante dessas preocupações, atribui o que então representaria uma sociedade rica, o que corresponderia riqueza ou as variações desse conceito para aqueles que são, ou se tornaram, defensores de outros indicadores paralelos, ou além do PIB.

No centro de um debate muito rico, Méda (1999) atribui a condição de uma sociedade rica aquela que se aproxima de uma sociedade com seres humanos alfabetizados e educados, com infraestrutura – geralmente pública – que permitem acesso à água, à eletricidade, ao telefone, que produz em quantidade suficiente os bens e serviços para colocá-los à disposição dos indivíduos. Além de disponibilizar bens e serviços, responder como uma sociedade rica corresponde a um complexo que distribui a receita da produção a qual permite a toda a população trabalhadora participar dessa produção. Isso é também onde indivíduos tem acesso igual a cuidados de qualidade, onde a igualdade de gênero é desenvolvida, onde o ar é respirável, onde a luta é travada contra a xenofobia e a não civilidade, onde as pessoas têm tempo para dedicar às suas famílias e a si mesmas, onde a violência não é generalizada, onde existem as liberdades individuais e públicas, resumidamente, significa: onde os indivíduos podem ser considerados sujeitos dessa sociedade (MÉDA, 1999). E isso é não só uma sociedade que tem um PIB razoavelmente bom, mas também é, principalmente, uma sociedade que duvida desse PIB e na sua capacidade de medir a riqueza, para Méda (1999), o PIB não corresponde de forma alguma o tipo de sociedade rica como exposto acima.

Por esse motivo, Viveret (2010) entende, nessa perspectiva, que deveríamos ser capazes de reconhecer que os novos índices, fazendo uma alusão a novos termômetros, apontam um novo sistema de valor e uma nova hierarquia de critérios, e do contrário, estamos condenados a ver nossas ferramentas como ponto de facilitação para o atual comportamento perigoso do bem comum. Gadrey e Jany-Catrice (2012) entendem que essa matriz de novos indicadores passa a contar necessariamente com um ganho de espaço para serem priorizados e reconhecidos. É justamente nesse ponto que é necessário um reconhecimento melhor de suas relevâncias, uma ampliação do seu discurso e adoção desses novos indicadores e índices para decisões políticas de governos, empresas e empreendimentos da sociedade civil (GADREY; JANY-CATRICE, 2012). Em acréscimo, Méda (1999) coloca que é neste caráter plural de valores ou objetivos a serem alcançados em relação ao desenvolvimento humano ou civilização que se encontra a real busca para a exaltação do desenvolvimento sustentável. Assim sendo, em questão de se avaliar a legitimidade desses indicadores alternativos, os mesmos não escapam de um amoralismo metodológico, em outras palavras, de uma neutralidade, pois fazem parte de “[...] uma circunscrição em um sistema de valor e de representação de uma sociedade, o que nos leva a admitir que tais indicadores não pretendem ser neutros.” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 216). Em concordância, Viveret (2010) admite que da mesma maneira que já não há com o PIB, os novos indicadores também não seguem o princípio da neutralidade, o que se leva a acreditar que o cálculo da riqueza, particularmente a do PIB, não tenha objetivos independentes de critérios ideológicos e sociais. Assim como o PIB, os novos indicadores fazem parte de escolhas e todo agregado privilegiado é uma escolha da sociedade, frequentemente implícita ao debate democrático de quem as defende (VIVERET, 2010).

No entanto, Viveret (2010) assume que os novos fatores de riqueza ao serem colocados na frente do cenário econômico, através de um processo de mudança para inclusão desses novos indicadores, sofrem algumas áreas de fragilidades para se constituírem como instrumentos de avaliação de riqueza. Esse cenário expõe três áreas de fragilidade:

- i) um sentimento de isolamento e desamparo relativo, em vista da importância dos problemas a serem enfrentados, da predominância de indicadores monetários e complexidade de ferramentas alternativas a serem desenvolvidas; ii) coletar o que seria as peças ainda espalhadas deste ‘quebra-cabeça’, para capitalizar o conhecimento, pesquisa, experimentos, início das reformas e construir sobre este conjunto, para progresso significativo; e finalmente iii) ainda existe uma certa falta de ambição, em particular de ambição pública sobre esta questão (VIVERET, 2010, p. 207).

Especificamente em cada uma dessas três fragilidades expressa-se os requisitos de transformação, porém, ainda há também outras dificuldades para superação e transformação do

cenário o qual esses novos indicadores precisam passar (SILVA JÚNIOR, 2016). Conforme Viveret (2010), a questão da incompatibilidade com indicadores monetários representa o risco de uma corrida simples por “capital de reputação” sem real mudança de empresa ou atores públicos. Para Silva Júnior (2016), isso se enaltece através da dificuldade de o PIB ser um parâmetro construído para permitir uma comparação entre a riqueza monetária industrial dos países, em consonância também com o sistema de contas nacionais dos países. Para ele, “[...] será um trabalho de convencimento mundial para que ocorra a adoção geral de outros fatores de riqueza, em escala, pelos países. Do contrário, haveria certa dificuldade de implementação pela necessidade dos países de compararem seus desempenhos.” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 217). Em outros termos, um verdadeiro debate teórico e estratégico sobre a necessidade de mudar de paradigma, ou seja, ou a grande maioria adota um novo modelo de mensuração e representação da riqueza ou vai ser difícil implementar tais ferramentas (VIVERET, 2010).

Observado o que foi descrito nesta seção, Silva Júnior (2016) faz uma análise de que “os indicadores alternativos ao PIB ainda são subutilizados, pois ainda estão dispersos em diversas propostas diferentes (não há uma tentativa de unificação e criação de um só conjunto de indicadores anti-PIB) e há um forte peso determinante dos indicadores monetários” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 217). O desafio e o objetivo residem em desenvolver um único indicador na direção de avaliações com vários critérios em face aos desafios da informação, conhecimento ou problemas de ação para lidar. Para isso, é necessário, então, juntar as peças desse quebra-cabeça explodido, avaliá-lo, sintetizá-lo e, sobretudo, registrá-lo em uma estratégia muito mais ambiciosa que envolve a reavaliação da riqueza nas sociedades de mercado (VIVERET, 2010). De acordo com Viveret (2010), a ressignificação da riqueza ainda está no meio do caminho, isso porque, os critérios convencionais que foram estabelecidos vão de encontro aos critérios construídos na época: o que se tinha era uma sociedade baseada na revolução agrícola e posteriormente na revolução industrial. De certo modo, se constata que se utiliza ainda esses métodos convencionais, porém, se vive em uma sociedade pós-industrial e tecnológica a partir da revolução da informação e comunicação (VIVERET, 2010).

Portanto, para sintetizar e concluir esta seção, a discussão internacional posta acerca de (re)fundamentar os indicadores de riqueza é baseada no modo como esses novos fatores de riqueza devem ser levados em consideração ao introduzir critérios que permitam avaliar a utilidade econômica, social, o progresso e o desenvolvimento sustentável. Dentre esses planos, permite-se incluir além do econômico e monetário, os valores humanitários (bem-estar e sustentabilidade), valores de equidade (acesso aos serviços de saúde e educação) e valores de

solidariedade (exercício da responsabilidade ética de cada ser humano em relação ao que é vital para toda a sociedade) (SILVA JÚNIOR, 2016).

É nesse alinhamento que seguiremos para a próxima seção do capítulo que pondera a base teórica discutida nesta seção para abrir espaço para uma abordagem e metodologia que leva em consideração constructos de mensuração multidimensionais, e atribui outras finalidades que não apenas a rentabilidade financeira. Partimos do questionamento “por que avaliar utilidade social?” e seus constructos correlatos para chegarmos no seu desenvolvimento e surgimento do tema, para enfim, colocar o “como avaliar utilidade social”. É nesse seguimento que poderemos explanar a metodologia aqui apresentada e proposta para avaliar intervenções baseadas em princípios econômicos híbridos e plurais, como é o caso de empreendimentos associativos da economia popular e solidária.

2.2 COMO AVALIAR UTILIDADE SOCIAL: UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA – MANDALA DE AUTOAVALIAÇÃO REFLEXIVA DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA UTILIDADE SOCIAL

A presente metodologia – Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade a partir da utilidade social – trata de uma ferramenta de avaliação de empreendimentos associativos e comunitários, em especial empreendimentos da ESS. O objetivo da metodologia é possibilitar compreender, no sentido da apreciação fundamental, acerca da sustentabilidade do empreendimento na perspectiva do desenvolvimento dos seus participantes e do seu local de atuação. Tal sustentabilidade pressupõe tanto sua dimensão de viabilidade econômica quanto de utilidade social. Assim, para refletir em torno do conceito de sustentabilidade a partir da utilidade social, a metodologia apoia-se em um entendimento do conceito de sustentabilidade plural⁶ dentre cinco dimensões contidas na metodologia: “Socioeconômica”, “Sociopolítica”, “Sociocultural”, “Sociotecnológica” e “Socioambiental” (FRANÇA FILHO, 2019a).

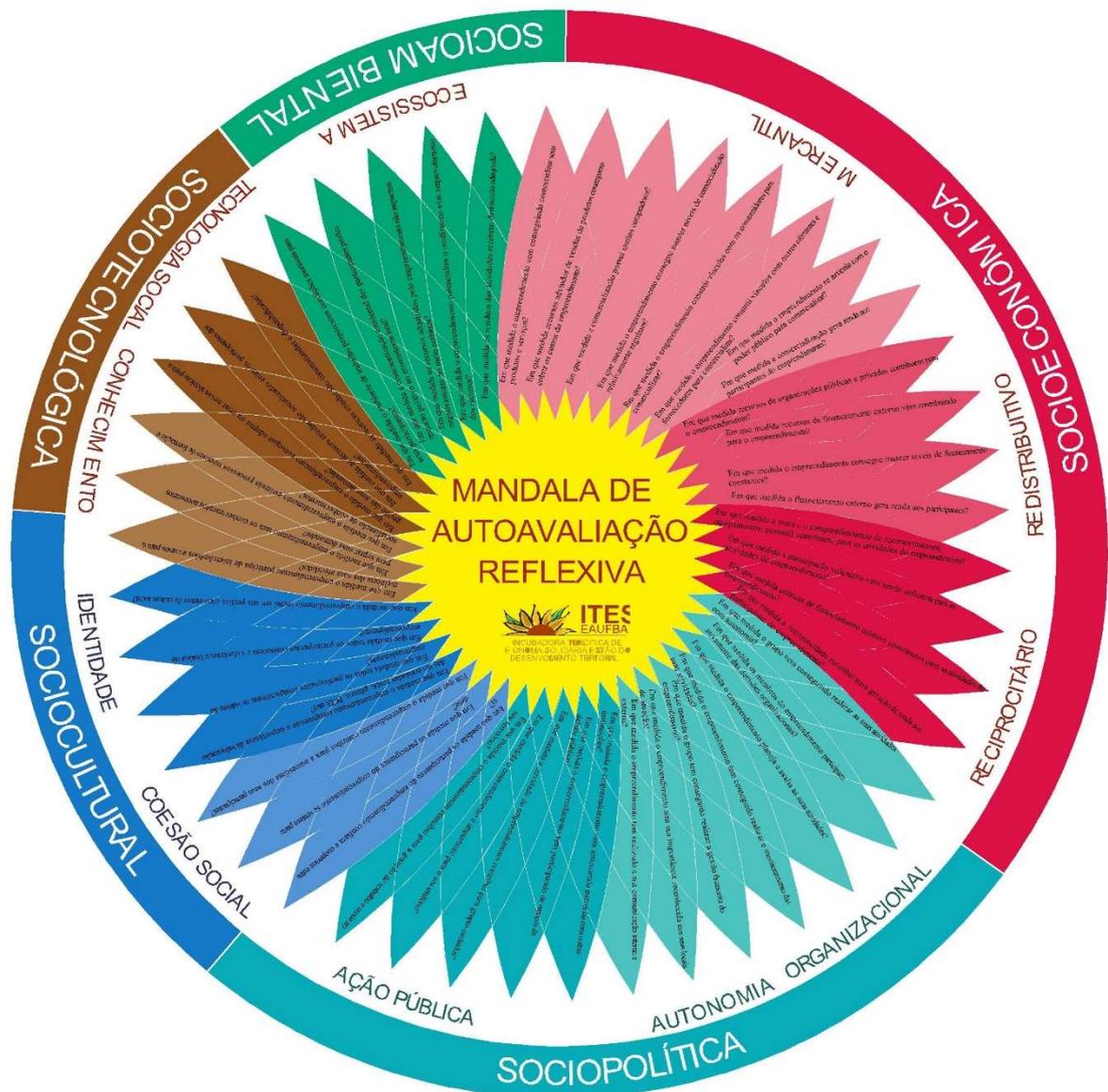
Nesta primeira parte, será discutido a origem, estrutura da metodologia e as bases teóricas que desenvolvem a ideia de sustentabilidade a partir das cinco dimensões, permitindo refletir sobre cada dimensão e saber quais análises foram pensadas para compor a avaliação do

⁶ O conceito de sustentabilidade plural é a construção de uma perspectiva de sustentabilidade organizacional utilizada para empreendimentos de economia solidária. O termo foi explorado através dos trabalhos de Genauto França Filho juntamente com sua orientanda Tatiana Reis ao integrar diferentes referências teóricas para reunir quatro dimensões cunhando esse conceito de sustentabilidade plural (econômica, sociocultural, política e gestão). Ao aprimorar a concepção de sustentabilidade plural, foi-se evidenciando a ligação entre a mesma e a Utilidade Social, ao considerar que para empreendimentos e organizações se sustentarem, é necessário considerar o meio em que vivem, a forma como essa ligação se estabelece e o que elas produzem em termos de ação e significado a este meio (REIS, 2005).

empreendimento, assim como avaliar sua capacidade de ser sustentável. Na segunda parte, será feita a descrição detalhada do instrumento, quais materiais necessários, forma de aplicação, forma de atuação dos participantes e passo a passo da metodologia.

A metodologia surgiu a partir do trabalho desenvolvido pela ITES da UFBA, mais precisamente, do professor Genauto França Filho. O instrumento foi criado intencionalmente para ser voltado para empreendimentos solidários e, ao passar do tempo, ele foi sendo aprofundado pela equipe técnica da Incubadora Tecnológica ITES da UFBA, a partir de sua aplicação e vivência. À medida que o instrumento foi sendo desenvolvido, novos elementos foram sendo incorporados e acabou-se chegando a um modelo de jogo. A concepção de metodologia em forma interativa de jogo é atribuída ao fato de facilitar e incentivar a participação dos atores, pois, como sugere a ideia de autoavaliação. Do ponto de vista da dinâmica de um grupo, a Mandala de autoavaliação reflexiva parte do pressuposto que organizações, iniciativas, grupos, sempre estarão mais fortalecidos na capacidade de atingir seus propósitos quando ele for mais capaz de refletir sobre a sua própria prática. Assim, ela incentiva um processo democrático de discussão dialógica e utiliza a estrutura para propiciar autorreflexão e autoavaliação dos participantes (FRANÇA FILHO, 2019a). A seguir, temos a estrutura da Mandala de autoavaliação reflexiva a partir da utilidade social.

Figura 1 – Mandala de autoavaliação reflexiva a partir da utilidade social



Fonte: adaptada de Universidade Federal da Bahia (2019).

Tal qual um jogo de tabuleiro, a Mandala utiliza o corpo para engajar os participantes no processo. Ao centro, tem-se o nome da metodologia: “Mandala de autoavaliação reflexiva”; no segundo aro, tem-se as subdimensões; e, no lado externo, as dimensões macros: “Socioeconômica”, “Sociopolítica”, “Sociocultural”, “Sociotecnológica” e “Socioambiental”. Cada dimensão macro possui subdimensões, sendo elas:

- (i) Socioeconômica – Subdimensões: Mercantil, Redistributivo e Reciprocitário;
- (ii) Sociopolítica – Subdimensões: Autonomia Organizacional e Ação Pública;
- (iii) Sociocultural – Subdimensões: Coesão Social e Identidade;

- (iv) Sociotecnológica – Subdimensões: Conhecimento e Tecnologia Social;
- (v) Socioambiental – Subdimensão: Ecossistema.

Dentro de cada dimensão, existe perguntas, o que corresponde uma divisão de perguntas em faixas alocadas dentro das subdimensões. A Mandala de autoavaliação reflexiva a partir da utilidade social é composta por cinco dimensões, dez subdimensões e quarenta e seis questões⁷ (FRANÇA FILHO, 2019a).

Para melhor entendimento, cada dimensão e subdimensão será explicada a seguir de acordo com as propostas que as envolvem e que, conseqüentemente, deram origem as questões do jogo.

1. Dimensão Socioeconômica

Esta dimensão salienta o aspecto econômico e faz referência a três manifestações do agir econômico: o “Mercantil”, “Redistributivo” e “Reciprocitário”, as quais manifestam a existência de um conceito de economia amplificado dos diversos empreendimentos e organizações solidárias. Nesta dimensão, a concepção das três manifestações é feita a título de reinterpretar o termo econômico para os participantes dentro da metodologia proposta. A importância deste nível reside em saber se o empreendimento é capaz de gerar e mobilizar recursos necessários para a sua sustentabilidade econômica recorrendo a diferentes lógicas: a lógica mercantil, a lógica redistributiva e a lógica reciprocitária (FRANÇA FILHO, 2019a). “Com essa ideia de recurso, enfatiza-se a capacidade do empreendimento em reproduzir materialmente suas condições de sobrevivência, para além dos recursos apenas financeiros.” (FRANÇA FILHO, 2019b, p. 12). É nesse ponto que a metodologia toca a necessidade de se avaliar o modo com o qual o empreendimento envolve relações dos três tipos de lógicas socioeconômicas.

Para tanto, no contexto da lógica de mercado ou mercantil, “identifica-se a capacidade do empreendimento gerar receita financeira fruto de relações de comercialização (contraprestação financeira)” (FRANÇA FILHO, 2019b, p. 12). Ela se dá através de qualquer tipo de venda ou prestação de serviços do empreendimento em relação a particulares (pessoa física ou jurídica) (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), ou seja, relações ou práticas de compra e venda num ambiente de mercado (FRANÇA FILHO, 2019b).

No que diz respeito à lógica redistributiva, esta reflete a capacidade do empreendimento em mobilizar recursos “através de parcerias, acordos e contratos oriundos de fontes de financiamento governamentais ou não governamentais.” (FRANÇA FILHO, 2019b, p. 12-13),

⁷ Todas as questões da mandala estão descritas no Anexo A (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

isto é, provenientes de editais públicos e privados, recursos organizados pelo Estado e experiências que mostrem a imbricação entre motivações econômicas não mercantis e as organizações (FRANÇA FILHO, 2019a). A lógica econômica do redistributivo é não concorrencial, “participando de um tipo de relação econômica que não é de troca, mas sim de transferência direta de recursos, que em geral se justifica pela natureza de utilidade social na ação do beneficiário da transferência.” (FRANÇA FILHO, 2019b, p. 13).

Finalmente, em termos da reciprocitária, o que prevalece é a mobilização de recursos via lógica de solidariedade. Isso significa, sobretudo, o privilégio de ocorrer trocas não monetárias através de uma relação que se baseia em diferentes mecanismos de solidariedade como cooperação, ajuda mútua e troca (FRANÇA FILHO, 2019a). A reciprocitária:

[...] diz respeito a lógica de obtenção de recursos não financeiros através de diferentes e variados mecanismos de cooperação na realização do trabalho coletivo segundo princípios de solidariedade, como a simples troca solidária de produtos e serviços, ou a mutualização de recursos, ou ainda a produção para autoconsumo (FRANÇA FILHO, 2019b, p. 13).

A dimensão “Socioeconômica” informa sobre a mobilização de recursos que por sua vez constitui base fundamental para a manutenção das atividades organizacionais. Ela exprime a capacidade de um empreendimento em lidar com a esfera econômica de forma a captar recursos em um mecanismo plural de vias de acesso. Isso diz respeito tanto ao mecanismo de mercado, quanto mecanismos de solidariedade; seja via transferência direta de recursos, através de subsídios, seja na forma de mutualização de recursos não monetários, fruto de relações de solidariedade. Todas essas vias têm grande importância na ação do empreendimento, o qual o equilíbrio é dado a partir da manutenção dessas três diferentes lógicas ou vias (FRANÇA FILHO, 2019a).

2. Dimensão sociopolítica

Em uma segunda dimensão, a sociopolítica, esta já não se relaciona com a condição do empreendimento na mobilização de recursos em diferentes vias, ela corresponde ao questionamento da auto-organização enquanto iniciativa ou grupo, se este pode conduzir o seu próprio processo de gestão. Isso significa avaliar a capacidade de um grupo de pessoas funcionar e perdurar diante de um objetivo comum, trata-se aqui de manter um processo de gestão associada de pessoas, que em geral envolve a construção lenta de uma cultura política baseada em articulação em redes, em políticas democráticas, na capacidade de trabalhar como um grupo e que caminhe na direção da institucionalização do empreendimento (FRANÇA

FILHO, 2019a).

Esta dimensão mostra particularmente se o empreendimento se autogoverna ou se sofre algum tipo de ingerência, a qual pode ser uma ingerência externa ou algo de dentro do empreendimento. Por esse motivo, a esfera sociopolítica deve ser considerada em relação a um duplo aspecto: “Autonomia Organizacional” e “Ação Pública”,

O primeiro diz respeito ao grau de autonomia do grupo local no processo de gestão iniciativa/empreendimento. Neste aspecto deve-se considerar ainda o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas. O segundo aspecto refere-se à capacidade da experiência em fomentar um modo de ação pública através de sua prática, o que afeta diretamente o nível e a forma de articulação da experiência ou empreendimento. O nível de articulação concerne tanto ao sentido de inserir-se em redes no âmbito da própria sociedade civil, quanto na sua capacidade de estabelecer pactos, interações, acordos ou contratos com os poderes públicos, preservando a sua autonomia. (FRANÇA FILHO, 2019a, p. 44).

No conjunto, esses dois aspectos se complementam, pois sinalizam a importância do caráter sociopolítico como critério de relevância que deve permear as ações do empreendimento. A Autonomia Organizacional engendra uma política democrática orientada pela auto-organização, autogovernança para/com processos decisórios internos da iniciativa. Já a ação pública, além de apontar inovações na esfera da cultura política local, informa sobre a prática da organização projetando suas ações para fora dela, em seu ambiente institucional (FRANÇA FILHO, 2019a). Ter incidência na dimensão sociopolítica constitui ponderar sobre os seguintes pontos na metodologia, no que diz respeito à Autonomia Organizacional:

- ↳ saber se o EES não sofre ingerência externa e se o grupo tem conquistado autonomia de gestão;
- ↳ saber se o EES fomenta processos de participação interna e aprendizado de cultura política democrática. Se sim, identificar os meios utilizados para tanto.

No que se refere à Ação Pública, o que se busca revelar é se o empreendimento é capaz de fomentar modos de ação pública locais. A sustentabilidade é atribuída à interação com outras instituições, em seus diferentes níveis e escalas – sociedade civil, poderes públicos, entes privados – seja no nível local, regional ou mesmo nacional e internacional. E ainda, finalmente, a participação em redes, fóruns, conselhos ou outras instâncias que ao mesmo tempo reconheçam a sua representação institucional e que fomentem o seu desenvolvimento local (FRANÇA FILHO, 2019a). Nessa base, temos os seguintes apontamentos para compor a avaliação e reflexão que cabe a Ação Pública:

- ↪ saber se o EES fomenta algum espaço de debate público local sobre problemas comuns afetando a vida no seu território;
- ↪ saber se o EES opera em algum nível de articulação microlocal;
- ↪ saber se o EES participa de alguma rede de articulação institucional no campo da sociedade civil e/ou movimentos sociais;
- ↪ saber o EES participa de algum fórum ou instância de articulação institucional com poderes públicos – ou mesmo entes privados – em seus diferentes níveis (FRANÇA FILHO, 2019a).

Ao final, a dimensão sociopolítica permite fortalecer a dinâmica do empreendimento no que toca o grau de autonomia e empoderamento do grupo na gestão, o que reporta a uma capacidade de aprendizado e exercício interno de uma cultura política voltada para a autogestão e para tomada de decisão coletiva. Ademais, a dimensão afeta diretamente o nível de articulação da iniciativa, ela traz o questionamento de como pode ser sustentável um EES que não consegue interagir com outras instituições. Ela traz justamente o contrário, o EES necessita se apoiar em redes, espaços públicos e instâncias de representação política para poder perdurar e se afirmar institucionalmente (FRANÇA FILHO, 2019a).

3. Dimensão sociocultural

Do ponto de vista social, a dimensão sociocultural informa sobre os vínculos construídos através da iniciativa, os quais condizem aos alicerces do próprio empreendimento. A referência da dimensão sociocultural como alicerce questiona a importância das relações entre os participantes do ponto de vista da sustentabilidade, nessa perspectiva, a existência ou não de relações de cooperação e confiança diz respeito quão fortalecidos são os vínculos sociais. Tais vínculos entre os envolvidos são vitais para identificar o grau de Coesão Social e a Identidade do empreendimento como grupo, com sua relação perante seu território e no compartilhamento de valores comuns. Na mandala, o intuito de estabelecer duas subdimensões: “Coesão Social” e “Identidade” vai ao encontro dessa caracterização que a dimensão sociocultural permite – o de perceber a afirmação identitária da iniciativa, tanto “para dentro” quanto “para fora” do empreendimento. No caso “para dentro”, este lida com a Coesão Social que compreende o sentimento de pertencimento comum e identificação com os propósitos do empreendimento. Cabe analisar padrões mínimos de Coesão Social quando se fala em pessoas confiando umas nas outras e na cooperação de uns com os outros. No caso “para fora”, este está interessado no grau de enraizamento das atividades empreendidas e no tecido da vida cultural do lugar. A identidade implica um compartilhamento de valores comuns, de história e até de identidade

com o território, isto é, implica não somente em reafirmar valores e costumes próprios, mas adicionar os saberes do local e o uso fruto dos recursos naturais locais e tecnologias socialmente apropriadas (FRANÇA FILHO, 2019a).

Consoante a isso, as duas variáveis ou subdimensões possuem uma conotação de reforçar termos de cooperação e confiança nas relações como base fundamental para a estabilidade organizacional. Em termos de identidade para fora, um grupo precisa ter conexão com o seu contexto de inserção e é por esse entendimento que a afirmação identitária constitui outra base importante para a estabilidade organizacional. Para esse ponto, o questionamento trazido para ambas subdimensões, e a dimensão como um todo, é a capacidade que a ação de um empreendimento tem de perdurar, analisando se ela é coesa internamente, se existe um compromisso cultural com esse local, se ela apresenta grau de enraizamento ou se ela se identifica com território o qual se situa (FRANÇA FILHO, 2019a). Diante desses questionamentos, alguns pontos da Coesão Social da mandala requerem ponderação:

- ↪ saber se o EES estimula relações de cooperação entre os seus membros;
- ↪ saber se o EES estimula relações de cooperação com o seu público – usuários ou consumidores – e seus parceiros institucionais;
- ↪ saber se o EES estimula relações de confiança entre seus membros;
- ↪ saber se o EES estimula uma cultura de confiança nas relações com o seu público – usuários ou consumidores – e seus parceiros institucionais;
- ↪ saber se o EES possui mecanismos de resolução de conflitos.

(FRANÇA FILHO, 2019a).

No que se relaciona com “Identidade”, os pontos que se seguem correspondem diretamente a sua reflexão na metodologia:

- ↪ saber se os produtos e/ou serviços do EES respondem às necessidades locais;
- ↪ saber se o EES possui fornecedores locais;
- ↪ saber qual a visão e prática do EES em relação ao seu meio ambiente cultural local. Ou seja, se há efeitos gerados e quais são eles;
- ↪ saber qual é a percepção da comunidade sobre a importância do EE.

(FRANÇA FILHO, 2019a).

4. Dimensão sociotecnológica

A dimensão sociotecnológica é do interesse de um empreendimento para que os participantes não estejam completamente alienados em relação ao trabalho desenvolvido pelo

grupo. A capacidade de gerar e socializar saberes são as dinâmicas principais para retratar a dimensão sociotecnológica. Trata-se de verificar a capacidade da iniciativa em favorecer um efetivo ciclo de aprendizagem através da sua ação, o que significa verificar se as pessoas/participantes desconhecem o que fazem no plano de soluções criadas a partir de suas próprias condições locais. Por esse ângulo, o propósito é avaliar em que medida o empreendimento é capaz de gerar soluções e aprenderem com as próprias tecnologias, ao passo que também estabelecem um processo de aprendizado a partir de outras fontes, por meio de intercâmbios de práticas, por exemplo. A representação desses dois fatores vem em forma de subdimensões denominadas de “Conhecimento” e “Tecnologia Social” na mandala. O primeiro acessa de maneira abstrata a aprendizagem do empreendimento em gerar soluções tecnológicas, seja no aproveitamento ou reaproveitamento de insumos e/ou conhecimentos disponíveis localmente, seja fortalecendo a própria cultura de aprendizagem repassando esse conhecimento entre os participantes. Essa relação com o conhecimento em um empreendimento pode ser mais fortalecida quando ela se traduz em tecnologias sociais. Nesse caso, representando o segundo fator, a subdimensão “Tecnologia Social” merece importância nesse aspecto, pois efetiva a capacidade do EES em gerar processos de socialização e reprodução de tais soluções traduzidas nessa dimensão tecnológica. Ou seja, o que se faz e o que se pratica pode ser socialmente apropriado pela dinâmica do grupo que dele participa, além disso, pode-se promover o intercâmbio com outros grupos o que de forma concreta e apropriada já é feito pela iniciativa (FRANÇA FILHO, 2019a).

A geração de conhecimento, o ciclo de aprendizagem, bem como a capacidade de gerar tecnologias próprias, constituem elementos de grande importância na metodologia e na consideração da sustentabilidade organizacional dos empreendimentos avaliados. Afinal, apreciar o aprendizado, com a própria experiência ou não, significa refletir sobre as próprias condições de fazer e realizar o trabalho e seus objetivos no contexto dos empreendimentos (FRANÇA FILHO, 2019a).

De forma complementar, segue o que se busca avaliar na mandala no tocante à dimensão sociotecnológica na esfera do “Conhecimento”:

- ↳ saber se o EES gera algum aprendizado a partir de sua própria atividade;
- ↳ saber se o EES fomenta algum processo de formação ou socialização de conhecimento entre seus participantes;

No que diz respeito à geração de “Tecnologia Social”;

- ↪ saber se o EES gera tecnologias próprias na gestão de suas atividades. Se sim, indicar em que proporções isso ocorre (se apenas concentrada em algumas áreas de ação ou mais diluída no conjunto das ações empreendidas);
- ↪ saber se essa geração de tecnologias próprias ocorre de forma espontânea – em razão da natureza das atividades e do perfil dos seus trabalhadores – ou é fruto de uma política do empreendimento;
- ↪ saber se o EES realiza intercâmbios de conhecimentos e técnicas com outros empreendimentos ou instâncias institucionais (FRANÇA FILHO, 2019a).

5. Dimensão socioambiental

A questão ambiental para a metodologia é compreendida através do seu propósito de análise ecológica da dinâmica dos empreendimentos. De certo modo, a subdimensão “Ecossistema” “diz respeito ao grau de vinculação do empreendimento em relação às características ambientais próprias num território.” (FRANÇA FILHO, 2019b, p. 31). Essa relação refere-se à importância atribuída da organização na dinâmica ambiental, isto é, o grau de valorização que grupo tem para/com o meio ambiente e o grau de vinculação do empreendimento em relação às características ambientais próprias num território. A grande questão implícita a metodologia nessa dimensão é: questionar um empreendimento em termos de em que medida são concebidos controles de externalidades negativas que possam ser gerados por meio da atividade produtiva e, “em termos da própria capacidade do empreendimento em produzir externalidades positivas.” (FRANÇA FILHO, 2019b, p. 31). No primeiro ponto, o propósito é reconhecer, no processo de avaliação, que tipos de atividades conseguem ser desenvolvidas no controle de danos ambientais, de maneira a mitigar uma atividade cuja natureza tem forte propensão a impactar (prejudicar) o meio ambiente. O nível de reflexão neste sentido se dá pela verificação ou não da conscientização ambiental do empreendimento, ou se este degrada o meio ambiente na sua atividade cotidiana, destruindo ou gerando efeitos de externalidades negativas – impacto negativo – ao ambiente em que vive.

No segundo ponto, a subdimensão assimila a reflexão sobre os níveis de impacto ecológico da ação empreendedora no seu entorno. Por exemplo, ela permite ponderar que tipos de insumos são utilizados na atividade produtiva e/ou qual uso é dado ao lixo ou refugo dessa atividade, assim como pondera sobre quais condições ambientais a atividade é realizada e que tipo de fonte energética é priorizada. Nesse sentido, o propósito é reconhecer qual o nível de reflexão que se dá aos efeitos de externalidades positivas – impacto positivo – proporcionados pelo empreendimento. Na totalidade, a proposta da dimensão socioambiental com a

subdimensão “Ecosistema” privilegiam explorar o nível de reflexão e prática que o empreendimento possui em relação à questão ambiental, isto é, como ele é incorporado ou não no cotidiano da sua ação (FRANÇA FILHO, 2019a).

Correspondendo a subdimensão “Ecosistema” tem-se as seguintes questões:

- ↳ conhecer o grau de consciência ambiental existente no EES;
- ↳ segundo o grau de consciência existente, saber se existem e quais são as ações ambientais postas em prática na ação do ESS.

A partir das cinco dimensões estabelecidas, tem-se uma contribuição valiosa da mandala – contribuição de natureza essa que permite uma outra visão sobre a sustentabilidade. Partindo da ideia de sustentabilidade, da qualidade daquilo que dura, isto é, é sustentável tudo aquilo que pode ser entendido no sentido de manter ou ser mantido. Tem-se que essa ideia reflete na mandala no intuito de fazer com que o grupo perceba as suas condições de sustentabilidade. No exercício da metodologia, é possível, por exemplo, ver se o empreendimento possui dimensão socioeconômica fraca de dimensão sociocultural forte, ou sociopolítica mais evidente e socioambiental mais enfraquecida. Diferentes situações são possíveis dentre os cenários das iniciativas, e objetivo da mandala é possibilitar a reflexão dessa realidade: refletir sobre a sustentabilidade da organização, ao identificar suas fragilidades e fortalezas, concebendo ideias que ajudem a superar a fragilidade e potencialize as fortalezas. Enfim, a mandala trata da concepção de sustentabilidade em relação estreita e a serviço das demais dimensões de caráter sócio-organizativo “Socioeconômica”, “Sociopolítica”, “Sociocultural”, “Sociotecnológica” e “Socioambiental” – que fazem parte das iniciativas (FRANÇA FILHO, 2019a).

Nesse sentido, com noção de utilidade social, a metodologia valoriza-se e apóia-se nesse constructo para comprovar uma série de demandas sociais a serem satisfeitas localmente e que se tornam “duráveis” graças às ações dos mais diversos empreendimentos e organizações com a função de sustentar o conjunto das iniciativas locais. É, na prática, uma visão da utilidade social, mostrando um instrumento que avalia de outra perspectiva, centrado na utilidade social e nos novos fatores de riqueza, a sustentabilidade e a riqueza gerada em empreendimentos da ESS (FRANÇA FILHO, 2019a).

Partindo para a descrição detalhada do instrumento: quais materiais necessários, forma de atuação dos participantes e passo a passo da metodologia, tem-se algumas orientações⁸ para aplicação da metodologia Mandala de autoavaliação reflexiva a partir da utilidade social. Desse modo, a mandala avaliativa foi desenhada para ser um jogo de autoavaliação reflexiva:

⁸ Todas as orientações da mandala estão descritas no Anexo B (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

O jogo utiliza a metáfora de uma oca ou praça redonda para introduzir a ideia de que o desenvolvimento é um processo de múltiplas dimensões que estão fortemente entrelaçadas. Cada dimensão é problematizada a partir de categorias (critérios de avaliação), as quais, por sua vez, introduzem os participantes em uma sequência articulada de perguntas sobre o andamento geral do empreendimento (FRANÇA FILHO, 2019a, p. 46).

A rigor, a possibilidade de ser uma autoavaliação reflexiva aumenta o compartilhamento de significados e experiências no decorrer do jogo, o grupo passa a encontrar, através da mandala, a mediação para refletir novos sentidos atribuídos, avanços e desafios, assim como suas possibilidades mais concretas e pactuadas de mudança (FRANÇA FILHO, 2019a).

Essa metodologia é voltada para empreendimentos associativos e comunitários, sejam esses participantes da ESS, da economia colaborativa, da economia criativa, da economia popular e entre outras propostas e iniciativas. A perspectiva de aplicação da mandala sugere que sejam empreendimentos que propiciem o desenvolvimento dos seus participantes, do seu território ou local de atuação, e estejam engajados em integrar diferentes dimensões que conformam os ganhos da ação nos grupos (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

Para aplicação da metodologia em forma de jogo, o grupo precisa dispor de uma superfície plana que permita uma visualização por todos os integrantes sob a mandala e os elementos do jogo. Diante da mandala, é possível visualizar as dimensões de análise e os espaços destinados para atribuição de valores pelo grupo. Além disso, a metodologia utiliza cartões que representam cada uma das questões dentro das subdimensões e, por sua vez, dentro das dimensões. São essas questões que provocarão os participantes ou jogadores a refletirem sobre o próprio empreendimento e a reconhecerem quais práticas emergem no processo. Esses cartões possuem cores correspondentes a cada uma das dimensões dispostas no *layout* da mandala (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

Para cada questão das dimensões de análise, os participantes deverão levar em consideração a análise do seu último ano, devem se ater à realidade mais atual do empreendimento. Em seguida, entre a discussão e a reflexão das questões, os participantes atribuirão valores de 1 a 5 para cada questão, sendo estes classificados como: (1) péssimo; (2) ruim; (3) regular; (4) bom; e (5) ótimo. Em adição, os valores atribuídos serão representados por cores na mandala, o que destaca toda a escala de valores dentro da mandala. Todas as questões respondidas são refletidas na mandala sendo parte de uma visualização mais ampla da própria (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

Para possibilitar a autorreflexão, cada ator atribuirá individualmente valor às questões e justificará na reflexão coletiva, somente os valores acordados serão expostos na mandala, a

ideia é promover a discussão enquanto as reflexões são emitidas até a chegada de uma decisão coletiva. O principal objetivo da atribuição de valores é uma avaliação do empreendimento por todos os participantes, sendo assim, ao final do jogo, tem-se o conjunto dessa autoavaliação e, por conseguinte, o cenário atual da sustentabilidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019). Importa ressaltar o equilíbrio necessário no fortalecimento das diferentes dimensões, assim, a avaliação confronta justamente o alcance desse equilíbrio. Tal aspecto pode vir a ser fator de sustentabilidade ou continuação do empreendimento, no sentido de a experiência se fazer durar (FRANÇA FILHO, 2019a).

Quanto à sua aplicação, esse instrumento requer três tipos de participantes: os jogadores (participantes/atores), o facilitador e o sistematizador. Todos os três são importantes para a dinâmica do jogo, salientando que os atores do processo portam a voz durante todo o percurso e os dois outros papéis contribuintes (facilitador e sistematizador) são vitais para garantir a dinâmica do jogo, evidências (exemplos) de cada dimensão e a explanação de cada etapa da mandala (FRANÇA FILHO, 2019a). Primeiramente, as pessoas que fazem parte diretamente do empreendimento são os jogadores, são esses que possuem o conhecimento necessário para avaliá-lo. O fato de serem os atores principais no jogo, ou seja, jogam o jogo, faz com que o momento de fala seja feito por eles na maior parte das vezes. Ao que se refere à quantidade de jogadores, não existe um número específico de participantes, entretanto, um grupo muito grande de pessoas pode acarretar um maior tempo de avaliação e um menor engajamento desses durante o processo. Isso se desdobra ao que tange uma única pessoa avaliando o empreendimento através da mandala, um jogador somente não gera reflexão e deixa de caracterizar a metodologia. Assim, cabe aos jogadores: (i) verificar as orientações dadas pelo facilitador; (ii) discutir e atribuir valor às questões; (iii) justificar o valor atribuído; (iv) conceber ideias durante o jogo; (v) checar e alterar quando necessário a síntese realizada pelo sistematizador; e (vi) solicitar o registro de algum tipo de informação que surja durante a aplicação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

Um segundo papel é o do facilitador, o facilitador é o mediador que irá conduzir o jogo, é a pessoa que conhece a metodologia, como explicá-la e possui referências e exemplos para dinamizar o processo, em outras palavras, é a pessoa com o domínio do que é a metodologia. É imprescindível que esse facilitador não possua uma relação conflituosa ou autoritária com os participantes, ele tem o papel de orientar, mas não de influenciar na reflexão dos jogadores. Ele pode ser parte do próprio empreendimento ou pode ser um ator externo que vai a campo para estar aplicando o instrumento (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019). Cabe ao facilitador: (i) explicar o objetivo da mandala; (ii) explicar o conceito de cada dimensão e

subdimensão para os jogadores; (iii) cuidar do tempo das reflexões para que não exista uma exaustão dos jogadores de um lado e, por um outro lado, uma falta de reflexão nas dimensões; (iv) mediar o processo de atribuição de valores; (v) incentivar a escuta do grupo em relação às opiniões diferentes dos jogadores; e (vi) solicitar ao sistematizador a leitura das frases sínteses (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

Em terceiro, tem o sistematizador, essa função é de grande importância pois representa a sistematização das reflexões feitas pelos atores. Nesse papel, também é possível que seja uma pessoa participante do empreendimento ou um agente externo. A pessoa não joga o jogo, porém permite que as reflexões dos jogadores sejam registradas e sistematizadas sem que os jogadores precisem parar a reflexão para estarem fazendo anotações. É uma forma dos participantes utilizarem essa sistematização⁹ no futuro para próprio planejamento interno. A função do sistematizador compreende: (i) fazer a síntese das reflexões do grupo em cada subdimensão; (ii) anotar os valores atribuídos pelo grupo em cada questão; (iii) ler a síntese após cada subdimensão analisada; (iv) realizar alteração na sistematização quando solicitado; e (v) anotar e guardar ideias que emergem ao longo do jogo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

No início do jogo, o facilitador explica o objetivo da mandala e as regras do jogo. Em seguida, o grupo sorteia a primeira dimensão a ser analisada, este é um procedimento com intuito de não privilegiar uma dimensão sob a outra. A medida em que as dimensões vão sendo sorteadas, o mesmo processo de leitura das questões e parada para reflexão é feito para cada subdimensão e dimensão. A partir da reflexão coletiva, o grupo atribuirá um valor único para a respectiva questão e, nesse momento, coloca-se no tabuleiro a paleta de cor correspondente ao valor gerado para as questões. Enquanto isso, o sistematizador além de anotar o valor no formulário, vai formalizando a síntese dos pontos, questionamentos, reflexões surgidas durante o processo de fala dos jogadores. Ao finalizar as perguntas de uma subdimensão, o facilitador solicita que o sistematizador exponha a síntese elaborada para aprovação do grupo, a mesma precisa representar a observação e a reflexão do empreendimento. Os passos se repetem até que, ao final da mandala, os jogadores possam ter refletido sobre todas as dimensões de análise (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

Em conclusão, o jogo de autoavaliação reflexivo intenciona o interpretar com o sentido da prática, apoiando-se em um mecanismo plural de avaliação. Para além de uma tradicional avaliação, a mandala demonstra pertinência ao sugerir uma desconstrução da ideia

⁹ A sistematização síntese da mandala está descrita no Anexo C (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019).

convencional de avaliar empreendimentos de cunho social e solidário, o que permite a apreensão de certas dimensões da prática que estariam despercebidas numa visão de avaliação exclusivamente voltada para o econômico e financeiro. Tal avaliação do econômico ganha relevância na mandala também, assim como outras dimensões. No caso da mandala, esta não trata de submeter uma avaliação de sustentabilidade para determinado empreendimento a uma dinâmica processual que obedece exclusivamente a critérios econômicos. Assim, o intuito é de apreender as múltiplas dimensões que estruturam a atividade do empreendimento e acerca das diferentes formas de manifestação dos ganhos oriundos das práticas no seu contexto local (FRANÇA FILHO, 2019a).

2.3 POR QUE AVALIAR IMPACTO SOCIAL?

Da mesma forma que foi feito com a abordagem de avaliação anterior, nessa também, deve-se considerar os principais conceitos relacionados ao impacto social, assim como as formas e princípios que devem nortear a condução desse campo da avaliação.

Com tal proposta, é importante ressaltar que existem muitas maneiras de relacionar o conceito de impacto social com diferentes metodologias e métricas de avaliação. No entanto, a apresentação aqui neste trabalho tem o intuito de refletir pontos do contexto de uso da metodologia em questão – *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos de impacto* (2019), a fim de explicitar definições-sínteses para entendimento do viés de análise proposto pela própria ferramenta de avaliação. Em outras palavras, a pretensão não é esgotar as especificidades de avaliação de impacto social de projetos, programas e iniciativas sociais, e sim perceber as bases teóricas em que a metodologia se preocupa para avaliar impacto socioambiental.

A seguir serão abordados conceitos de impacto social, assim como serão feitas algumas considerações sobre a evolução desses conceitos como parte de uma ampla perspectiva da realização de avaliações desses tipos de impacto.

Segundo Bonilla (2007, p. 1), “o termo impacto vem da voz ‘*impactus*’, do latim tardio e significa, em sua terceira acepção, impressão ou efeito muito intenso deixado em alguém ou algo por uma ação ou evento”. Como manifestação do efeito de uma ação, o termo “impacto” passou a ser usado, inicialmente, como expressão de pesquisas e trabalhos voltados para o meio ambiente. Diz-se que impacto ambiental pode ser verificado quando uma ação ou atividade produz alteração, favorável ou desfavorável no meio ambiente, ou quando é simplesmente considerado como consequência da realização da intervenção em relação a uma situação que

teria evoluído sem realização dessa intervenção (BONILLA, 2007).

Nesse sentido, o uso do termo foi ampliado, tomando proporções com outros significados, e principalmente, em outros campos. Assim, pôde-se observar que para além do meio ambiente, a tarefa de referir-se a impacto virou objeto de múltiplas definições na literatura associadas também a problemas sociais (BONILLA, 2007). De acordo com Stievenart e Pache (2014), o ponto comum entre impacto e questões sociais é, portanto, acompanhado de um desafio ao tentar determiná-lo, o que parece ser um questionamento de como o último pode ser avaliado. Para muitos projetos e programas, o reconhecimento dessas questões sociais vai de encontro a uma complexidade de identificar, medir e valorizar as mudanças individuais e sociais dessas estruturas, ao tratar especificamente do que foi alcançado através de seu impacto social.

Essas definições, juntamente com muitas outras, expressam consequências, relações de causa-efeito, escopo dos efeitos esperados e análise dos efeitos mencionados na população, bem como mudanças ocorridas na sociedade devido a produto de investigações, para colocar: “uma melhoria significativa e, em alguns casos, duradoura ou sustentável ao longo do tempo, sob qualquer uma das condições ou características da população-alvo e que foram consideradas essenciais na definição do problema que deu origem ao programa.” (GUZMÁN, 2004, p. 6). Portanto, diante das definições estabelecidas para impacto social,

[...] pode-se observar que elas possuem vários elementos em comum, entre estes, a relação causa-efeito entre a aplicação de um projeto ou programa específico e o impacto causado, os resultados do referido projeto presente a médio e longo prazo, as mudanças verificadas nos grupos ou comunidades, bem como a forma como as mudanças ocorrem, ou seja, são consideradas os efeitos antecipados ou não, negativos ou positivos, bem como o fator tempo na duração dos efeitos de uma ação (BONILLA, 2007, p. 3).

Como a autora enfatiza, o termo “impacto social” não deve ser utilizado para um alcance de qualquer tipo, considerando que deve ser sustentado ao longo do tempo, e observados a longo prazo. Essa ressalva é feita já que esse termo é bastante confundido quando nos referimos a resultados. Considerando ambos os termos, impactos sociais são compreendidos como *Ultimate* ou *Long Term Outcomes*, enquanto resultados são considerados de *Short Term* ou *Intermediary Outcomes* (GUIA..., 2017). No conceito de impacto social, é necessário diferenciar efeito, resultado e impacto. “O impacto é a mudança induzida por um projeto sustentado ao longo do tempo e em muitos casos, estendido a grupos não envolvidos neste (efeito multiplicador).” (BARREIRO NOA, 2006 apud BONILLA, 2007, p. 3). Já os efeitos “referem-se às consequências intencionais ou não intencionais de um determinado projeto, os efeitos geralmente estão relacionados ao propósito, enquanto os impactos referem-se aos fins.”

(PROYECTO SEA, 2001 apud BONILLA, 2007, p. 3). Por sua vez, os resultados se relacionam com a magnitude (*short term* ou *intermediary outcomes*) da mudança de um projeto ou programa, como fruto de processos ou produtos em algum grupo populacional (BONILLA, 2007).

Partindo desses conceitos, a avaliação de impacto social é, portanto, uma abordagem que acompanha a dimensão social para justamente incluir os processos de análise, monitoramento e gerenciamento “de consequências sociais, voluntárias e involuntárias, tanto positivas como negativas, de intervenções planejadas (políticas, programas, planos, projetos), bem como qualquer processo de mudança social, invocado pelas referidas intervenções.” (VANCLAY, 2013, p. 2). Uma vez que o campo de estudo de avaliação de impacto social abre para perspectivas complementares, no campo socioambiental, isso se estende, por exemplo, para trazer um ambiente biofísico e humano equitativo e mais sustentável (VANCLAY, 2013). Isso posto, deve-se deter, em especial, ao adjetivo “social” da avaliação de impacto, pois é ele que tem a finalidade de fornecer evidências sobre impactos produzidos por projetos, programas e iniciativas sociais. Esse termo deve ser entendido em seu sentido amplo e deve ser compreendido também, como uma abordagem que visa ir além da medida de desempenho puramente econômico, a fim de criar valor para as pessoas e a para a sociedade através das partes interessadas e impactadas pela iniciativa social (STIEVENART; PACHE, 2014).

Estudos dessa natureza frisam que a Avaliação de Impactos Sociais (AIS) é um processo de gestão e não um produto (VANCLAY *et al.*, 2015). De acordo com Menezes Filho (2012, p. 14),

Os resultados dessas avaliações têm uma variedade de utilidade potenciais. A mais óbvia delas é utilizar as informações produzidas para a melhoria do desenho da própria iniciativa em questão. Além disso, os resultados produzidos podem ser usados para auxiliar no desenho de outros programas subsequentes na mesma comunidade ou até mesmo para informar formuladores de políticas que pretendam desenhar programas com objetivos similares em outras comunidades.

Conforme os autores exploram, a AIS contribui para o processo de gestão adaptativa, assim como envolve a tomada de decisão e a priorização de investimentos sociais de programas, projetos e iniciativas (ESTEVES; FRANKS; VANCLAY, 2012). Portanto, necessita alicerçar-se em conhecimento local e utilizar recursos participativos para poder analisar as preocupações de partes interessadas afetadas. É essencial que a análise de alternativas e monitoramento envolva as partes interessadas, do contrário, não se configura como AIS. Esse processo de gestão não apenas enfatiza a identificação ou melhoria de resultados negativos ou resultados não intencionais, mas também foca em uma postura proativa para desenvolvimento de longo

prazo (VANCLAY, 2013).

As avaliações de impacto são por natureza heterogêneas, destinadas a estimar a relação causal entre uma determinada ação e mudanças observadas que foram desenvolvidas. Dentro desse cenário, a avaliação de impacto que se propõe buscar elementos que possibilitem precisar uma relação de causa e efeito entre a intervenção e seus impactos é a qual requer abordar questões de causalidade, comparabilidade e custo (LAZZARINI, 2018). “Essa relação de causa (intervenção) e efeito (impacto) é chamada de ‘inferência causal’, ou ‘laços de causalidade’.” (INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL, 2018, p. 6). O principal propósito de uma avaliação de impacto com esse teor é de verificar se, no contexto de uma iniciativa, programa, ou projeto, esta está alcançando seus objetivos e impactos esperados (MENEZES FILHO, 2012). Entende-se que o impacto é definido “[...] como o contraste entre duas situações: uma real (a situação dos participantes após a participação no projeto) e outra hipotética (a situação que estariam caso não tivessem tido a oportunidade de participar do programa.” (MENEZES FILHO, 2012, p. 13).

O foco na causalidade e na atribuição é a marca das avaliações de impacto. Todos os métodos de avaliação de impacto tratam de alguma forma de questão de causa e efeito. A abordagem da questão da causalidade determina as metodologias que podem ser usadas. Para poder estimar o efeito causal ou o impacto de um programa nos resultados, qualquer método de avaliação de impacto escolhido deve estimar o chamado contrafactual, ou seja, qual teria sido o resultado para os participantes do programa se eles não tivessem participado no programa (GERTLER *et al.*, 2018, p. 9).

Nesse contexto, começa-se a introduzir, assim, o contrafactual, que é representado por “grupos de comparação que podem ser usados para estimar os impactos dos programas, sendo ponto crucial de qualquer avaliação de impacto.” (GERTLER *et al.*, 2018, p. 17). Para Lazzarini (2018), medir o impacto com tais considerações perpassa justamente por essa análise contrafactual, ou seja, representar o que teria acontecido com uma população-alvo se o projeto não tivesse sido implantado em primeiro lugar. Para isso, é possível que dois grupos, os chamados “tratados” e “não tratados”, sejam apresentados de tal forma: um que represente adequadamente a situação de não tratamento (não está na situação ou inserido no projeto, sem nenhuma intervenção), e um que represente o grupo de indivíduos que participam e estão inseridos no programa, iniciativa ou projeto em questão (MENEZES FILHO, 2012).

Assim, nesse sentido, é que a metodologia do *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos* de impacto (2019) se introduz. Embora existam outros nichos de análise perante um campo mais amplo de avaliação, a AIS, através do guia, é focalizada, especificamente, por um método que tanto possui dados de linha

de base para o grupo que recebe uma intervenção, quanto para o grupo usado como comparação (GERTLER *et al.*, 2018).

Ademais, o guia é delineado e mobilizado por meio de um propósito de uma reconciliação entre objetivos sociais e objetivos financeiros (LAZZARINI *et al.*, 2017). Essa visão sugere que não apenas busque-se ativamente a medição de impacto, mas que também facilite maneiras dos chamados “investidores de impacto” visualizarem mecanismos de gerarem impacto de acordo com orientação social da empresa associada a esses “investidores de impacto.” (LAZZARINI *et al.*, 2017). Segundo J.P. Morgan (2010 apud LAZZARINI *et al.*, 2015, p. 108), “[...]define-se investimentos de impacto como uma nova classe de ativos que buscam conciliar desempenho financeiro social em uma mesma aplicação, gerando assim, impacto socioambiental, além de retorno financeiro”. Na última década, em países anglo-saxões, podemos citar, por exemplo, ferramentas e métodos que foram desenvolvidos nos últimos anos que se propõem a potencializar monetariamente o impacto social, como é o caso da abordagem de Retorno Sobre o Investimento Social (SROI). Além desse, a base de indicadores de Impacto Reportados por Padrões de Investimento (IRIS) também segue essa mesma proposta de confrontar e conciliar fatores monetários e fatores sociais (STIEVENART; PACHE, 2014).

Esses investimentos têm crescido e possibilitado canalizar fundos, sejam eles oriundos de instituições, fundações, agências de fomento, agências governamentais, empresas e entre outros, para projetos socioambientais (LAZZARINI *et al.*, 2015). Portanto, investidores de impacto são vistos como novos e importantes fontes potenciais de financiamento para as iniciativas estarem buscando e assim poderem lidar com desafios sociais iminentes nos mais variados contextos (DUE; LUND, 2018).

Dado esses investidores, existe ainda a parte da apuração de métodos ou técnicas que se constituem na avaliação de impacto para informar a essas fontes sobre os efeitos causados pelos projetos, programas ou iniciativas (LAZZARINI *et al.*, 2015). Nesse sentido, o objetivo da metodologia “é propor um guia para elaboração de planos de avaliação com vistas a ajudar a aferição desempenho socioambiental em investimentos de impacto.” (LAZZARINI *et al.*, 2015, p. 108). Para esse intuito, e para apoiar a disseminação desse instrumento, é importante discutir os caminhos possíveis para cada tipo de intervenção (INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL, 2018). Isto é, à medida que as iniciativas apresentam uma série de particularidades na sua conjunção, é necessário se deparar com perguntas como essas: qual método ou abordagem é mais adequado para avaliar esta iniciativa? Que abordagem pode ser mais profunda e sensível à iniciativa? E, nesse sentido, a

metodologia trata da escolha para fazer a avaliação de impacto, adequando a situação e capacidade avaliativa de acordo com a possibilidade de aferição em diferentes níveis de medição.

Essa abordagem é alinhada juntamente ao que a metodologia propõe – que é um modelo experimental, guiado por alguns princípios fundamentais para avaliação de impacto socioambiental: a constituição de grupos que recebem a intervenção, o investimento, ou participam do programa, e um grupo de controle que não recebe intervenção, não participa do programa ou iniciativa (GUIA..., 2017). Adicionalmente,

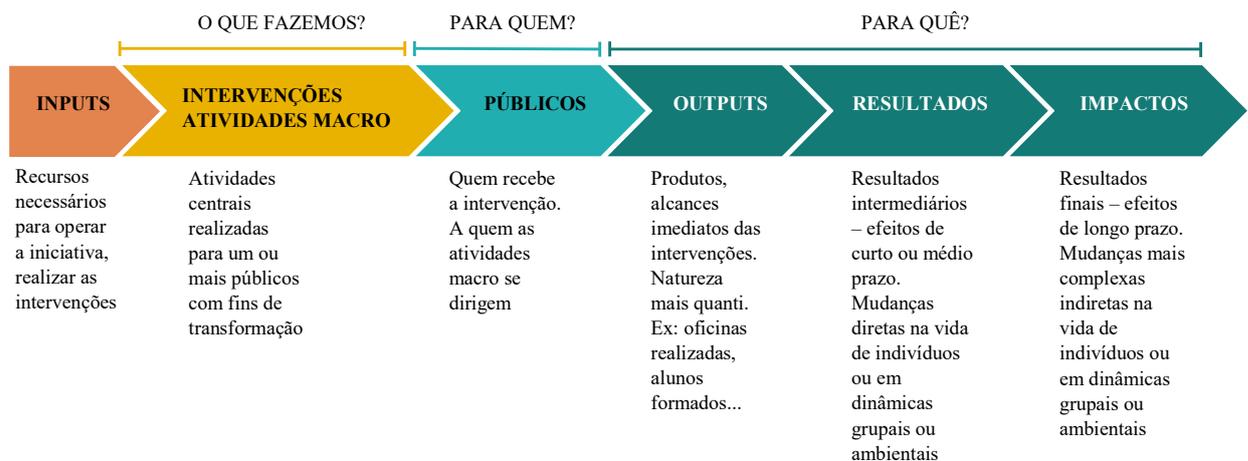
O guia se baseia em uma metodologia de medição que confronta indicadores socioambientais de grupos que recebem o investimento vis-à-vis grupos comparáveis a outros que não recebem o investimento. Esse procedimento permite melhor isolar o efeito causado pelo projeto, logo possibilitando um melhor acompanhamento do impacto de investimentos que buscam conciliar retorno financeiro e impacto (LAZZARINI *et al.*, 2015, p. 108).

Os modelos experimentais são conhecidos por apresentarem a possibilidade de isolar o efeito do tratamento (projeto/programa ou iniciativa), de maneira que se tenha uma observação de certa diferença (impacto) e que essa possa ser vinculada ao tratamento (intervenção). Assim, permite-se que uma relação causal seja estabelecida entre o tratamento e o resultado auferido (GUIA..., 2017). Além dos modelos experimentais, a metodologia também comporta o que se dá pela denominação de modelos quase experimentais, os quais ganham destaque por não tornarem necessária a alocação aleatória dos participantes do estudo. Nesse caso, apresentam bases características similares, porém, tecnicamente, não se utiliza da seleção aleatória de dois grupos, por exemplo. E, ainda nesse seguimento, há aqueles que se dizem não experimentais, que também são contemplados e fazem parte da conjuntura da metodologia. No entanto, neste último, não se utiliza de grupos de controle/comparação (GUIA..., 2017).

Diante desses três diferentes desenhos de modelos abarcados na metodologia através do guia, é preciso, antes de mais nada, levar em consideração o caminho da relação causal ou cadeia causal que relaciona os impactos em função da intervenção. Esse caminho é demonstrado através da condição de se conceber a estrutura, o modo de realizar as ações, as atividades, os resultados e os impactos esperados da iniciativa ou empreendimento. É de um ambiente dialógico com a própria iniciativa que muitos dos elementos se tornam capazes de manifestar relações entre o que é esperado e o que é engendrado (GUIA..., 2017). E dentre as ferramentas possíveis para delinear essa estrutura lógica, este caminho, a Teoria da Mudança é utilizada pela metodologia para o encontro da iniciativa com o contexto no qual ela intervém.

A concepção de uma avaliação de impacto se origina da Teoria da Mudança ou da cadeia de resultados de um programa (GERTLER *et al.*, 2018). As teorias da mudança vêm sendo usadas de diferentes maneiras e no que tange o pensamento avaliativo, elas têm apoiado a elaboração e qualificação do fundamento, das relações entre componentes e perspectivas de resultados de um programa, iniciativa ou política (GUIA..., 2017). O conceito fundamental de uma teoria da mudança e o uso de cadeias de resultados e indicadores de desempenho têm proporcionado definição de medidas para o êxito de um programa tal como na fase de planejamento quanto na avaliação de resultados (GERTLER *et al.*, 2018). Nesse sentido, a Teoria da Mudança “ajuda a esclarecer os objetivos do programa — especialmente porque requer o estabelecimento de medidas bem definidas para o seu êxito.” (GERTLER *et al.*, 2018, p. 11). Através da Figura 2 a seguir, tem-se uma simplificação do conceito.

Figura 2 – Construção e uso da Teoria da Mudança



Fonte: adaptada de *Guia prático de avaliação para negócios de impacto social* (2017).

Dentro da Teoria da Mudança, é preciso conhecer o que implica uma série de conexões entre as atividades, resultados e impactos que ocorrem ou que se pretende dentro de uma iniciativa. O que não a torna uma maneira de descrever todas as atividades incluídas em um plano de ação ou detalhamento de um conjunto de ações para realizar alguma atividade (GUIA..., 2017). As teorias da mudança são derivadas de uma corrente chamada de *Program Theory Evaluation*, ou das avaliações baseadas em Teorias de Programas, sendo que a principal função dessa corrente é “compreender qual teoria sustenta um determinado objeto na realidade social, ou seja, que fundamentos teóricos, lógica estratégica, relações entre componentes e expectativas de resultados que dão forma a um programa ou política” (GUIA..., 2017, p. 27).

No que se refere à construção de uma teoria da mudança, é preciso conhecer o conjunto de propostas, pressupostos e ações que determinam os caminhos gerais definidos de antemão, para os quais, o programa ou a iniciativa possa se comprometer em alcançá-los (GUIA..., 2017). Isso diz sobre alguns aspectos em que uma teoria de mudança pode ser fundamentada e justificada, ou seja, em que uma teoria de mudança pode ser importante. Para tanto, é preciso conhecer o caminho, os atores precisam partilhar a visão, é preciso ter hipóteses sobre causas e efeitos, e principalmente conhecer a realidade em que se atua. No primeiro, de conhecer o caminho, diz respeito aos passos a serem dados em busca de um resultado de longo prazo, pois do contrário, a falta de clareza nesse sentido pode tornar a avaliação desafiadora e acabar menosprezando “fatores relacionados ao impacto almejado, uma vez que não é possível mensurar impacto se não temos clareza daquilo que estamos fazendo.” (GUIA..., 2017, p. 28). O segundo fator, de que os atores precisam partilhar a visão, refere-se ao contexto de que *stakeholders* quando pouco conscientes de como se dá o processo da mudança, acabam por dar pouca atenção às mudanças de curto e médio prazo, as quais influenciam impactos de longo prazo. O terceiro, de que é preciso ter hipóteses sobre causas e efeitos, informa sobre as teorias da mudança, as quais implicam um modo de “descrever uma série de pressupostos que explicam tanto o passo a passo que leva a uma mudança social como as conexões entre as atividades e resultados que ocorrem cada momento do caminho de mudança.” (GUIA..., 2017, p. 28). Por último, o conhecimento da realidade em que se atua, isso porque pressupostos por si só, ou estes sendo pobremente articulados, não elucidam o que é necessário se investigar ou avaliar em programas ou iniciativas complexas. As teorias da mudança vêm sendo utilizadas como maneiras de apoiar a elaboração e qualificação das visões sobre o que se pretende de fazer, porém elas somente não influenciam na dimensão dos efeitos, ainda há necessidade de estudar o que está acontecendo para uma melhor compreensão da iniciativa (GUIA..., 2017).

Afinal, incentiva-se, fortemente,

[...] que os responsáveis pela formulação de políticas públicas e os gestores de programas a considerar as avaliações de impacto como parte de uma teoria da mudança bem desenvolvida que defina claramente os mecanismos causais pelos quais um programa atua para produzir e influenciar resultados, e os encorajamos a combinar avaliações de impacto com o monitoramento e a avaliação complementar para obter uma visão completa dos resultados (GERTLER *et al.*, 2018, p. 16).

Por meio desta, portanto, que a metodologia do guia estabelece uma das principais relações entre os laços de causalidade de uma intervenção e seus impactos. Sendo assim, parte-se para uma outra perspectiva de avaliação que envolve a segunda metodologia tratada neste trabalho. A próxima seção aborda o conteúdo que forma especificamente a avaliação de impacto

socioambiental retratado pelo *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos de impacto* (2019).

2.4 COMO AVALIAR IMPACTO SOCIAL: UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA – GUIA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL PARA UTILIZAÇÃO EM NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS DE IMPACTO

A proposta da metodologia do Guia de avaliação de impacto socioambiental se depara com uma grande quantidade de métodos estabelecidos para mensurar impacto socioambiental. Dentre o universo de instrumentos possíveis nessa área, há muita discussão de como monitorar as atividades e medir impacto de iniciativas, projetos e organizações com foco social ou ambiental. O desafio reside justamente em ir além, isto é, deixar de ser um monitoramento ou acompanhamento de indicadores para ser uma análise de resultados (impactos) causados por iniciativas (INSPER METRICIS, 2019).

Dentro dessa perspectiva, a metodologia explora uma das possibilidades de analisar impactos que é representada através de duas situações; uma existente e uma possível. Para corresponder a essas duas situações, um questionamento principal já é colocado desde o início para entendimento da proposta, que perpassa pela seguinte pergunta: o que teria acontecido com indivíduos ou comunidades-alvo caso não tivessem sido beneficiados com projeto? Nesse caso, são dois os fatores observados pela metodologia: as intervenções que uma iniciativa tem e o que elas promovem dentro de uma comunidade, ou seja, a sua situação existente e, por outro lado, qual a situação que ela estaria caso não tivesse passado por essas ações/intervenções. Esse questionamento é importante porque busca examinar o que de fato pode ser atrelado ao desenvolvimento da iniciativa, ou se as intervenções externas realizam e influenciam nesse processo (INSPER METRICIS, 2019).

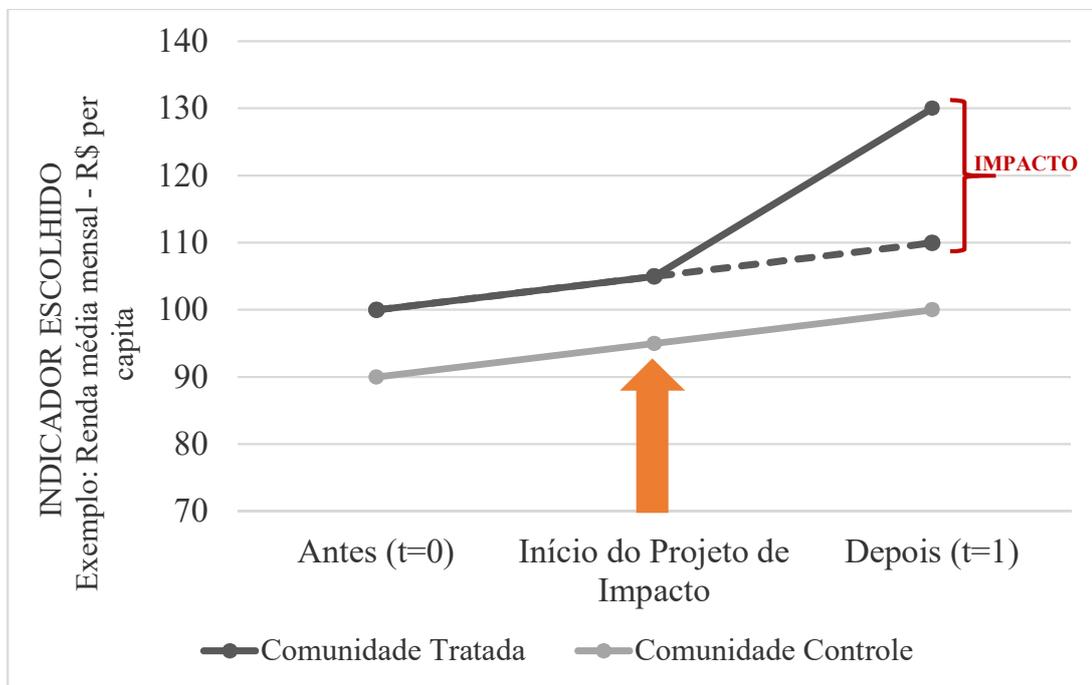
Por exemplo, em um projeto buscando apoiar escolas públicas com ferramentas tecnológicas, o gestor do projeto pode erroneamente concluir que essas ferramentas aumentaram o aprendizado dos alunos, quando, em realidade, essa melhoria pode ter sido causada por mudanças em práticas pedagógicas da rede pública (INSPER METRICIS, 2019, p. 3).

A partir dessa construção de cenários, a chamada abordagem de verificação de adicionalidade (*additionality*) é trabalhada na metodologia como forma balizadora para evitar conclusões precipitadas ou errôneas sobre ações dos projetos, organizações e iniciativas. A analogia que se refere a essa abordagem se assimila ao tratamento dado ao campo da medicina, o qual existe um grupo tratado e um grupo de controle. O grupo tratado corresponde aquele que

receberá o tratamento médico ou medicamento, e o grupo de controle é aquele que não recebe o referido tratamento. Dessa maneira, afere-se sobre como o tratamento afetou a população e o que poderia ter acontecido caso o tratamento não fosse efetuado através do grupo de controle que permanece, naturalmente, sem nenhuma intervenção. Esse cenário do grupo de controle *versus* grupo de tratamento é chamado de contrafactual, um cenário alternativo correspondente ao que teria acontecido sem o tratamento (INSPER METRICIS, 2019).

Para a metodologia, tem-se a verificação de adicionalidade representada através da Figura 3 a seguir.

Figura 3 - Princípio da medição por verificação de adicionalidade



Fonte: adaptada de Insper Metricis (2019).

Em adicionalidade, considera-se “não apenas a evolução do grupo tratado no tempo, mas também a tendência natural que este grupo seguiria (evidenciada pelo grupo de controle) [...]” (INSPER METRICIS, 2019, p. 3). O grupo tratado é exposto de tal maneira que consiga se perceber qual impacto é percebido diante de um grupo de controle que segue um curso natural sem qualquer tipo de intervenção (INSPER METRICIS, 2019).

Nesse sentido, a metodologia propõe estabelecer algumas diferenciações essenciais para a compreensão do que seria essa avaliação de impacto e o que seria monitorar indicadores para comunidades, projetos e iniciativas alvo. Seguindo essa abordagem, indicadores devem representar resultados fortemente alinhados a melhorias concretas na população-alvo, podendo

ser melhorias ou decaimento também, mas, em caso de simplificação, considera-se somente melhorias neste momento. Por esse viés, a avaliação de impacto com fator de adicionalidade considera tanto essa abordagem de indicadores quanto a avaliação do que poderia ter acontecido por meios de comparação com grupos de controle similares, que porventura não fazem parte da iniciativa ou projeto, em outras palavras, não são contemplados como as populações-alvo que já fazem parte do projeto. São dois os pilares para considerar avaliação de impacto com foco em verificação de adicionalidade: indicadores com elevada relevância para aferir o impacto do projeto, isto é, resultados positivos esperados na população-alvo, e elemento contrafactual (o que poderia ter acontecido caso a população-alvo não tivesse passado pela iniciativa) (INSPER METRICIS, 2019).

O Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em investimentos e negócios de impacto (2019) tem o objetivo de prover um instrumento em forma de metodologia prática que analise organizações, empreendimentos e iniciativas sociais por métricas claras, objetivas e estritamente ligadas aos projetos. Esse recurso vai ao encontro da proposta da metodologia em alavancar investidores ou investimentos interessados em avaliar impactos socioambientais dessas organizações, o que estas têm contribuído e quais são efeitos de suas ações (INSPER METRICIS, 2019).

Fundamentado em base quantitativa, o guia estabelece etapas metodológicas que podem ser seguidas e possibilitam avaliação específica de impacto de um projeto. Vale ressaltar que a presente metodologia não tem a pretensão de esgotar a temática de avaliação de impacto socioambiental em projetos de impacto e nem ser a única ferramenta utilizada nesse campo. No presente caso da metodologia aqui trabalhada, ela propõe um passo a passo ao estabelecer etapas de elaboração de um plano de medição que servem de encadeamento para a lógica de avaliação de impacto socioambiental. O plano de medição serve como um processo essencial para planejamento, operacionalização, execução e controle da medição. Esta destaca ainda a importância de seguir as etapas para um processo de medição robusto e acurado com a finalidade de uma avaliação efetiva dos investimentos de impacto (INSPER METRICIS, 2019).

Na primeira etapa, a metodologia descreve a necessidade de estabelecer uma delimitação da população-alvo. Para iniciar o plano de medição, é necessário delimitar o setor de atuação do projeto de impacto e especialmente sua população-alvo. Um projeto, uma iniciativa, uma organização que possua objetivos e atributos que gerem impacto social em diferentes escalas, podendo ser de menor escala até grandes proporções (INSPER METRICIS, 2019). Nesse quesito, “[...] a delimitação da população-alvo pode ser feita tanto em termos regionais quanto com base em atributos específicos ligados a potenciais vulnerabilidades

(renda, nível educacional, incidência de doenças, dentre outros).” (INSPER METRICIS, 2019, p. 5). É preciso ter uma demonstração de certeza sobre quem, população ou grupo, que participará da investigação durante o processo. Tal definição afeta o tamanho amostral necessário para a efetivação da medição (INSPER METRICIS, 2019).

Na segunda etapa, o *benchmarking* é o elemento principal. Antes de se definir indicadores a respeito da sua população-alvo, é preciso avaliar o que já vem sendo feito em termos de estudos, indicadores que foram previamente estabelecidos e utilizados no projeto e em projetos similares. A expansão das metodologias de avaliação de impacto permeia um campo que depende da consolidação dos erros e acertos. Por esse motivo que existe um esforço em resgatar projetos similares, suas realizações em termos de avaliação, sobretudo indicadores utilizados. Para tanto, fontes de informações diversas podem ser consideradas: estudos acadêmicos, publicações nacionais e internacionais, relatórios do projeto ou relatórios de agentes externos, e dentre outros (INSPER METRICIS, 2019). Nesse tipo de estudo de avaliação de impacto, é comum relacionar o *benchmarking* com uma espécie de “meta análises”, ou seja, “[...] estudos que tentam agregar os resultados de diversas avaliações prévias sobre um determinado tema.” (INSPER METRICIS, 2019, p. 5).

A terceira etapa diz respeito ao que medir, essa etapa inicia e aprofunda a questão proposta pela metodologia em estabelecer critérios para/com o projeto no que tange ao seu funcionamento, atividades realizadas e propósito. Nessa etapa, o projeto/programa/organização passa a ser avaliado a partir da concepção da teoria da mudança, o qual é um encadeamento realizado de forma clara e lógica, com objetivo de articular insumos, atividades, produtos, resultados das atividades e propósito como um todo. Parte de uma dimensão menor até a visualização ampliada do objetivo socioambiental pretendido pelo projeto (INSPER METRICIS, 2019). A Figura 4 demonstra as cinco etapas de uma teoria da mudança, cujo encadeamento é essencial para a formulação do mapeamento da iniciativa e, conseqüentemente, do plano de medição.

Figura 4 – Teoria da Mudança aplicada a investimentos e negócios de impacto



Fonte: Insper Metricis (2019).

Nessa cadeia, os insumos e atividades geram resultados imediatos ou produtos (*outputs*); que, portanto, geram resultados (*outcomes*), todos ligados às atividades do projeto e a proporção mais ampla que o empreendimento alcança, como a sua repercussão na sociedade. A cadeia começa a partir de pessoas e recursos (insumos) que realizam atividades no programa e que geram produtos. Produtos são considerados diferentes do conceito de resultados na Teoria da Mudança, estes são somente o que é realizado a partir da atividade, até esse ponto não se sabe o que está gerando e se está gerando mudança, no sentido de se ter resultados. Resultados, por sua vez, representam, na Teoria da Mudança, melhoria de nota de percepção, mudanças tangíveis relacionadas à atividade em foco. No entanto, muitos projetos consideram compilar até a cadeia de produtos sem chegar até a análise de impacto e avaliação de mudanças efetivas na população-alvo. Dessa forma, grande parte dos projetos socioambientais realiza monitoramento de insumos, atividades ou produtos (INSPER METRICIS, 2019).

Para ilustrar a aplicação da teoria da mudança, vale retornar ao exemplo anterior de uma empresa cuja atividade seja fornecer ferramentas tecnológicas para melhorar estudos acadêmicos de alunos da rede pública de ensino, utilizando insumos diversos como as próprias ferramentas fornecidas, com o apoio de equipes de suporte para coordenar sua aplicação. Os produtos dessa atividade seriam o número de acessos à ferramenta na escola ou o número de sessões de interação com alunos. Observe, entretanto, que nenhum desses resultados indica necessariamente que os alunos melhoraram como resultado da intervenção. É preciso, portanto, saber quais são os resultados esperados na população-alvo, isso é, melhorias que efetivamente podem causar impacto positivo na vida dos beneficiários ou na sociedade de forma mais ampla pública. Um resultado social mais amplo, por sua vez, seria o aumento esperado de bem-estar e até mesmo ganhos de renda futura em função das novas habilidades adquiridas pelos alunos (INSPER METRICIS, 2019, p. 6).

Por esse viés, a cadeia causal baseada na Teoria da Mudança se faz importante como um mecanismo que irá identificar as mudanças. Até aqui, tem-se um mapeamento do que se prevê em uma cadeia causal de um projeto, programa ou iniciativa. A partir desse mapeamento do projeto, à luz da etapa dois da metodologia, pode-se então evidenciar indicadores relevantes para o impacto do projeto avaliado. Importa ressaltar que, sob uma ótica de adicionalidade, a Teoria da Mudança em si, descrita brevemente acima, representa o caminho para se avaliar o impacto, mas não o avalia ao final do processo (INSPER METRICIS, 2019).

Para a quarta etapa, o intuito é propor indicadores para o projeto. A metodologia propõe que não deve ser utilizado mais que três indicadores de elevada relevância para avaliar o impacto gerado. Isso é uma forma de manter o foco e a facilidade para análise do mesmo. Essa consideração sugere que os indicadores sejam intimamente ligados às melhorias de curto ou longo prazo advindos da terceira etapa, através do entendimento e aplicação da cadeia com a teoria da mudança. Em um projeto de impacto socioambiental, as métricas ou indicadores devem corresponder às seguintes características: (i) ter elevada relevância, ou seja, representam resultados altamente desejáveis para a população-alvo. A metodologia afirma que se a métrica deriva do método da terceira etapa e a Teoria da Mudança rege corretamente o processo, então, é possível identificar os resultados desejáveis (os indicadores), para serem relevantes; (ii) devem ser passíveis de serem afetados pela ação dos executores do projeto. Indicadores muito amplos não são recomendados pois transmitem fatores desconectados aos executores, os resultados desses indicadores amplos acabam por depender de muitos fatores sem controle direto dos próprios participantes do projeto; (iii) prioriza-se dados objetivos em comparação a indicadores muito subjetivos com possível dificuldade de precisão. Logo, uma relativa precisão é a terceira característica que se leva em consideração para conjuntura de métricas, essas devem ser medidas e verificadas com certa precisão; e (iv) devem ter baixo custo de medição – em geral, o custo de obter dados tanto das populações-alvo quanto populações de controle (grupos de controle) deve ser considerado a níveis baixos. Por esse motivo que, se existe a possibilidade de acessar dados publicamente, ela pode ser considerada porque tendem a reduzir custos relativos à coleta de dados. Além dessa sugestão, a metodologia considera que atender a maior parte desses critérios citados (i, ii, iii e iv) pode ser um ponto de dificuldade para os projetos, logo, cabe muitas vezes aos responsáveis ou gestores dos projetos optarem por métricas que melhor se encaixem aos objetivos do projeto, sempre tendo em mente tais características (INSPER METRICIS, 2019).

A etapa cinco compreende a definição do método de verificação de adicionalidade e do nível de medição. Posterior a definição das métricas na etapa quatro, vem essa etapa de grande

importância de definir como será feita a verificação de adicionalidade, em outras palavras, significa verificar o que poderia ter acontecido com grupo caso não tivesse no projeto ou passado pelas intervenções do próprio. Aqui, define-se o grupo tratado (indivíduos, pessoas e comunidades beneficiadas pelo projeto) e o grupo de controle (indivíduos que não fazem parte do projeto e que não passaram pelas intervenções) (INSPER METRICIS, 2019).

Vale ressaltar que a forma de verificação de adicionalidade varia de acordo com o nível de medição definido pelo projeto e este será explanado mais detalhadamente ao final dessa seção. Níveis de medição mais elevados acarretam uma maior confiabilidade de que as mudanças que ocorreram na população-alvo foram sim decorrentes do projeto, porém, por um outro lado são os mais custosos e mais complexos de serem adotados. O guia cobre o espectro dos níveis de medição propostos pela própria metodologia, mas em caso de níveis mais elevados serem adotados, é necessário o apoio de especialistas para auxílio em técnicas de medição e técnicas mais apropriadas (INSPER METRICIS, 2019).

Então, o impacto poderá ser medido através da forma de verificação da adicionalidade, juntamente com o nível de medição definido pelo projeto, e com base nos indicadores escolhidos a partir da etapa prévia. É nesse momento que a metodologia reúne os elementos necessários para medir o impacto com precisão, e esse impacto será medido “como a diferença de variação entre a comunidade tratada e a de controle, considerando os dois períodos definidos.” (INSPER METRICIS, 2019, p. 10).

Partindo para a etapa seis, o plano amostral é o próximo passo diante da reunião de elementos para a medição. A definição do tamanho da amostra – quantas pessoas ou grupos participarão da avaliação do projeto – é parte essencial do plano de medição. Em caso de níveis mais altos de medição, os níveis estatísticos também se tornam mais altos e essa etapa se torna especialmente importante nesses contextos. Para estes, emprega-se técnicas que possuem a finalidade de identificar, com um nível maior de precisão, o efeito do projeto sobre a população-alvo. Um adequado tamanho amostral permite maior precisão estatística na determinação da diferença entre o resultado medido antes e depois do projeto, além de precisar a diferença entre o grupo tratado e de controle (INSPER METRICIS, 2019).

Essencialmente, um maior tamanho da amostra reduz o risco de as análises não encontrarem um efeito positivo do projeto, supondo que realmente ele exista. Em geral, o tamanho da amostra depende do tamanho do efeito esperado: tudo o mais constante, quanto menor o impacto esperado do projeto, maior o tamanho necessário da amostra para que se possa medi-lo. Sempre que possível, é também importante procurar ter grupos tratado e de controle com tamanho amostral relativamente similar (INSPER METRICIS, 2019, p. 10).

Após a definição do plano amostral, vem a etapa prática de execução da medição. A etapa sete concebe ir a campo para coleta de dados e isso não significa restritamente a coletar dados no projeto ou grupo-alvo. De forma a reduzir os custos com a coleta de dados, a metodologia informa sobre a busca de dados secundários (base de dados confiáveis e publicamente disponíveis). Além dessa busca de dados secundários, a coleta de dados originais (primários) pode ser feita com o apoio de uma equipe treinada e especializada como recomenda a metodologia (INSPER METRICIS, 2019).

Entre as atividades de execução da medição, a verificação de adicionalidade requer uma coleta de dados aguçada tanto das populações afetadas pelo projeto quanto do grupo de controle. No mais, o executor do projeto deve evidenciar qual indicador de desempenho – métricas escolhidas – durante todo processo; é importante que isso aconteça e que juntamente a isso, ele possa determinar quem irá executar a medição e evidenciar o orçamento de todo o conjunto (INSPER METRICIS, 2019).

Ao final das etapas da elaboração do plano de medição da metodologia, tem-se a última etapa: a etapa oito. Essa etapa refere-se ao cronograma de medição e diz sobre a definição do período de coleta de dados, indicando, se for possível, o tempo zero e o tempo um, ou seja, o antes e depois do início das intervenções. Por fim, deve-se ter em mente que a duração para verificação de impacto parte de um horizonte de um ou dois anos, o executor do projeto e o investidor devem ter consciência que a partir do início do projeto existe um intervalo de tempo para poder assim avaliar seu impacto. Em adição, alguns casos necessitam um horizonte ainda maior para se verificar o real impacto, não se limitando a esse período de um a dois anos (INSPER METRICIS, 2019).

2.4.1 Níveis de medição

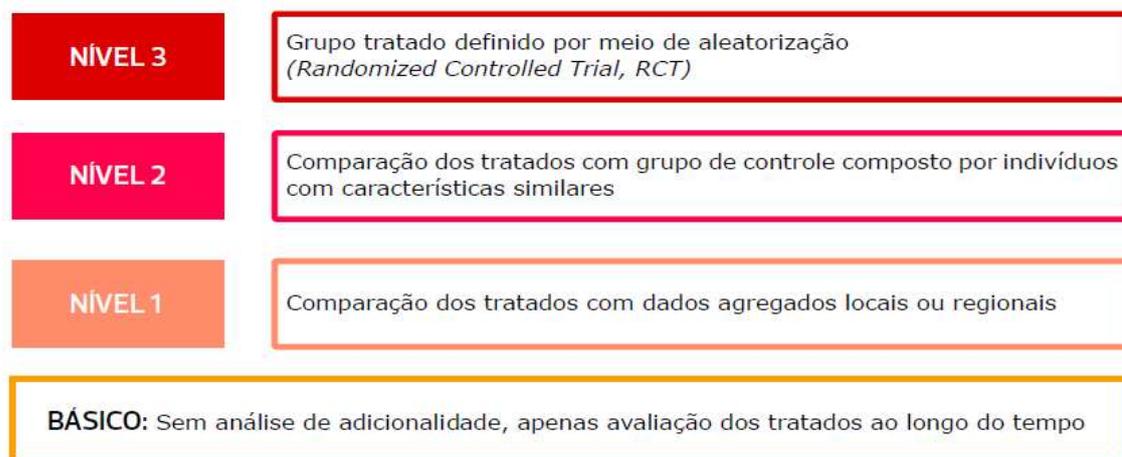
A partir das etapas de elaboração de plano de avaliação, os níveis de medição e suas respectivas limitações são evidenciados pela metodologia no intuito de oferecer possibilidades diante da contextualização e perspectiva de alguns casos que simplesmente não são possíveis de se medir com o alto grau de precisão almejado. Porém, é possível propor métricas razoavelmente ajustadas sobre como medir e avaliar o impacto socioambiental de um grande número de projetos em setores diversos (INSPER METRICIS, 2019).

Como dito anteriormente, a forma de verificação de adicionalidade varia de acordo com o nível de medição definido pelo projeto:

Os níveis de medição, essencialmente, propõem formas alternativas de corrigir o efeito de fatores externos decorrentes de diferenças pré-existentes entre os grupos tratados e de controle. Por exemplo, imagine que o investidor de impacto queira avaliar o efeito de um novo método pedagógico e ofereça esse método a diversas escolas. É possível que as escolas que aceitem aderir ao programa sejam justamente aquelas com gestão mais motivada para melhorias no ensino. Se essa variável afetando a escolha ('gestão motivada') não for observada pelo avaliador, pode-se concluir erroneamente que possíveis melhorias nas escolas que voluntariamente aderiram ao programa resultaram do programa em si, ainda que a causa real tenha sido a propensão natural das escolas escolhidas a melhorar o seu ensino. Para minimizar esse erro, especialistas em avaliação com verificação de adicionalidade enfatizam que, idealmente, os grupos e indivíduos tratados devem ser escolhidos de forma aleatória, por sorteio. No entanto, sabe-se que o sorteio de indivíduos ou grupos é particularmente complexo e em muitos casos até mesmo inexecutável. [...] Assim, em muitos casos, os investidores acabam tendo que recorrer a outros métodos que tentam corrigir diferenças prévias entre os grupos tratado e de controle (INSPER METRICIS, 2019, p. 11, grifo do autor).

O nível de medição escolhido é parte da verificação escolhida pelo projeto diante as condições existentes de se avaliar impacto. Independentemente da escolha, todos os níveis possuem suas possíveis limitações. Diante disso, a metodologia expõe três níveis de medição mais o tipo de medição considerado básico, partindo da base (o básico) até o topo (nível 3) tem-se: o básico, nível um, nível dois e nível três, conforme Figura 5. O tipo de medição básico não envolve análise de adicionalidade, isso quer dizer que é a avaliação partindo do antes e depois do grupo, existe a avaliação dos tratados ao longo do tempo, porém não possui o elemento contrafactual evidenciado pelo grupo de controle (INSPER METRICIS, 2019).

Figura 5 – Níveis de medição para verificação de adicionalidade



Fonte: Insper Metricis (2019).

A abordagem do tipo de medição básico considera a mensuração apenas dos resultados do grupo tratado. Este não é considerado como um nível de medição, justamente por não incluir o cenário contrafactual (o que teria acontecido com a população-alvo sem a intervenção). No entanto, essa forma é a mais exequível para muitos projetos por possuir uma coleta de dados mais fácil devido ao acesso do grupo em avaliar os indivíduos do projeto que fazem parte (INSPEER METRICIS, 2019). O básico consiste em observar “como determinados indicadores variaram no início e ao longo das intervenções. É também uma abordagem bastante usada para acompanhar indicadores de desempenho do próprio projeto.” (INSPEER METRICIS, 2019, p. 12). Embora essa abordagem convenha muitos casos, alguns cuidados precisam ser tomados ao considerar o nível básico, quando se observa variações positivas nos indicadores ao longo do tempo de acompanhamento, essas podem não significar necessariamente que as mudanças foram causadas pelas intervenções realizadas, o acompanhamento dos indicadores pode não considerar fatores externos que influenciam no processo. Por exemplo, a comunidade-alvo de avaliação já pode ter uma tendência de melhoria antes do início das intervenções ou podem ter acontecido mudanças externas que favoreceram os resultados do processo. Então, ao adotar o tipo de medição básico, deve-se ter cuidado com a inferência que se faz com relação às intervenções realizadas (INSPEER METRICIS, 2019).

O nível um (1) representa a mensuração comparando o grupo tratado com dados agregados locais. Para fins comparativos, utiliza-se dados disponíveis na região, no local onde o projeto é realizado. Esses dados capturam uma forma de comparação ao que poderia ter acontecido sem que houvesse a implantação do projeto. Por exemplo, é possível analisar os dados da comunidade-alvo comparando-os com uma região próxima ou dados da própria cidade. Por certas dificuldades que possam se apresentar na avaliação do projeto, dados

agregados disponíveis para uma determinada região acabam sendo a opção viável para execução da medição: “devem ser buscados dados que permitam avaliar o que ocorreu com o projeto comparativamente ao resultado agregado antes e depois da intervenção.” (INSPER METRICIS, 2019, p. 12).

No nível dois (2), um nível que já apresenta a tentativa de criar um grupo de controle composto por indivíduos com características similares, existe um potencial maior para uso de técnicas de verificação de adicionalidade denominadas de “quase experimentais”. Apesar de não ser um nível que apresente a implementação da aleatorização, há um esforço de criação de um grupo de controle constituído por indivíduos ou comunidades “comparáveis” aos tratados (INSPER METRICIS, 2019). A metodologia atribui esse esforço ao relacioná-lo com o nível um, no qual também existe essa tentativa, além de considerá-lo com um diferencial a mais:

Da mesma forma que no Nível 1, há uma definição deliberada da localidade onde o projeto será realizado e de quem são os indivíduos beneficiados. E, no processo de avaliação, empregam-se técnicas para construir um grupo de controle formado por indivíduos que sejam parecidos com os indivíduos tratados. Ou seja: em vez de utilizar dados agregados de um determinado local, há uma tentativa de acompanhar grupos ou indivíduos que não recebem o investimento, porém com características similares às dos tratados (INSPER METRICIS, 2019, p. 12).

Para escolher indivíduos com características similares, a metodologia trata da chamada “técnica de pareamento”. As bases do grupo de controle são relacionadas com as bases do grupo tratado através de características observáveis relevantes e similares para os dois grupos (como idade, sexo, renda etc.). Portanto, a seleção é feita a partir dos participantes da intervenção e o grupo de controle é selecionado pelo quanto mais parecido ele possa ser em relação a cada participante no grupo de tratamento (INSPER METRICIS, 2019).

Consoante com essa perspectiva, a Figura 3 demonstra um importante aspecto sobre como os grupos de tratamento e controle podem ser de fato comparáveis. Ambos os grupos possuem uma linha de tendência similar na sua própria evolução, e isso é interessante para que a partir do momento que haja a intervenção, esse diferencial fique evidente entre a comunidade tratada e a comunidade controle. Em contrapartida, tendências não alinhadas confundem o que poderia ser os fatores comuns ou os fatores distintos que influenciam na evolução dos dois grupos (INSPER METRICIS, 2019).

Por fim, o nível mais alto de medição, também representando os chamados “métodos experimentais”, possui técnicas que permitem máxima confiabilidade da estimativa de avaliação de impacto. O nível três (3) corresponde à aleatorização dos indivíduos ou comunidades, isto é, o grupo tratado é definido de forma aleatória. A decisão de quais sujeitos

passarão pela intervenção de forma aleatória é, portanto, a redução de possíveis vieses de seleção de indivíduos, grupos ou comunidades do projeto (INSPER METRICIS, 2019).

A abordagem tratada aqui nesse nível está relacionada fortemente a um grau de segurança maior, ao garantir que não existam diferenças entre as características, observáveis ou não, dos grupos tratados e de controle. Além disso, “[...] pode-se avaliar o desempenho comparativo dos grupos tratados e de controle em um momento após o início do projeto.” (INSPER METRICIS, 2019, p. 14). Para efeito de plano amostral, os cálculos de tamanho mínimo da amostra são de grande relevância para esse último nível.

Ao final, o Quadro 1 do *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos* (2019) de impacto estabelece um comparativo entre cada nível de medição expondo vantagens e limitações respectivas a cada um. Nesse sentido, o critério de escolha do nível de medição vai de encontro a condições do projeto. À medida que se eleva o nível, melhor a confiabilidade das medições de impacto. Isso significa afirmar que o projeto de fato causou mudanças no grupo ou comunidade. Por outro viés, a complexidade acompanha os níveis: o mais alto nível demanda esforços maiores, potencialmente mais recursos técnicos e financeiros para as análises (INSPER METRICIS, 2019). Nessas condições, o guia propõe essa gama de possibilidades e vai muito em favor da contextualização e perspectivas dos projetos para escolha do nível de medição.

Quadro 1 – Vantagens e limitações dos níveis de medição

	VANTAGENS	LIMITAÇÕES
Básico	<ul style="list-style-type: none"> Dados mais facilmente disponíveis (coletados do próprio projeto e da sua população-alvo). Maior simplicidade nas análises (comparação apenas dentro do grupo tratado, antes e depois). 	<ul style="list-style-type: none"> Não envolve verificação de adicionalidade, pois não há análise de cenário contrafactual (o que teria acontecido com a população-alvo sem o projeto).
Nível 1	<ul style="list-style-type: none"> Em muitos casos, gestores têm à disposição apenas dados agregados (por exemplo, renda municipal ao invés da renda das famílias do município). Comparando a outros métodos de verificação de adicionalidade, a análise é 	<ul style="list-style-type: none"> As características da população agregada podem ser muito distintas da população-alvo, ainda que dentro do mesmo recorte geográfico. Não permite estimação de efeito causal, dado que não envolve técnicas estatísticas para controle

	mais simples (resultados do projeto versus resultados agregados).	de potenciais diferenças entre grupos.
Nível 2	<ul style="list-style-type: none"> • Em muitos casos, a população-alvo tratada já foi definida, sendo inviável realizar aleatorização. • Ao se construir grupos de controle com características similares aos tratados, evita-se o viés gerado por diferenças substanciais entre os grupos com base em traços observáveis. • As diferentes técnicas do Nível 2 permitem realizar inferência estatística sobre o impacto observado no grupo tratado, frente ao grupo de controle. 	<ul style="list-style-type: none"> • As técnicas do Nível 2 só permitem avaliar o efeito causal do projeto se não houver efeito relevante de outros fatores não observados e medidos, o que é difícil de verificar na prática. • É preciso obter dados desagregados de características não apenas daqueles afetados pelo projeto, mas também daqueles no grupo de controle. • Deve haver casos no grupo de controle que sejam próximos, em suas características, aos tratados. Caso contrário, não é possível realizar a comparação.
Nível 3	<ul style="list-style-type: none"> • Ao se realizar a aleatorização, é possível garantir com mais segurança que o efeito medido foi realmente causado pelo projeto. • Em geral, a aleatorização não requer medição antes do início do projeto; os indivíduos e grupos podem ser comparados após a realização das intervenções. 	<ul style="list-style-type: none"> • A técnica exige atenção particular para o tamanho da amostra. Torna-se inviável em contextos com poucos casos recebendo a intervenção. • Desenhos experimentais no Nível 3 são muitos sujeitos a problemas de efeitos cruzados, atrito e outros discutidos. • Podem surgir dilemas éticos em casos em que não se quer excluir indivíduos de uma determinada intervenção.

Fonte: adaptado de Insper Metricis (2019).

3 A EXPERIÊNCIA DE USO DAS METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE UTILIDADE SOCIAL E IMPACTO SOCIAL

Nesta seção e em um primeiro momento, a finalidade é expor o âmbito da economia solidária que se insere no objeto de pesquisa, a saber: a experiência da Rede Matarandiba e os empreendimentos solidários com o foco no banco comunitário de desenvolvimento Ilhamar. Situar a conjuntura e referências teóricas para uma rede de economia solidária para, a partir daí, poder verificar a experiência de uso das metodologias no caso Matarandiba.

Partindo da exposição contextual passa-se para o local de estudo. O objetivo aqui é caracterizar a experiência de desenvolvimento local de Matarandiba, assim como expor sua estrutura, e principalmente, situar a experiência do BCDI. Desse segundo momento, vem a discussão sobre as metodologias de utilidade social e impacto social aplicadas à luz do empreendimento solidário já mencionado. Dessa maneira, cada metodologia tem o seu processo de construção e aplicação sobre o objeto. De formas distintas, as metodologias são aplicadas e utilizadas como fonte de referência para análise de avaliação do EES.

3.1 A VILA DE MATARANDIBA E A FORMAÇÃO DA REDE DE ECONOMIA SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA

Como mencionado anteriormente, o estudo apresentado se baseia na experiência do BCDI relativo à uma rede de economia solidária localizada no município de Vera Cruz (BA). Para tanto, na primeira seção, apresentar-se-á alguns marcos conceituais e reflexões sobre o campo da economia solidária tendo como referência a Rede de Economia Sustentável e Solidária de Matarandiba ao final.

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com o seu significado atrelado às variadas formas que giram em torno da ideia de solidariedade, e em contraste ao individualismo utilitarista que é predominante às sociedades de mercado e que caracteriza o comportamento econômico hegemônico mundial. Desde a década de 1990 que o termo foi cunhado por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores que o afloraram devido terem suas atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (LAVILLE; GAIGER, 2009). Esses traços parecem constituir características centrais que marcaram e que marcam o fenômeno da economia solidária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

De fato, a economia solidária pode ser expressa através de dinâmica comunitária que é marcada por experiências que “apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o

interesse individual e o ganho material, mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162). A solidariedade, além de ser princípio comum compartilhado, é incentivada entre os membros das iniciativas e acaba por promover vínculo social de reciprocidade que rege os fundamentos dessas relações de cooperação (LAVILLE; GAIGER, 2009). Além disso, o caráter dessas novas formas de solidariedade por meio das experiências de economia solidária diz respeito, ao mesmo tempo, à solidariedade comum típica na afirmação de uma dinâmica comunitária, e é igualmente “estendida aos setores sociais expostos a maiores necessidades, principalmente via mobilização de trabalhadores desempregados e vias serviços de atenção prestados a pessoas em desamparo.” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162). Isso significa que diante de um contexto de insatisfação de mecanismos de regulação da sociedade, a economia solidária cumpre domínios (como saúde, educação e preservação ambiental) para/com a coletividade por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum, inclusive do Estado-Providência (FRANÇA FILHO, 2004). Para França Filho (2004), esse compromisso da economia solidária com a coletividade está intimamente ligado ao fato de que, enquanto fenômeno, a emergência da economia solidária choca-se com a satisfação decrescente das necessidades humanas e à problemática de uma exclusão social crescente. Encontrar respostas diante desse contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade é crucial, e “o fenômeno da economia solidária se apresenta, assim, segundo esse entendimento, numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade – mesmo que de modo ainda extremamente modesto no momento presente.” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 249).

Abre-se, assim, através dessa noção, uma perspectiva da economia solidária que pode caminhar por uma série de iniciativas de organizações de caráter social com a capacidade de instituírem outras formas de vidas, por estarem norteadas por princípios de justiça, um *ethos* redistributivo e reforço da coesão social (LAVILLE; GAIGER, 2009). Essas experiências reúnem pessoas, participantes, voluntários, profissionais, entre outros, interessados em articular criação de emprego, autogestão e gerar atividades econômicas com finalidades sociais, isto é, geração de atividades econômicas com fins de produção de laços sociais (FRANÇA FILHO, 2004).

Para Gaiger (2003), as relações sociais desenvolvidas na economia solidária são diferentes daquelas produzidas em um sistema assalariado, empregado-empregador. A cooperação entre membros se mostra capaz como pró-força motriz de uma nova racionalidade econômica, esta é “[...] apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos.” (GAIGER, 2003, p. 192). À medida que essas

características se destacam, ocorre uma inversão dos processos tradicionais ocorridos no capitalismo, é um outro modo de produção cuja propriedade dos meios de produção é coletiva ou associada. Nesse modo, as relações de produção de empreendimentos solidários se comportam de forma contrária às relações que prevalecem à forma social de produção assalariada: “nesta, o capital emprega trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital.” (GAIGER, 2003, p. 193). Esse tratamento eleva um quadro alternativo para entender os empreendimentos solidários por um outro caminho, os põe em perspectiva singular de que são empreendimentos baseados em livre associação, na autogestão, no trabalho cooperativo e entendem a alternativa solidária como um novo modo de produção (GAIGER, 2003).

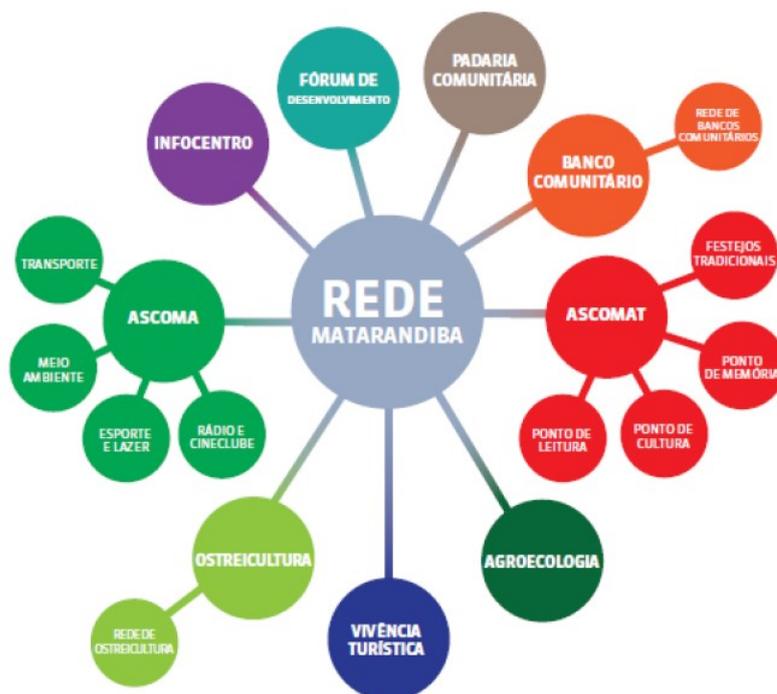
É assim que tal concepção enfatiza a formação da Rede de Economia Sustentável e Solidária na vila de Matarandiba. Ou seja, a concepção solidária parte como premissa da Rede que se estabelece em termos de promoção de desenvolvimento local e baseada numa capacidade empreendedora solidária (FRANÇA FILHO, 2008).

A iniciativa de rede local de economia solidária de Matarandiba, como campo empírico deste trabalho, se insere em uma pequena vila, localizada no município de Vera Cruz (BA), que possui cerca de 1000 (mil) habitantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008a). A população vive a partir da renda gerada através da pesca artesanal e do extrativismo de mariscos das suas áreas de manguezais. Localizada na contracosta da Ilha de Itaparica, a vila de Matarandiba faz parte do município de Vera Cruz (BA) que pertence à Região Metropolitana de Salvador. A Figura 6 mostra o mapa e a localização da vila de Matarandiba na Ilha de Itaparica.

consumo e gestão de serviços públicos locais, na perspectiva de institucionalização de uma rede de economia solidária.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008, p. 9).

Assim, a Rede EcosMar se inicia e o processo de colaboração e incubação pela ITES da UFBA também. Na perspectiva da constituição da Rede, EcosMar é formada pelos seguintes empreendimentos econômicos solidários: um Banco Comunitário de Desenvolvimento, um Infocentro Comunitário, Rádio Comunitária, Grupo de Produção Agroecológica, Grupo de Ostricultura Familiar, Padaria Comunitária e Grupo de Vivência Turística de Base Comunitária. Além dos empreendimentos solidários, a Rede EcosMar é formada pelas duas associações locais: Associação Comunitária de Matarandiba (Ascoma) e Associação Cultural de Matarandiba (Ascomat). Ambas se vinculam aos empreendimentos, pois a Ascoma é ligada aos sete empreendimentos, coordenando-os, e a Ascomat se liga aos EES de forma a vincular o resgate sociocultural e a valorização da memória histórico-cultural da vila à Rede (SOUZA, 2019). A Figura 7 indica a representação da Rede EcosMar.

Figura 7 – Mapa Rede EcosMar



Fonte: adaptada de Projeto EcosMar (2015).

Esses empreendimentos têm uma atuação fundamental no fortalecimento da Rede EcosMar, a formação de rede articula, em diferentes níveis, através de múltiplos vínculos cooperativos, a oferta de produtos e serviços, acesso a crédito para produção e consumo, acesso a alimentos saudáveis e outros produtos que não chegam com fácil acesso a comunidade, e

proporciona geração de trabalho na perspectiva de solucionar problemas vivenciados pela comunidade. Além disso, o fortalecimento da dinâmica local não depende somente de relações de trabalho, produção e consumo, as iniciativas da Rede dedicadas ao resgate e valorização das manifestações culturais, do debate público, à formação e capacitação, ao esporte e lazer, e organização da rede como um todo, são essenciais para fortalecer o ecossistema local e para que seus componentes participem e organizem seus processos regulares (CASTRO, 2014). De acordo com Castro (2014), é preciso pensar a Rede Local de Economia Solidária (RLES) na Rede EcosMar como um sistema vivo que possui organizações humanas locais e uma multidimensionalidade em suas práticas.

Cada empreendimento que compõe a Rede EcosMar faz parte da cadeia cíclica de desenvolvimento proposta na Rede Local de Matarandiba. O Banco Comunitário Ilhamar, por exemplo, caracteriza-se como uma das primeiras iniciativas da Rede e surgiu com o propósito de estimular o consumo local, investir em empreendimentos que atendem às necessidades do território e oferecer serviços financeiros, especialmente o microcrédito, à comunidade de Matarandiba (SANTANA, 2011). No quadro de empreendimentos de economia solidária, o Banco Comunitário se encontra em um subconjunto especial chamado de finanças solidárias, estes que são experiências da economia solidária e que são conhecidos por estabelecer uma relação diferente com o dinheiro, seja através do microcrédito seja através das chamadas moedas sociais¹¹. Este será tratado particularmente com mais aprofundamento na próxima seção deste capítulo por ser o *locus* da aplicação.

Um outro empreendimento é o Infocentro Comunitário chamado Infomar, o qual é um empreendimento econômico solidário da Rede EcosMar responsável por prestar diversos serviços de informática à comunidade. Entre eles estão: cursos de informática, acesso à internet, até impressão de documentos e digitação de trabalhos escolares. Para o rol de serviços que o Infomar oferece, todos esses são a baixo custo para que as pessoas que antes tinham que se locomover para outras comunidades, passassem a ter acesso a estes serviços na localidade a partir da proposta de formação da Rede (SOUZA, 2019).

A rádio comunitária A Voz da Terra é parte do trabalho de cultura e comunicação implementado pela Ascoma. A rádio atua em toda comunidade, diariamente, para levar

¹¹ “As moedas sociais emitidas por Bancos Comunitários de Desenvolvimento possuem paridade de valor em relação com real (1,00 MS\$ = 1,00 R\$) e são produzidas em articulação com alguma entidade associativa, que define as linhas de empréstimos e critérios para sua liberação. Existem outros tipos de moedas social que não possuem relação direta com as moedas formais em circulação, e portanto se organizam, tem funções diferenciadas destas em questão. Atualmente, circulam cerca de cinquenta tipos de moedas sociais de BCDs no Brasil, sendo Bahia abrangendo seis delas, a exemplo da Concha, Tinaré e Abrantes.” (CASTRO, 2014, p. 88).

informações sobre cursos, trabalhos, políticas públicas e notícias. Além dessas informações mais gerais, a mesma possui programações específicas dedicadas às mulheres da comunidade com o intuito de trazer conteúdo de direitos e bem-estar da mulher. Para um público estudantil, a rádio possui programas como o *Escola na Rádio* com histórias, contos, entrevistas e outros conteúdos produzidos pelas crianças das Escolas de Matarandiba (SOUZA, 2019). A rádio tem o propósito de “ser um meio de comunicação democrático que veicule informações que dialoguem com a realidade de Matarandiba, contribuindo para a formação política e cidadã dos seus moradores.” (SOUZA, 2019, p. 136).

O Grupo de Produção Agroecológica é representado pela Horta Comunitária que leva alimentos saudáveis para o consumo na própria comunidade. A horta oferece uma variedade de hortaliças frescas, frutos, legumes e outros alimentos livres de agrotóxicos e que são cultivados pelos moradores interessados na manutenção da Horta Comunitária. A proposta de produzir alimentos localmente ajuda na geração de trabalho e renda, e permite que produtos orgânicos sejam vendidos na comunidade dando uma opção de qualidade para as pessoas de Matarandiba (SOUZA, 2019).

Outro grupo inserido na Rede é o Grupo de Ostreicultura Familiar, o objetivo do grupo é fortalecer a Rede de Ostreicultura Familiar e Solidária na Bahia. As atividades estão em vigência desde 2011 através da ação de uma das entidades gestoras responsáveis na época, no caso, a Ascoma. A iniciativa permite a articulação do empreendimento de ostreicultura familiar em uma rede, a qual fazem parte 12 comunidades, incluindo a de Matarandiba. Um trabalho que já era feito pela vila, passou a ser ainda mais mobilizado pelo empreendimento, através da extração e coleta de mariscos, manejo dos pontos de cultivo, acompanhamento do desenvolvimento das ostras, a biometria e acompanhamento do intercâmbio realizado entre as comunidades (SOUZA, 2019).

Dentre os empreendimentos constituídos da Rede EcosMar, a Padaria Comunitária foi um dos últimos a serem implementados. A padaria Sonho Real veio com a intenção de integrar a comunidade para prover e incentivar um circuito de produção/consumo local ainda maior. Anterior à padaria, as pessoas de Matarandiba tinham que se deslocar para fora da vila para obter produtos de panificação de consumo diário da comunidade. Assim, a padaria além de suprir uma demanda local, propiciou um estímulo a mais para o circuito de trabalho, renda, produção e consumo da rede solidária (SOUZA, 2019). Esse contexto funciona como elo fundamental para a uma Rede de Economia Solidária, o de promover que a renda, o consumo seja estimulado localmente, para que, por um lado, a renda dos moradores possa ser gasta no

território e, por outro, possa se investir em empreendimentos que atendam às necessidades do território e, conseqüentemente, das pessoas que vivem nele (SANTANA, 2011).

O Grupo de Vivência Turística de Base Comunitária desempenha uma atividade de grande potencial na região. Dada a demanda de turismo, o empreendimento ativa uma alternativa de “vivência da cultura”, do local, da natureza em Matarandiba para uma forma de reconhecimento do que se encontra lá na comunidade. A falta de alternativas semelhantes à sua proposta torna o tipo de vivência convidativo para se conhecer tanto uma Rede de Economia Solidária quanto o ambiente que, por muitas vezes, somente pessoas nativas do local conseguiam acessar. O “ViverTur” como é chamado, faz parte da Rede EcosMar e articula passeios para diversos públicos – externo, colégios, idosos, outros integrantes da comunidade, entre outros – para promover o conhecimento do local e comunidade (CASTRO, 2014).

Essa breve caracterização dos EES da Rede EcosMar permite ter um entendimento um pouco mais contextualizado sobre a realização de suas atividades ou benefícios via projetos executados pelos empreendimentos. Para o coordenador da ITES da UFBA, ao passar dos anos, o crescimento e fortalecimento da Rede EcosMar podem ser atrelados muito às articulações que a Rede EcosMar vem buscando, especialmente através de editais públicos. Além disso, contam com o apoio da Dow que se mantém parceria na proposta, e ainda, podem contar com a conquista de outros parceiros que apoiam projetos e iniciativas em destaque por alguns dos empreendimentos. A título de exemplo, a Caixa Econômica Federal aprovou o Projeto Fortalecendo a Rede de Ostreicultura Familiar da Bahia, permitindo a criação de um dos empreendimentos voltados para ostreicultura familiar (cultivo de ostra), contando com uma rede de apoio de 12 localidades. Um segundo foi a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (Setre) da Bahia que aprovou o Projeto Mão Amiga – projeto de apoio a Rede Local de Economia Solidária de Matarandiba (Rede EcosMar). Com essa iniciativa da Rede e recebimento da aprovação do projeto, dois frutos foram colhidos e que foram constituídos na forma da Padaria Comunitária e da Rádio Comunitária. Em adição, o projeto permitiu compra de equipamentos para outros empreendimentos: o de ostreicultura, o infocentro e a horta comunitária (SOUZA, 2019).

Importa ressaltar, diante desse fortalecimento da Rede, o papel da incubadora ITES da UFBA que surgiu como ajuda fundamental para todo esse processo de desenvolvimento da rede local de economia solidária enquanto proposta de construção da Rede EcosMar. Inspirada na experiência pioneira de desenvolvimento comunitário do Conjunto Palmeiras¹² (CASTRO,

¹² “[...] comunidade antiga de pescadores que foram expulsos da orla cearense para uma localidade de mangue, sem nenhuma condição básica de infraestrutura no local. A partir deste contexto totalmente desfavorável, a

2014), a incubação pela ITES da UFBA surge como prática de interação e relação dialógica profunda entre atores da universidade e atores sociais locais nos territórios (FRANÇA FILHO, 2019a). O processo que envolve o desenvolvimento de uma RLES compreende-se em uma comunidade, um bairro ou um pequeno município e define-se a partir de alguns passos, como os que ocorreram no início e decorrer do desenvolvimento da Rede EcosMar (FRANÇA FILHO, 2019a). A saber:

Mobilização e capacitação de atores locais, seguidas de um processo de discussão pública de seus problemas comuns, juntamente com a realização de diagnósticos sobre a situação socioeconômica do território. Na sequência, busca-se orientar, mediante planejamento e experimentação, a criação de atividades (as ofertas) em função das demandas genuínas expressas localmente nesses fóruns associativos (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 229).

Assim iniciou a incubação da Rede EcosMar, através do esforço de estruturação de um mapeamento socioeconômico e uma pesquisa histórico-cultural, além do fortalecimento das iniciativas locais presentes traduzidas em caráter coletivo e solidário (CASTRO, 2014). Do ponto de vista do processo de incubação, é preciso que exista um cuidado especial ao que se refere ao processo de implantação de uma RLES. Este deve partir do princípio que seja um desenvolvimento endógeno, ou seja, um processo verdadeiramente desencadeado pela iniciativa comunitária e não imposto de fora (CASTRO, 2014). Importa sublinhar o fato de que esse tipo de atuação da incubação em uma RLES é entendido como suporte no desenvolvimento no que diz respeito à organização das atividades (FRANÇA FILHO, 2017). Enquanto modalidade extensora,¹³ a incubadora ITES, através dos estudos e pesquisas de um grupo de profissionais e estudantes, coordenado pelo professor doutor da Escola de Administração da UFBA (Eaufba), Genauto Carvalho de França Filho, se preocupa em ratificar tais princípios para que os atores percebam, através de suas práticas, a importância da endogenização de suas ações (FRANÇA FILHO, 2017).

Para França Filho e Silva Júnior (2006, p. 99), há essa articulação endógena de coletivos entorno de uma RLES quando a mesma:

comunidade inicia diversas organizativas para a construção de um bairro, e através de mutirões consegue melhorar o saneamento local, acesso a estradas, entre outras coisas. Ao perceber a necessidade de dar um passo em frente, a comunidade organiza um seminário chamado 'habitando o inabitável', e através de debates e decisões desenvolvem um plano estratégico de desenvolvimento para o Bairro. Começa, então a tomar forma a RLES do Conjunto Palmeiras, sendo outros passos importantes a criação da iniciativa pioneira do Banco Palmas e de sua moeda social Palma, assim como o desenvolvimento de alguns núcleos cooperativos a exemplo da Palma fashion (grupo de confecção) e Palma Limpe (produção de materiais de limpeza). Nesta comunidade as feiras comunitárias assumiram um papel muito importante como ator dinamizador de atividades de troca além da importante potencialização das relações comunitárias e expressões culturais diversas." (CASTRO, 2014, p. 90).

¹³ A ITES representa um programa de extensão criado na Eaufba desde 2005.

[...] orienta-se sempre para reprodução ampliada das condições de vida em sociedade com principal objetivo de permitir sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária em particular, e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promover seu progresso de desenvolvimento.

É importante que exista, em uma RLES, relações de proximidade entre os indivíduos ao ponto que eles passem a procurar desenvolver suas estratégias de organização comunitária e circulação de riqueza local. O potencial endógeno diz respeito a esse desenvolvimento por meio de estratégias criadas a partir de relações complexas de cooperação estabelecidas entre eles (FRANÇA FILHO, 2006). Para tanto, se faz necessária a articulação de pessoas de referência no território de forma a buscarem a institucionalização que a rede precisa para a movimentação e articulação dos coletivos, como é caso de uma associação de moradores ou fóruns locais, por exemplo (CASTRO, 2014).

Diante da contextualização apresentada, é possível pensar a noção de rede de economia solidária como:

[...] a associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com o objetivo de constituir circuitos próprios de relações econômicas e saberes formativos. Essas redes locais de economia solidária atuam com o propósito de criar sustentabilidade dos empreendimentos e iniciativas a partir da cooperação de diferentes iniciativas de economia solidária, sócio-produtivas e sócio organizativas, em um determinado território (SOUZA, 2019, p. 100).

Tal contexto inclui pensar uma rede desse tipo não só como iniciativas socioprodutivas, mas também considerar sua atuação em diferentes dimensões na qual é importante, primeiramente, existir a identificação dos participantes com o local que vivem e, ainda, permitir relações de proximidade ao ponto de estabelecer uma relação de cooperação que se sobressaia ao se pensar em iniciar ou constituir uma RLES (CASTRO, 2014). No âmbito de uma RLES:

[...] a ideia é redesenhar a economia local e seu funcionamento ou modo de regulação, com vistas: a) ao reforço do seu tecido de relações de sociabilidade (dimensão social); b) ao resgate e valorização da sua memória histórico-cultural (dimensão cultural); c) ao fortalecimento da capacidade cidadã das pessoas através da organização associativista (dimensão política); d) à preservação e uso sustentável dos seus próprios recursos naturais (dimensão ambiental); e, e) a constituição de tecnologia socialmente apropriada pela população local (dimensão de gestão) (PROJETO ECOSMAR, 2008, p. 5).

É a partir desse contexto que também se insere a valorização do potencial de constituição de novos circuitos de trocas e relações econômicas integradas a todas as dimensões citadas anteriormente – social, cultural, política, ambiental e de gestão –, voltadas para as pessoas e dentro das necessidades do território. Estes são vistos como uma das vertentes de uma rede de

economia solidária que se expressam através da dimensão econômica, mas que refletem estrutura participativa, se apoiam nas relações sociais e são considerados mecanismos efetivos de inclusão financeira para pessoas mais pobres de uma determinada população local (SOUZA, 2019). Estamos falando agora de um tipo de iniciativa integrada à rede e representada por BCDs. Estes tem como papel possibilitar o acesso de pessoas do local de uma RLES ao sistema financeiro, sobretudo para aquelas pessoas que não têm acesso ao sistema convencional, proporcionando democratização do sistema financeiro ao “[...] procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional [...]” (COELHO, 2003, p. 153). Os BCDs se orientam pelos mesmos valores de uma rede solidária, como solidariedade e confiança, para se constituir e criar condições para realização de operações financeiras dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano necessariamente integrada ao conjunto das esferas comunitariamente estabelecidas (SOUZA, 2019).

A presença de um BCD contribui para constituição e dinamização das relações econômicas integradas ao conceito de Rede Local em Economia Solidária. São parte presente da economia local, atuando como um dos elementos reguladores a partir do momento que se encontram intimamente conectados à estrutura associativa que tenha representatividade no território (CASTRO, 2014).

No caso do Banco Ihamar, ele está ligado à Rede, aos sete empreendimentos constituintes, e a organização comunitária com a coordenação da Ascoma. Para adentrarmos melhor no entendimento desse tipo de iniciativa de uma RLES, é preciso entender o seu contexto, propósito, funcionamento e o que ele desempenha. Na seção seguinte, aborda-se o BCDI, para após o seu entendimento, poder situar o *locus* das aplicações das metodologias que iremos tratar ainda neste capítulo.

3.2 SITUANDO A EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ILHAMAR

O universo da economia solidária comporta diferentes iniciativas e estas, por sua vez, possuem diferenças na sua estrutura, abrangência e forma de institucionalização. No rol dos vários tipos de iniciativas, encontra-se uma possível divisão deste variado universo, tendo: i) EES; ii) Entidades de Apoio e Fomento (EAF), tais como: incubadoras de universidades e diversos tipos de organizações da sociedade civil; iii) Instâncias Governamentais, e iv) Fóruns e Redes de articulação (REIS, 2005). Dentre os vários tipos de EES, encontra-se um subconjunto especialmente tratado pelas finanças solidárias: os BCDs, os quais são

experiências da economia solidária que estabelecem uma outra abordagem da inclusão financeira (FRANÇA FILHO, 2013).

De modo geral, os direcionamentos das finanças solidárias e BCDs remetem à adoção de práticas de inclusão financeira e de acesso a crédito (RIGO, 2014). Por definição, França Filho e Silva Júnior (2009, p. 31) concebem que “os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento”. No entanto, ao tratar do segmento de finanças solidárias, pode-se encontrar outros tipos de atores organizacionais além dos BCDs, como: as cooperativas de crédito solidário e os fundos rotativos solidários¹⁴ (RIGO, 2014). Dentro desse conjunto, destaca-se, neste trabalho, as especificidades dos empreendimentos que se inscrevem a partir de um contexto dos BCDs, a partir de uma política de finanças solidárias que engloba esse tipo de empreendimento.

Diante disso, as configurações em forma de BCDs são organizações comunitárias estruturadas a partir de dinâmicas associativas locais. Suas ações e seu modo de funcionamento apoiam-se em uma rede no intuito de promover a articulação de atores locais – produtores, consumidores e prestadores de serviços –, sendo assim, procuram se articular em torno de quatro eixos centrais de ações em sua atuação: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009). Nesse sentido, os BCDs orientam-se pela preocupação com território através da constituição de um espaço institucionalizado que tem a finalidade de investir nas capacidades de produção e na geração de serviços e consumo, além de representar o enfrentamento das dificuldades vividas pelas populações mais humildes desses territórios ao qual pertencem (FRANÇA FILHO, 2013; FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009). Para tanto, “financiam e orientam a construção de empreendimentos sócio-produtivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local.” (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 31). Em um cenário mais amplo, a orientação dos BCDs a tal propósito corresponde a uma forma de combate à exclusão financeira, ou seja, é uma forma de atingir aqueles que não interessam ou que não são incluídos no sistema financeiro tradicional (ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005). Porém, para além de um contexto de disseminação de microfinanças, França Filho (2013) atribui aos BCDs um compromisso ainda maior: o de construção de redes

¹⁴ As cooperativas de crédito solidário são um outro segmento das chamadas finanças solidárias e pertencem ao campo do cooperativismo de crédito brasileiro mais bem representadas e voltadas às relações locais, e oriundas dos fundos rotativos solidários (RIGO, 2014). Os fundos “funcionam como uma poupança comunitária onde os recursos poupados são aplicados na própria comunidade, financiando projeto de geração de trabalho e renda.” (FRANÇA FILHO; PASSOS, 2013, p. 49).

locais de economia solidária através do que é chamado de uma rede integrada de *prossumidores* (articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais).

A construção de redes desse tipo é a expressão concreta de uma outra economia acontecendo nos territórios. É a forma encontrada para fortalecer as economias locais, reorganizando-as, na direção de um outro modo de promover o desenvolvimento tendo por base os princípios da economia solidária. Os BCDs afirmam-se, portanto, participe de um movimento de economia solidária, seja atuando no âmbito dos fóruns regionais e nacionais desse movimento, seja na constituição de sua própria rede: a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (FRANÇA FILHO, 2013, p. 51).

Para Melo Neto e Magalhães (2007), a proposta dos BCDs trata de promover desenvolvimento de territórios de baixa renda por meio do fomento justamente dessas redes locais. Isso implica uma base de apoio às iniciativas da rede que atuam em seus diversos âmbitos, devido ao fato de poderem fornecer apoio à comercialização – mercadinhos, lojas, feiras solidárias, bodegas –, a empreendimentos socioprodutivos, à prestação de serviços e organização de canais e circuito de consumidores. Mais do que uma ação pontual de microcrédito, os BCDs atuam através de relações de proximidade e confiança para estabelecerem fomento e desenvolvimento local ou comunitário com a construção de iniciativas orientadas para o fortalecer da economia local (FRANÇA FILHO, 2013).

Assim como França Filho e Silva Júnior (2009), Rigo (2014) destaca também quatro aspectos básicos dessas organizações. Para a autora, **a gestão coletiva dos recursos e atividades, as linhas de crédito, os mecanismos sociais de controle e o uso de moedas sociais** circulantes locais são particularidades fundamentais para o funcionamento dos BCDs. Além desses, Rigo (2014) identifica o aspecto principal motivador de criação, constituição e apoio dos BCDs: a forma com a qual existe a “identificação de uma demanda concreta do território que se manifeste coletivamente e que indique certa mobilização endógena em torno da proposta.” (RIGO, 2014, p. 38). No que diz respeito a esse aspecto, este é marcado pelo fato de que a própria comunidade se mobiliza para manter a organização e gestão das atividades do BCD e dos seus recursos (RIGO, 2014). Desse modo, um dos fatores indispensáveis à criação de um BCD refere-se à mobilização endógena do território, isto é, o ponto de partida de um BCD deve ser o desejo da comunidade no processo de constituição, representação e organização do banco conforme *expertise* de cada uma, e mesmo existindo aportes de recursos e processos de motivação estimulados por agentes externos (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Outro aspecto de relevância trazido por Rigo (2014) é a **gestão coletiva dos recursos e atividades** dos BCDs. Esse ponto refere-se ao funcionamento dos BCDs e é baseado na

conformação que esse tipo de tecnologia social¹⁵ apresenta. Tipicamente, nos BCDs, existem dois espaços que compreendem a gestão coletiva: os Comitês de Análise de Crédito (CACs) e os Conselhos Gestores. Os CACs se constituem como “um grupo de gestores do BCD (denominados agentes de crédito), mas que também conta com lideranças e representantes do território. Sua tarefa é se reunir para discutir e decidir sobre as solicitações de créditos demandadas.” (RIGO, 2014, p. 39). No outro espaço, este se dá através dos Conselhos Gestores, que são espaços representados por assembleias de ordem mais geral, uma instância voltada para a participação de liderança comunitária para traçar diretrizes e tomada de decisões diretamente relacionadas ao BCD (RIGO, 2014). Os conselhos gestores são responsáveis pelas decisões de novas parcerias, captação de recursos, entidades parceiras etc. Assim, no que se compreende diante de espaços coletivos para a gestão de um BCD, é possível identificar a valorização que se tem pela manifestação do interesse por parte de membros comunitários em participar da sua estrutura. Esse mecanismo de funcionamento é um fator fundamental à existência dos BCDs (FRANÇA FILHO, 2013).

Além dessas duas instâncias, existe o agente de crédito, que tem um papel importante nas demandas efetivas dos processos do dia a dia de um BCD (FRANÇA FILHO, 2013). Em todos esses espaços, os agentes de crédito são importantes pois são membros que estão diretamente ligados ao recebimento, à análise das solicitações, à cobrança e às concessões de crédito, ou seja, participam desde os âmbitos mais internos dos BCDs quanto de decisões mais estratégicas do banco através do Conselho e do CAC (RIGO, 2014).

Assim, percebemos, nesse sentido, que o exercício de um BCD baseia sua existência e controle de acordo com membros envolvidos na garantia do seu funcionamento. Essa relação se dá através de relações de proximidade e confiança que permite que solicitações de crédito, cadastro, consulta sejam feitos com os moradores segundo aval dado pelos próprios membros da comunidade (SANTANA, 2011). Desse modo, no momento em que um morador solicita o crédito, ouve-se o morador e a partir das funções e responsabilidades do banco, faz-se a consulta à vizinhança que tem o papel de orientar os agentes de crédito e os membros do CAC sobre o tomador de crédito (FRANÇA FILHO, 2013). Nesse processo, a análise do crédito é feita por consulta para se conhecer a ficha do cliente, esta é uma forma de criar outro padrão de confiabilidade nas pessoas, perguntando se a pessoa pode ter acesso ou não ao crédito (MELO

¹⁵ Os BCDs são vistos como uma tecnologia social, posto que são estreitamente ligados às estratégias de gestão do processo de desenvolvimento que se definem no delineamento de políticas públicas voltadas para as finanças solidárias. A prática de implantar e gerenciar um BCD necessariamente tende a ser uma tecnologia social apropriada pelos membros de uma comunidade, tendo na comunidade seus principais protagonistas (RIGO, 2014).

NETO, 2012). Essa forma é validada somente entre os termos da comunidade, sem a necessidade de recorrer a um formalismo regido por legislações, ou excessivas comprovações para aprovação de um crédito (RIGO, 2014). A propósito, essa prática diz respeito a um **mecanismo social de controle** presente nos BCDs, a finalidade desse aspecto é “fomentar uma dinâmica de controle social, quando toda a comunidade passa a cobrar uns aos outros pelo crédito não pago, sendo esta uma importante estratégia para o controle da inadimplência.” (FRANÇA FILHO, 2013, p. 90). É nesse sentido que os BCDs desempenham um importante papel de enfatizar relações comunitárias, especialmente no tange à sua gestão, pois todo o seu processo de funcionamento exige reforço de organização comunitária para condução de suas atividades (FRANÇA FILHO; SANTANA, 2013).

De todo modo, além dessas particularidades da natureza dos BCDs, existem alguns requisitos que devem ser atendidos para a constituição de um BCD, tais como: capital financeiro para o fundo de crédito; recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco e linhas de microcrédito para produção e o consumo local com juros baixos (SILVA JÚNIOR, 2016). Tais fatores não se limitam às questões econômicas do banco, mas sim o propósito de articular **linhas de crédito** que os BCDs oferecem, entre elas, as mais comuns são:

- a) Crédito Produtivo, direcionada à criação ou desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos, individuais ou coletivos; b) Crédito para Consumo, destinada à empréstimos de pequena monta, sem juros e oferecidos em moeda social local (RIGO, 2014, p. 39).

Os bancos comunitários geralmente operam com essas duas linhas, porém, cada banco pode estabelecer suas linhas de crédito, conforme particularidades dos seus territórios e necessidades do local. Os valores dos créditos vão de pequenos valores como R\$100,00 até valores médios, R\$1.000,00, por exemplo (SOUZA, 2019). Vale ressaltar que os valores variam e são pautados tanto para o estímulo do consumo dentro da comunidade através do uso de um circulante local, quanto de acordo com o nível de precisão dos solicitantes de crédito (RIGO, 2014 apud FRANÇA FILHO *et al.*, 2012). O circulante local, nesse caso, trata de uma **moeda social** que, através do papel do banco comunitário, transforma-se em um meio de refundar uma outra economia (ou uma economia solidária). O pressuposto aqui assumido com o **uso da moeda social** é de olhar aspectos além da análise convencional que se têm com conceituações simplesmente instrumentais em torno do uso da moeda (FRANÇA FILHO, 2008a).

A título de elucidação desse propósito, importa ressaltar o papel da moeda social, pois é um dos principais serviços ofertados por iniciativas de bancos comunitários (FRANÇA FILHO, 2008a). Para além de um simples mediador de trocas, segundo França Filho (2008a),

as moedas sociais podem ser compreendidas como forma de “mediação social e como relação ao grupo como um todo.” (SERVET, 1999, p. 12). De acordo com Rigo (2014), tais moedas sociais são mecanismos, “paralelos” ou complementares ao legalmente instituído – o Real, a moeda oficial do país –, que podem representar relações de proximidades e de confiança, e o fato de apoiarem também relações socioeconômicas e de troca dentro da esfera comunitária, através do uso da moeda social. A razão de serem sociais é reconhecida pelo meio que criam, ao dinamizar a economia local (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009), ao representar a distribuição de riqueza, ao invés de acumulá-la e concentrá-la, e ao passo que são instrumentos de conscientização e emancipação das economias populares (PRIMAVERA, 2003, apud FRANÇA FILHO, 2013). Com o objetivo de não suplantarem as moedas oficiais, e sim coexistirem com elas, essas moedas sociais são chamadas de moedas complementares, por não terem objetivos comerciais diretos e por serem representadas como moedas comunitárias, solidárias ou mesmo regionais ou locais (LIETAER; KENNEDY, 2010).

É nesse sentido que a moeda social dos BCDs é reconhecida como circulante local, o intuito é de fazer a moeda circular no território e estimular os moradores a comprarem na localidade, “promovendo a circulação do dinheiro no próprio local e impedindo que a riqueza seja levada para fora do território.” (FRANÇA FILHO, 2013, p. 76). Com isso, as moedas sociais são consideradas como o principal instrumento dos BCDs, devido à valorização de todos os atores envolvidos – BCDs, comerciantes e moradores –; quando os moradores tendem a comprar na localidade, existe um incentivo na geração de trabalho na comunidade, de novos postos, que pode de fato contribuir para o aquecimento da economia local (FRANÇA FILHO, 2013).

Através dessas características dos BCDs, cabe aqui indagar-se de como compreender a dinâmica dos bancos comunitários, devido à natureza dos seus serviços prestados e devido à articulação de diferentes fontes de geração e captação de recursos que existem neste tipo de iniciativa (FRANÇA FILHO, 2008).

Para a compreensão do que vem ser a natureza dos bancos comunitários de desenvolvimento, é importante pensar a economia em termo plural, uma construção conjunta em que coexistem princípios econômicos variados que explicam a razão da natureza de suas atividades para além de uma economia exclusivamente de mercado (REIS, 2005). Quanto à abordagem de economia plural, recorre-se a perspectiva polanyiana, de forma a tratá-la com mais profundidade nessa compreensão, isto é, localizando características fundamentais desses tipos de práticas que são responsáveis por marcarem, em sua dinâmica, uma hibridização de princípios nas suas ações (SILVA JÚNIOR, 2016).

Neste momento, o entendimento sobre uma economia plural empreendida nas práticas dos bancos comunitários aponta para uma hibridação de economias como fundamento para a sustentabilidade dos próprios, e enquanto experiências de economia solidária. Segundo França Filho e Silva Júnior (2009, v. 1, p. 35), ela pode ser traduzida da seguinte forma:

[...] os BCDs agenciam diferentes lógicas em sua dinâmica de funcionamento. Tais lógicas remetem a distintos princípios do comportamento econômico quando se adota uma concepção plural acerca do funcionamento da economia real. Essa concepção opõe-se à interpretação habitual da economia sempre como sinônimo exclusivo de economia de mercado. Ao contrário, os BCDs promovem uma hibridação de princípios econômicos diversos entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária (LAVILLE, 1994). É assim que a sustentabilidade nesse tipo de iniciativa articula diferentes fontes de geração e captação de recursos (consubstanciado na ideia do fundo solidário de investimento comunitário): de recursos junto a mercantil, pela prestação de alguns serviços; não-mercantil, mediante a captação instituições públicas governamentais e não-governamentais, permitindo subsidiar muitas operações e serviços; e não-monetária, por meio de contribuições voluntárias e da própria lógica solidária, traduzida em um modelo de garantia e controle social dos empréstimos fundamentado em relações de cooperação e confiança.

Constata-se, desse modo, que tal conjunto de princípios confere aos bancos um registro de prática que combina diferentes lógicas de ação, as quais vocacionam para um olhar plural da dinâmica econômica. Pensando dessa forma, é que podemos perceber como sua prosperidade é proveniente tanto de recursos mercantis – prestação de serviços –, quanto através de outros recursos e subsídios junto a instituições governamentais e não governamentais (FRANÇA FILHO, 2008). Além disso, contam com ação consubstanciada à economia solidária, a qual se expressa como fundamento essencial da sua dinâmica, “através de contribuições voluntárias, de dádivas, e principalmente sob a forma do benevolato (dádiva de si mesmo e do seu tempo).” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 122).

Em síntese, a compreensão sobre os BCDs encontra-se sob uma perspectiva efetivamente a favor do bem-estar humano e social (FRANÇA FILHO, 2008). Trata-se de uma experimentação de um outro tipo de dinâmica que procura estimular a autogestão, ou seja, feita pelos próprios moradores, e permite ser voltada para o desenvolvimento do território de pertencimento por meio de prática de finanças solidárias (FRANÇA FILHO, 2013). Isso por corresponder a um propósito de ser sem fins lucrativos e, além disso, responder às reais necessidades da população local com a oferta de produtos e serviços conectados com o que a localidade precisa (FRANÇA FILHO, 2008a).

Apoiado nesse entendimento sobre BCDs, estendemos nossa explicação para agora poder situar o BCDI na vila de Matarandiba, Vera Cruz (BA). Tendo em vista todos os aspectos dos bancos levantados, e utilizando metodologia dos BCDs, o Banco Ilhamar foi fundado em

27 de abril de 2008 (SOUZA, 2019). Seu objetivo, desde a sua criação, é de estimular e “promover o desenvolvimento local, através do apoio a rede local de produção e consumo e a formação de empreendimentos de economia solidária, criando oportunidades de trabalho e geração de renda.” (PROJETO ECOSMAR, 2008, p. X). Para os moradores, o BCDI caracterizou-se, como tal, a partir de um diagnóstico socioeconômico local, juntamente com oficinas realizadas, mapeamento da produção, do consumo e dos serviços locais ofertados, e após a introdução e formação em economia solidária por parte da incubadora ITES da UFBA. Todos esses elementos se estabeleceram como forma de identificar a função de um BCD no atendimento das necessidades do território (SANTANA, 2011). A seguir, na Figura 8, apresenta-se a logomarca do banco Ilhamar.

Figura 8 – Logomarca do Banco Comunitário Ilhamar



Fonte: adaptada de Projeto EcosMar (2008).

Assim, o BCDI surgiu, e contou com a fundamental atuação comunitária para o processo de construção da estrutura, dos serviços e critérios do BCD Ilhamar. Foram através das oficinas que se gerou a formação do nome, da missão, valor, identidade visual e nome da moeda social local (Concha), como estruturas constitutivas do BCDI originadas da participação direta da comunidade na sua determinação (SOUZA, 2019).

A partir de elementos iniciais, o banco constitui-se com o objetivo de prestar serviços financeiros solidários, principalmente o microcrédito, à comunidade de Matarandiba, no que corresponde à Rede EcosMar, para o apoio no processo disseminação de novas iniciativas e empreendimentos ligados ao desenvolvimento local. Além disso, através da disseminação do microcrédito popular e solidário, ele pode contribuir com o financiamento direto da própria produção, prestação de serviços e consumo local na comunidade (SOUZA, 2019).

Como foi abordado ainda nesta seção, os BCDs promovem a circulação de uma moeda local, que, no caso do BCD Ilhamar, é a Concha, e linhas de microcrédito popular e solidário. Correspondendo a isso, o Banco Ilhamar oferece quatro linhas de crédito, que foram definidas por moradores da vila que colaboraram nas oficinas de formação do BCDI, sendo estas: Produção, Consumo, Reforma e CredJovem (SANTANA, 2011). Segundo Souza (2019), o funcionamento de uma operação de microcrédito inicia-se a partir do morador solicitando o crédito, em seguida, tem-se os agentes de crédito preenchendo uma Ficha de Cadastro com dados do solicitante e uma Ficha de Análise de Crédito, na qual deve ser informados o motivo e o valor da solicitação do crédito. Ainda nesse seguimento, caso o morador se interesse pelo crédito para produção, ele deve fornecer informações para o preenchimento do Plano de Investimento, contendo uma série de dados que informam sobre condições e necessidades para se avaliar crédito para produção (SOUZA, 2019).

Outra linha de crédito oferecida pelo BCDI é a linha de Reforma de Imóvel, a qual pode ser usada tanto no consumo, para uma reforma de imóvel, quanto para produção, no caso de se tratar de um empreendimento produtivo que use o recurso para reforma. O Credjovem, por sua vez, é uma linha de crédito especialmente oferecida a jovens a partir de 16 anos e que tem o interesse em acessar o microcrédito (SANTANA, 2011).

Já a linha de crédito para consumo tem como objetivo “atender às necessidades dos moradores, ao mesmo tempo que o BCDI os estimula a fazer maior parte das suas compras no próprio território, dando preferência aos créditos em Concha, a moeda social.” (SANTANA, 2011, p. 92). A moeda social Concha é o principal mecanismo utilizado pelo BCD Ilhamar para oferta de crédito na forma da linha de consumo, ou seja, um instrumento que significa estímulo do consumo no território. Com a Concha, a ideia é fazer com que os moradores ganhem e acabem gastando no próprio território, ao mesmo tempo que se estimule a criação de empreendimentos que porventura possam atender às necessidades dos moradores (SOUZA, 2019). O BCDI incentiva os moradores a terem seus empréstimos na moeda local e, para isso, não cobra juros e nem realiza avaliação do crédito quando é feita a solicitação do empréstimo em Concha. Vale ressaltar que quando há solicitação de crédito para uma compra que não possa ser feita na vila, o crédito é fornecido a juros baixos e liberado em Reais (R\$) (SANTANA, 2011). A Concha é apresentada conforme Figura 9.

Figura 9 – Frente e verso do conjunto das Moedas Sociais Concha, com imagens-símbolos da cultura local



Fonte: adaptada de Projeto EcosMar (2008).

Em termos de gestão e funcionamento do BCD Ilhamar, este não possui identidade jurídica própria, no entanto, funciona através da entidade gestora, a Ascoma, que realiza o papel de representante jurídica do banco. Além disso, a gestão do BCDI está estruturada através do CAC do Banco Ilhamar e os Agentes de créditos associados. No total, são dois agentes de créditos, dez membros participando do Comitê de Avaliação, sendo que está incluso nesses dez membros: um representante da entidade gestora, dois representantes da comunidade, os dois agentes de crédito e cinco moradores locais da vila (SOUZA, 2019).

No que diz respeito à sustentabilidade financeira do BCDI, a proposta, inicialmente, contou com o apoio da Dow Química Brasil para formação de fundo rotativo e apoio à compra de equipamentos e material de consumo. O fundo de crédito foi constituído a partir dos 35 mil reais para as ações do banco com o suporte da Dow na época do início do BCDI (SANTANA, 2011). Como consequência disso, o Banco Ilhamar passou a buscar, através da Ascoma, editais e chamadas públicas, como a qual que participou em 2014, organizada pelo estado da Bahia, para constituição de seus fundos rotativos solidários, que foi concebida no valor de R\$ 65.908,00 (SOUZA, 2019). A partir daí, a proposta é que o Banco Ilhamar continue fazendo a gestão de recursos disponibilizados, com a conquista dessas chamadas ou editais futuros que o

mesmo possa ser contemplado, para formar e fortalecer os empreendimentos coletivos que constituem a Rede Matarandiba (SOUZA, 2019).

Tendo em vista todas essas dimensões que se estabelecem entre o BCD Ilhamar e a comunidade, podemos observar que são diversas as formas de se avaliar a significativa atuação que essas práticas nos mostram. Dentre elas, a perspectiva aqui trazida, em seguida, terá o propósito de ensejar uma compreensão sobre a sustentabilidade dos empreendimentos solidários, no caso do Banco Comunitário Ilhamar, e uma análise fundamentalmente baseada na utilidade social que esse empreendimento representa.

Portanto, dito isso, uma metodologia proposta para trabalhar o envolvimento dos próprios moradores na autogestão da iniciativa e na oferta de produtos e serviços diretamente relacionados aos mecanismos e necessidades da comunidade local será apresentada em sequência com a descrição da aplicação da Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade no Banco Comunitário Ilhamar.

3.3 TESTANDO A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE UTILIDADE SOCIAL: MANDALA DE AUTOAVALIAÇÃO REFLEXIVA DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA UTILIDADE SOCIAL

A partir deste momento, pode-se trabalhar uma perspectiva de avaliação sob um olhar diferenciado a respeito da Mandala no que concerne ao Banco Comunitário Ilhamar. A Mandala tem por objetivo propor alguns parâmetros para compreensão da dinâmica do empreendimento partindo de uma perspectiva de utilidade social que organizações comunitárias e de economia solidária oferecem. Nesse tipo de abordagem, em um empreendimento de economia solidária, como o Banco Ilhamar, a ideia é aprofundar o processo avaliativo por duas dimensões: que a sustentabilidade nesse tipo de prática é influenciada por uma série de fatores que não se limitam ao aspecto econômico. A própria construção da dimensão “Socioeconômica” na Mandala, nesse sentido, é colocada por uma pluralidade de lógicas. E, por outro lado, uma perspectiva de utilidade social, que amplia o entendimento de atividades orientadas para o interesse público e por objetivos explícitos de contribuir para o bem comum a partir de ações das quais se referenciam na noção de coesão social, na melhoria das condições de vida coletiva, participação cidadã e em mecanismos de solidariedade (FRANÇA FILHO, 2008; SILVA JÚNIOR, 2016).

É nesse ponto que, com base num tal mecanismo plural de sustentabilidade, insere-se a apreensão de dimensões cujo equilíbrio se mostra de vital importância para a metodologia da Mandala. Então, diante das cinco dimensões – “Socioeconômica”, “Sociopolítica”,

“Sociocultural”, “Sociotecnológica” e “Socioambiental” –, tem-se a pretensão, na metodologia, de trabalhar cada uma delas no intuito de preservar esse equilíbrio.

À vista disso, parte-se desses princípios para uma aplicação da Mandala no Banco Comunitário Ilhamar de Matarandiba. A proposta metodológica em si contou com a participação do grupo pertencente ao empreendimento BCDI, mais a presença de membros da Incubadora ITES da UFBA. No primeiro, foram incluídos agentes de crédito do banco, membros do CAC e membro do Conselho Gestor do Banco Comunitário Ilhamar. E no segundo, foram incluídos membros da Incubadora ITES/UFBA, contando com o papel do mediador, do sistematizador – a autora aqui representada –, e membros participando da aplicação e acompanhamento das atividades. Logo, a aplicação contou com oito membros do Banco Ilhamar e quatro membros da Incubadora ITES da UFBA.

Nesse primeiro momento, a função do mediador e sistematizador tiveram papéis de maior destaque, porém, isso não deixou que os outros membros da incubadora comparecessem com explicações e elucidações durante toda a prática da Mandala.

Quanto ao grupo do Banco, os dois agentes de crédito estavam presentes, juntamente com um representante do Conselho Gestor da Ascoma e o grupo do CAC com seus membros presentes para avaliação do empreendimento.

No total, foram realizados dois encontros para que a Mandala pudesse ser concluída. Durante o primeiro encontro, foram realizadas as dimensões “Socioeconômica”, “Sociopolítica” e “Sociocultural”, entretanto, por motivos do grupo do Banco ter outra reunião interna logo em seguida, a aplicação da Mandala foi estabelecida para um segundo encontro, incluindo as dimensões “Sociotecnológica” e “Socioambiental”. É importante destacar que não é a situação ideal para a metodologia pelo fato de existir a reflexão integrada de todo o empreendimento com as cinco dimensões em um só momento de aplicação da metodologia, porém, não é sempre possível de em um encontro ter a avaliação e diagnóstico finalizado. É por esses motivos que existe essa flexibilidade de mobilizar um ou mais encontros para um grupo ou organização estar realizando a metodologia.

Conforme o contexto dessa experiência, a próxima seção pretende estabelecer, com mais detalhes, informações da aplicação da metodologia no Banco com a discussão das etapas-chave e todo o processo metodológico adequado ao caso do BCDI.

3.3.1 A aplicação da metodologia de avaliação da utilidade social

O início das atividades contou com uma apresentação de todos, tanto do grupo do Banco quanto da equipe que estava lá para aplicar a Mandala, ou seja, nesse caso, os membros da Incubadora ITES da UFBA. Em seguida, o primeiro contato com a metodologia é explicando o porquê de avaliar numa perspectiva de sustentabilidade, a partir de uma multidimensionalidade como se apresenta na Mandala, com suas dimensões, subdimensões e questões a serem respondidas com essas dimensões. Ainda nesse seguimento, o segundo ponto é a ideia de trabalhar com a autoavaliação, o qual é o momento de o grupo internalizar esse tipo de avaliação e perceber que o jogo vem para ajudar essa reflexão, mas que é papel do grupo ter esse ponto de vista compartilhado para que se possa avaliar o empreendimento.

Em conformidade com essa introdução, o mediador é justamente a pessoa responsável por estar realizando e guiando a autoavaliação acompanhada; logo, é ele quem fornece essas informações básicas de início para o entendimento da ferramenta. Esse breve período de formação sobre a Mandala foi realizado nos primeiros momentos da aplicação no Banco e logo depois partiu-se para o passo a passo da metodologia.

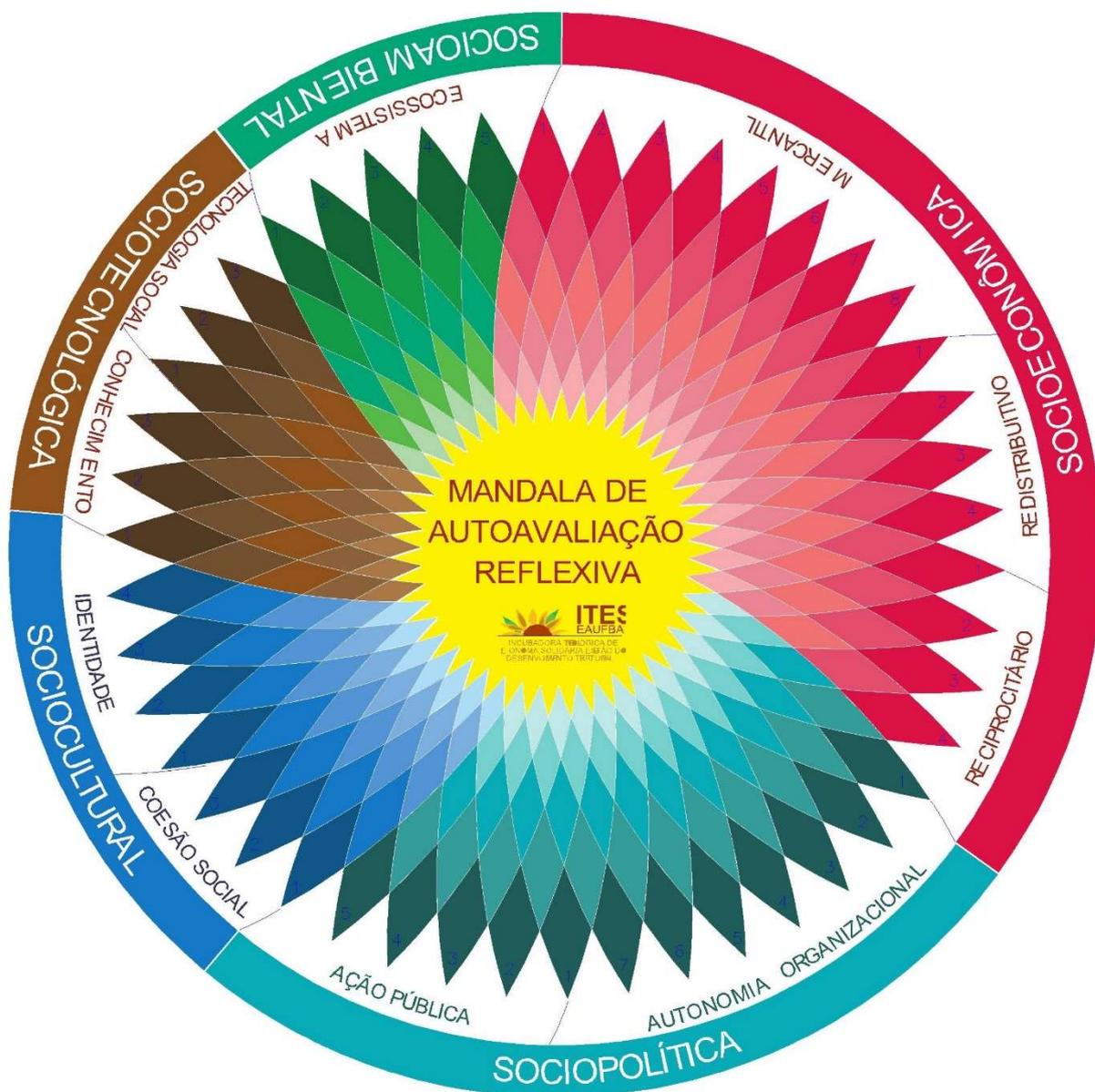
A partir daí, com a Mandala exposta em tabuleiro no lugar em que todos possam ver, as perguntas dispostas em cartões e o sistematizador com os recursos para anotar ou digitar, temos assim, a estrutura para a metodologia montada. A primeira etapa da aplicação foi o sorteio das dimensões pelo grupo do Banco presente e, conseqüentemente, a primeira das dimensões a ser sorteada foi a dimensão “Socioeconômica”.

Partindo da dimensão “Socioeconômica”, vem as três condições em que o empreendimento pode mobilizar recursos: “Mercantil”, “Redistributivo” e “Reciprocitário”. De forma resumida, o mediador traz o que seria o referencial para explanação da dimensão e então pode seguir para as questões na ordem em que se tem na mandala. Na subdimensão “Mercantil”, o mediador trouxe o critério relacionado ao empreendimento “comercializar um bem ou serviço e gerar recurso próprio através da comercialização”. Nesse sentido, questionou-se a capacidade do empreendimento de mobilizar recursos via uma lógica de mercado, uma lógica de vendas e de consumo do que é ofertado como serviço no BCDI.

Na sequência, as oito questões correspondentes a essa subdimensão foram realizadas e todas foram discutidas com intuito de aferição de um valor representativo de péssimo a ótimo (de 1 a 5) – representados na mandala através da intensidade de cores. Ou seja, quanto mais forte a cor, maior a tendência para a aferição positiva ou ótima da questão, e quanto mais fraca, maior a tendência para aferição pelo grupo como negativa ou péssima. A Figura 10 demonstra

a escala de cores da Mandala e como inicialmente ela foi apresentada preliminar ao passo de o grupo definir o seu consenso de resposta.

Figura 10 – Mandala de autoavaliação reflexiva a partir da utilidade social e escala de cores



Fonte: adaptada de Universidade Federal da Bahia (2019).

Durante o tempo em que a discussão e a reflexão das questões acontecem, seja em qualquer subdimensão, o sistematizador vai absorvendo e registrando tais reflexões. Muitas vezes, o processo avaliativo coletivo a partir de uma autorreflexão da Mandala no Banco ocorreu sem intervenções, porém, o sistematizador é quem consegue coletar a avaliação sem que haja intervenções no processo. Somente ao final de cada subdimensão é que o sistematizador pode emitir a frase síntese para que haja concordância, por parte do grupo, do que se foi falado durante a discussão prévia.

Ao concluir a subdimensão “Mercantil”, passou-se para a subdimensão “Redistributivo”, a qual está associada a uma mobilização de recursos via editais, tanto públicos quanto privados, parcerias, contratos diretos etc. E, por último, o que seria a via ou lógica reciprocitária, uma terceira via de mobilização de recursos que envolve relações de cooperação, confiança, solidariedade e proximidade.

Quando a primeira etapa terminou, percebeu-se que a dimensão “Socioeconômica” foi desafiante para o grupo no sentido de entender como uma via e/ou lógica reciprocitária pode mobilizar recursos em uma comunidade e como o Banco Ilhamar pode colaborar para isso. Dessa forma, surgiu a necessidade de o mediador oferecer exemplos de práticas ou até mesmo questionamentos mais personalizados ao tipo de empreendimento em questão para que se possa haver uma compreensão da representação do mesmo no local de atuação.

Seguindo para a segunda dimensão sorteada, temos a sociopolítica, cuja dimensão é responsável pela auto-organização desse empreendimento. Basicamente, a dimensão é dividida entre dois níveis: o primeiro nível, em um nível interno, a Autonomia Organizacional, que é o grau de empoderamento dos integrantes do grupo nos seus processos de gestão e aos processos de gestão da iniciativa ou empreendimento. Alguns aspectos em relação aos processos decisórios internos e de como as pessoas participam ou se engajam no empreendimento estão contemplados nessa subdimensão. E, no segundo nível, em um nível mais externo, é o de Ação Pública, que é a capacidade do empreendimento em produzir seu modo de ação ou articulação institucional. Este retrata a forma com a qual o empreendimento e o grupo incidem politicamente no seu território e se ele faz articulação com outras organizações, ou até mesmo atua em diferentes redes de articulação territorial e junto a órgãos oficiais.

Nesse seguimento, o grupo se encarregou de fluir mais com as respostas sem muito contar com exemplos ou com o auxílio do mediador nesse sentido. Totalizando 12 perguntas, a seção da dimensão sociopolítica representou um importante passo na construção das respostas com a identificação do grupo em uma só unidade. A partir desse momento, os agentes, o CAC e a representante do Conselho Gestor puderam entender que avaliação se trata do posicionamento do empreendimento e como ele, contando com corpo que o compõe, vem se comportando no cenário institucional interno e externo para/com a comunidade.

Passando para a dimensão sociocultural, a criação de vínculos foi o elemento mais enfatizado nessa parte da aplicação. A introdução dessa dimensão começou com o que dá sentido a ela: o enraizamento cultural e muitas das ações que aquele empreendimento realiza para estar inserido dentro desse propósito. Então, as questões foram feitas em ambas subdimensões: a primeira relacionada à Coesão Social; e uma outra subdimensão – a de

Identidade. Esta última correspondeu à sua integração, no caso de um Banco Comunitário como o Banco Ilhamar, ao que diz respeito aos traços da cultura local de Matarandiba. Além dessa perspectiva, a dimensão sociocultural trouxe à tona a atuação do Banco naquele território para/com atividades que de alguma forma ajudam superar a barreira de certos preconceitos no grupo da comunidade, por exemplo: características machistas e questões raciais. À medida que o mediador foi trazendo exemplos ou simulando situações sobre a questão da inclusão social no Banco, mais vai-se percebendo a atuação dele e na forma como é percebido, diante da compreensão da sensibilidade do tópico no processo de avaliação.

Lembrando que a cada final de subdimensão, o sistematizador tem a função de conseguir reunir as reflexões e compilá-las na forma de frases sínteses para exposição do grupo. Essa etapa reflete a importância de o grupo concordar ou não com o que foi levantando pela própria autorreflexão dos participantes do empreendimento.

Assim, com a dimensão sociocultural finalizada, chegou-se ao final do conjunto de dimensões trabalhadas neste primeiro encontro. A partir daí, foi necessário um segundo momento para dar continuação às outras duas dimensões faltantes, para que os resultados pudessem ser completamente expostos na Mandala.

Portanto, dando continuidade a esse primeiro momento, os mesmos membros estiveram presentes em um segundo momento da aplicação, sendo eles: CAC, agentes de crédito do Banco, conselho gestor e membros da Incubadora ITES da UFBA na composição do time de aplicação da metodologia. Nessa segunda etapa, a formação sobre a metodologia não foi necessária, porém, a introdução a cada dimensão se fez presente da mesma forma como foi acontecendo no desenvolvimento das dimensões e questões envolvidas de cada uma das etapas e/ou dimensões.

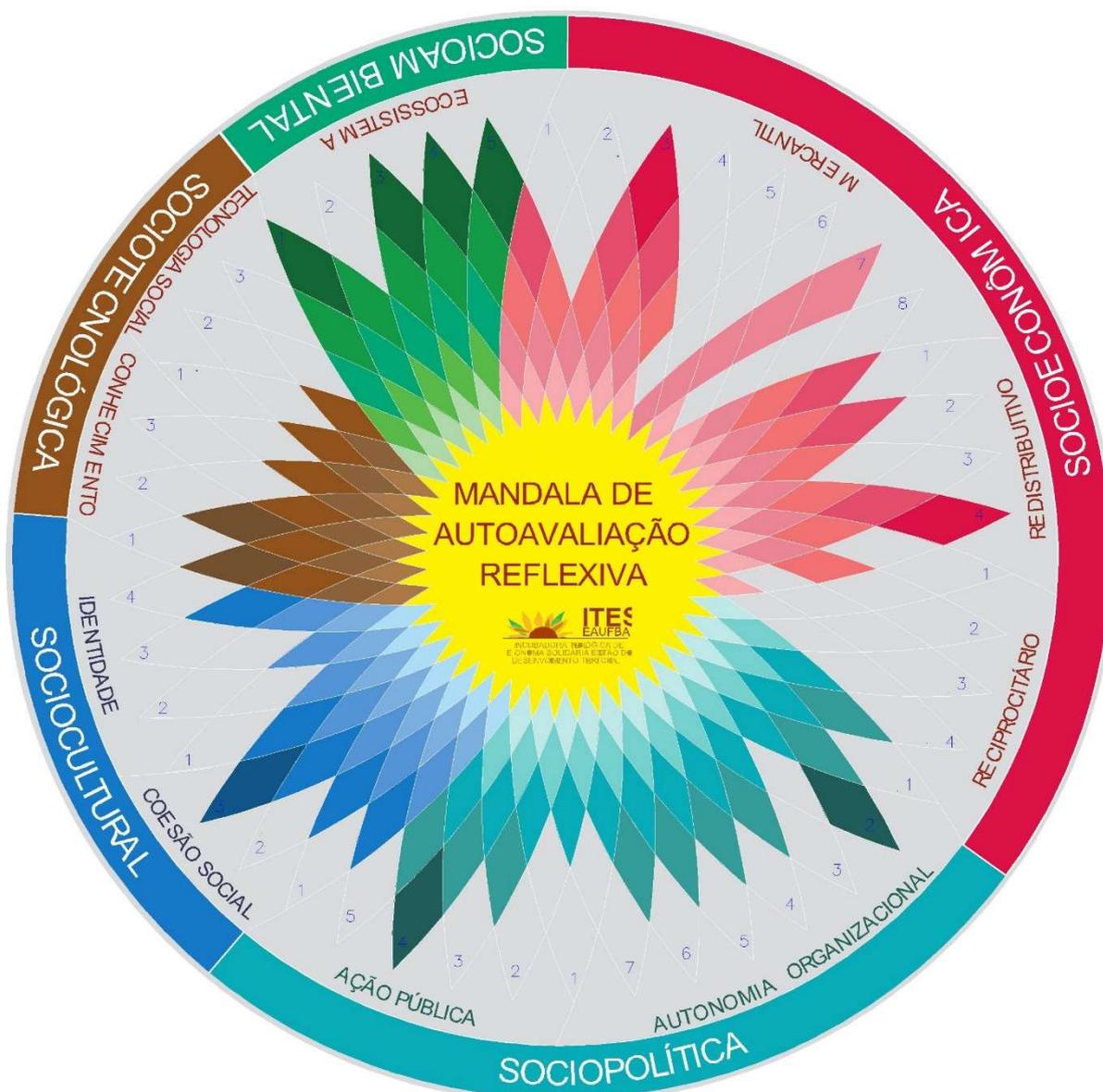
Para a dimensão sociotecnológica, que foi a dimensão seguinte sorteada, esta é fundamental ser abordada de forma a associar tecnologia ao conhecimento gerado pelas práticas produzidas de forma coletiva nos empreendimentos. Quando se falou em tecnologia, ou dimensão sociotecnológica, remeteu-se a um conhecimento distante da realidade de quem faz o dia a dia de um empreendimento, especialmente um empreendimento como o Banco Ilhamar que atende a um território, como Matarandiba. Entretanto, a proposta nesse seguimento, durante a aplicação, foi de fazer perceber que é importante se apropriar desses termos para avaliar tecnologias sociais que são feitas localmente, porém que podem ser sistematizadas e compartilhadas para a própria forma de organização do empreendimento ou até mesmo expandir para outros seguimentos da sociedade que venham a usufruir dessa socialização, como outros bancos comunitários de desenvolvimento, por exemplo.

Nessa continuidade, teve-se as duas subdimensões, a de “Conhecimento”, e a de “Tecnologia Social”. Para a primeira, significou compreender a existência, ou não, de uma dinâmica própria do Banco Ilhamar na geração conhecimento. Para a segunda, significou a capacidade de o empreendimento gerar tecnologias próprias e promover processos de socialização. Uma questão importante dentro dessa categoria é ele – empreendimento Banco Comunitário Ilhamar – conseguir adaptar tecnologias existentes para realizar suas funções, pois tecnologias sociais para BCDs já criadas podem atender à necessidade desse empreendimento, desde que consigam ser adaptadas à realidade do contexto do BCD Ilhamar.

E, por fim, a dimensão “Socioambiental” foi a última dimensão a ser trabalhada na autoavaliação reflexiva do Banco através da Mandala. Com uma única subdimensão, a subdimensão “Ecossistema” representou a integração do empreendimento ao meio ambiente local. Sendo que ambiental, nesse caso, correspondeu tanto aos recursos naturais quanto a comunidade de Matarandiba – as pessoas e o espaço no seu sentido amplo para a comunidade. Nessa proposição, algumas questões centrais foram postas, como a questão de o empreendimento potencializar o rendimento ou o reaproveitamento dos recursos que ele utiliza. Além disso, a questão da promoção de atividades que contribuam com o ecossistema local, isto é, através da conscientização ambiental dos participantes ao produzirem impacto positivo no local.

Tal dimensão socioambiental marcou a finalização das questões da Mandala e, com isso, o resultado imediato da metodologia, que é a visualização da Mandala com as atribuições dos valores compartilhados pelo grupo para cada dimensão. Fruto desse processo, tem-se a sistematização detalhada de cada apontamento dos participantes da interação, assim como sínteses acordadas para cada etapa da avaliação, elaborada pelo sistematizador, porém, aprovada pelo grupo de interesse de avaliação do empreendimento. Ao combinar esses dois insumos, podemos expor o resultado final da Mandala de autoavaliação reflexiva do BCDI de Matarandiba, conforme Figura 11 a seguir.

Figura 11 – Mandala do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar



Fonte: elaborada pela autora.

Portanto, por trás das cinco dimensões, existe a capacidade de o Banco Ilhamar mobilizar, ter iniciativas e influenciar o caráter durável do seu empreendimento de acordo com cada um desses aspectos que estão contribuindo para a sua sustentabilidade.

Diante cada atribuição na autoavaliação, a metodologia da Mandala pode configurar, visualmente e sistematicamente, a viabilidade de se trabalhar suas dimensões no intuito de que haja uma formalização do que é cabível para um empreendimento desse porte e com tal propósito de servir à economia solidária, nesse caso. Além disso, o objetivo da Mandala pode configurar uma análise do que deve ser aprimorado no empreendimento, o que deve ser mantido, e principalmente perceber a desconstrução da existência de uma única abordagem

considerada viável economicamente. Para tanto, cabe dedicar-se na sistematização e nos insumos que a Mandala traz, para desenvolver e delinear uma análise mais profunda das dimensões e das iniciativas apropriadas a cada discussão e reflexão sobre ela. É justamente nesse sentido que o próximo seguimento intenta expor, de forma mais detalhada, os resultados que concernem ao BCDI engendrados pela aplicação da Mandala através dos insumos provenientes da autoavaliação.

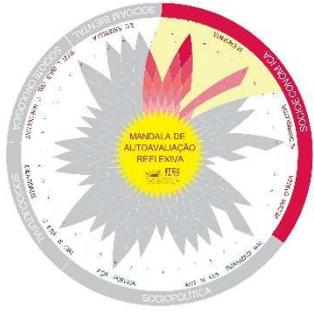
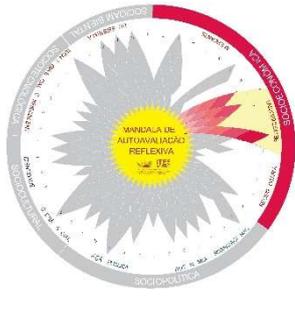
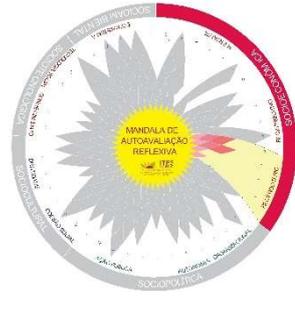
3.3.2 Os resultados alcançados da aplicação da metodologia de avaliação da utilidade social

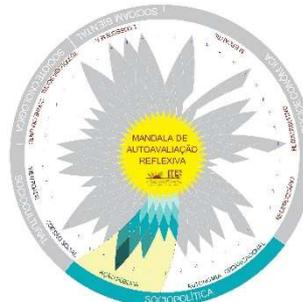
A partir do traçado metodológico, com ênfase nas etapas-chave do processo, descrito na aplicação da Mandala de autoavaliação reflexiva no BCDI, podemos compor os resultados através do retrato obtido de cada dimensão. Do ponto de vista da dinâmica, tal composição é reflexo da minuciosidade presente na sistematização. Esse elemento se torna um dos mais proveitosos no que diz respeito à construção da análise do empreendimento e no que a Mandala pode revelar com relação à sustentabilidade do próprio.

Seguindo a proposta realizada, partimos do teor metodológico com a discussão dos procedimentos adotados na aplicação, para agora expor a apreensão das dimensões evidenciadas pela argumentação gerada na autoavaliação dos membros para o empreendimento do Banco Ilhamar. De acordo com a metodologia, essa apreensão respalda uma compreensão ampliada sobre o entendimento do empreendimento em si, em que a ideia é: dentro de uma condição de utilidade social, dentro de uma condição de perenidade para esse empreendimento, identificar quais são as suas potencialidades e fragilidades, além disso, permitir identificar sua situação de equilíbrio, ou talvez desequilíbrio, que configuram a manutenção ou durabilidade da iniciativa em questão. Dentro dessa perspectiva, são identificadas tanto ações que são desenvolvidas pelo empreendimento, quanto o próprio reconhecimento, através da autoavaliação, sobre uma defasagem (o porquê uma dimensão está enfraquecida) ou possibilidades (mesmo dentro de uma dimensão já fortalecida).

Então, essa reflexão coletiva pode ser expressa no Quadro 2 com os elementos que caracterizaram a discussão da atuação do BCD Ilhamar nas cinco dimensões que configuram a metodologia da Mandala de autoavaliação reflexiva a partir da utilidade social.

Quadro 2 – Mandala do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar

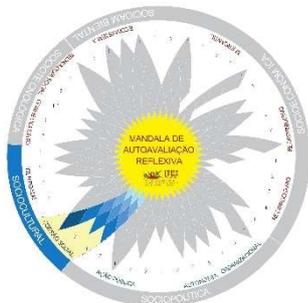
Dimensões da Mandala de autoavaliação reflexiva a partir da utilidade social – Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar		
Dimensão Socioeconômica		
<p>Subdimensão: Mercantil</p> 	<p>Subdimensão: Redistributivo</p> 	<p>Subdimensão: Reciprocitário</p> 
<ul style="list-style-type: none"> • No que diz respeito ao Mercantil e o que corresponde à comercialização dos produtos e serviços do Banco, no caso: a realização dos empréstimos com as linhas de crédito, a troca da moeda (Reais) por moeda social (a Concha), o Banco se encontra em uma posição de executar continuamente, durante os seus 12 anos de existência, os serviços à comunidade em que se propõe, atingindo muitos dos usuários que buscam por esses recursos. • Nesse aspecto, o Mercantil ressalta a importância da forma ininterrupta do trabalho realizado e o suporte a RLES com todas as iniciativas presentes. • Em contrapartida, o fato de ser um Banco comunitário, muito dos serviços oferecidos a juros baixos não cobrem os gastos do empreendimento. Nessa questão do recurso levantado através dos serviços, a própria razão de 	<ul style="list-style-type: none"> • Nesse sentido, o Banco tem uma contribuição significativa, pois à medida que se busca por financiamento externo, mais significativa se torna a parcela de importância do Redistributivo na sustentabilidade do Banco. • Porém, o próprio Banco se vê na posição em que é necessário estar constantemente buscando e aplicando para diversas “pontes” que possam conectá-lo aos editais e às fontes que possam vir a ser do Estado ou da rede privada. • Com relação ao financiamento constante oriundo de um dos principais parceiros (a Dow), este permite que se mantenha elementos fundamentais para o funcionamento cotidiano do Banco, como o suporte aos agentes que se mantêm até os dias de hoje. • Quando se fala em 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao entrar no Reciprocitário, um ponto significativo foi justamente possibilidades de ações levantadas nessa perspectiva que não estão se fazendo tão presentes no empreendimento na atualidade. Por exemplo, práticas de financiamento coletivo, e formas de trocas e compartilhamento de recursos podem ser buscados nesse sentido e, no entanto, ainda estão pouco amadurecidos e enraizados no dia a dia do Banco. • Em termos de participação voluntária, esta sim está com maior significância diante o trabalho realizado pelo empreendimento. Os próprios fundamentos do banco já conseguem providenciar esse elemento unificador entre os membros, sejam eles pertencentes a qualquer uma das partes do tripé que envolve o Banco: agentes, CAC e conselho gestor.

<p>existir do Banco corresponde a este tipo de iniciativa, ou seja, esse cenário não significa que ele esteja em desacordo com o que propõe ao se constituir como um BCD.</p>	<p>Redistributivo no Banco, muitas das ações dentro da própria Rede foram financiadas por tal via, e ela se torna cada vez mais parte da conquista do empreendimento, mesmo que não exista uma constância para tal.</p>	
Dimensão Sociopolítica		
<p>Subdimensão: Autonomia Organizacional</p> 	<p>Subdimensão: Ação Pública</p> 	
<ul style="list-style-type: none"> • Ao que corresponde à Autonomia Organizacional do grupo, o BCDI se ampara legalmente junto à Ascoma, porém isso não impede que o grupo se envolva com menor autonomia ao realizar as suas atividades. Se por um lado existe a entidade gestora (Ascoma), por outro, cabe aos agentes de crédito e ao CAC as decisões mais ativas no Banco. • A gestão do Banco Ilhamar tem sido desenvolvida mediante cooperação de várias partes (CAC, agentes e Ascoma), então todo o planejamento é colaborativo e o monitoramento é trabalhado através das funções que cada elemento participa, seja no acompanhamento do CAC em relação ao desenvolvimento dos empréstimos, seja os agentes trabalhando com precisão no seu controle diário. • Para a comunicação, existe uma articulação com os usuários do Banco, porém nem sempre é de uma forma que seja melhor aproveitada pelos próprios moradores. A Concha é bastante divulgada, por exemplo, mas ainda há espaços na comunidade que precisam ser mobilizados para melhor aceitação da moeda. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em termos de articulação de parcerias com outras instituições, o Banco ainda não expandiu muito esses horizontes. Muitas das parceiras que são estabelecidas estão no próprio local, como a farmácia, o serviço de transporte e entre outras facilidades de Matarandiba. • Quanto à ação do Banco que contribui para a cultura de igualdade de gênero, este é um empreendimento que não distingue a forma de participação entre os gêneros. Apesar de em muitos eventos terceiros apontarem a presença de mais mulheres do que homens no empreendimento, isso não se torna uma colocação que se internaliza entre os membros. Muitas das participações que o Banco se constitui são voluntárias e contam com interesse dos próprios moradores, independente do gênero em questão. 	

Dimensão Sociocultural

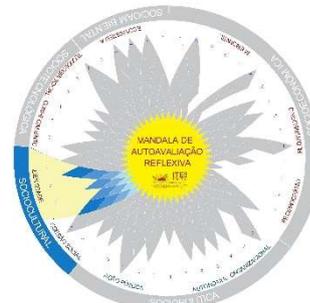
Subdimensão:

Coesão Social



Subdimensão:

Identidade



- Em Coesão Social, o grau de cooperação e confiança que se estabeleceu entre os membros é fundamental para que haja o reconhecimento da importância de cada participante atuante e para que haja o reconhecimento do trabalho exercido pelo Banco na comunidade. Nesse ponto, na relação entre sujeitos, o Banco se encontra uníssono, no qual as pessoas confiam umas nas outras, assim como cooperam entre si.
- Além disso, de forma inteiramente independente de questões financeiras, o trabalho voluntário exercido pelo CAC, por exemplo, acaba por validar esse comparecimento dos participantes e um sentimento de pertencimento ao empreendimento. Isso demonstra o valor que o Banco representa e o envolvimento das partes que o integra.
- Para mais, o Banco ainda contribui para a autoestima dos seus participantes. Um dos pontos fortes da discussão foi que muitos deles se sentem parte do espaço do Banco e por isso continuam querendo aprender mais dentro deste. O fato de existir uma heterogeneidade de componentes no grupo não impede que alguns deles, já com uma idade superior aos demais, se sintam mais fortalecidos ao contribuírem com o Banco

- O enraizamento cultural do empreendimento e a necessidade de integração ao local que atuam estão fortemente relacionados com a própria moeda Concha, que se aplica como representação e valorização do que a localidade oferece. Ela é vinculada ao Banco, porém mais do que isso, é também questão de identidade de Matarandiba.
- No que se refere ao compartilhamento dos valores do empreendimento, no modo em que toca o valorizar e o conhecer a história do Banco, este se encontra menos exercido na prática do Banco atualmente. Essa é uma das questões que se busca entre o grupo para alcançar o planejamento do mesmo. Internamente existe o planejamento e a consciência desta internalização, porém o que se procura é compartilhar mais com a comunidade o papel e a importância de se conhecer os valores, princípios e história do empreendimento. Este ponto é justamente a prática desses valores em relação ao outro, com a comunidade e nas atividades do Banco.

Dimensão Sociotecnológica

Subdimensão:

Conhecimento



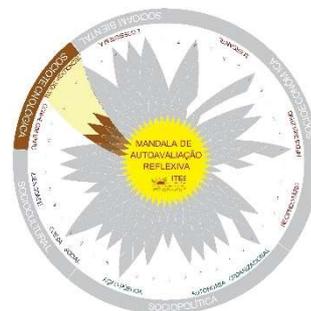
- O conhecimento obtido através de intercâmbios e cursos para melhoria das atividades do BCDI vem sendo reciclado à medida que existe a oportunidade de participação da equipe do Banco em eventos, feiras e encontros de Redes de BCDs. Nesse quesito, o Banco busca participar e se articula para além da participação, conquistar espaços e feiras que possa se introduzir a moeda Concha como opção de troca e comercialização em tais espaços. É uma demanda estabelecida pelos próprios membros do Banco e que nos últimos tempos vêm sendo necessário uma maior iniciativa para implementação definitiva de tal ação.

- Ademais, os conhecimentos necessários para suprir as demandas do empreendimento, ou seja, a compreensão sobre o estar se capacitando para as atividades, vêm demonstrando satisfatoriedade entre os membros para a gestão que o Banco necessita.

- Em termos de mecanismos de compartilhamento de informações, no intuito de haver uma gestão do conhecimento sendo passado de um grupo para o outro que esteja assumindo a condução do empreendimento, há uma necessidade de aprimoramento. Muitas vezes é deixado para que este conhecimento seja passado muito próximo ou diante de uma eminente troca de gestão. Isso acaba por simplificar e até prejudicar os conhecimentos adquiridos em relação ao Banco, ao longo do tempo.

Subdimensão:

Tecnologia Social



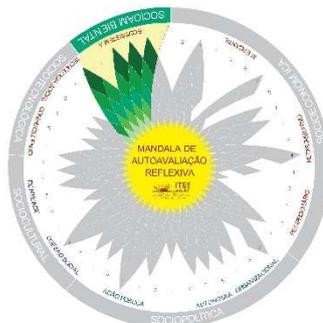
- No desenvolvimento de tecnologias sociais, o empreendimento tem ainda um amadurecimento processual em relação à criação e adaptação de novas formas de melhorar a gestão. Ainda há um posicionamento mais contido em relação às técnicas ou processos habituais que podem ser adaptados para o Banco, por exemplo: novas formas de cobrança para beneficiários e soluções para produtos adquiridos com a inadimplência. Essas são algumas das demandas que estão em pauta, porém não estão em prática ainda.

- Referente à socialização e sistematização dos procedimentos do Banco, muito do que foi realizado é pertencente aos primeiros passos que o Banco deu desde a sua criação. Essa práxis de socializar mecanismos que o Banco utiliza é vista como um ponto que agrega outras atividades, porém, que não está totalmente avançado. Nesse contexto, existe o reconhecimento por parte do grupo que a concentração de informação em um só núcleo vem dificultando o compartilhamento do aprendizado e das informações, até mesmo para a comunidade.

Dimensão Socioambiental

Subdimensão:

Ecossistema



- O Banco Ilhamar se relaciona com o ambiente em que está inserido de forma a refletir um pouco no que diz respeito a gerar impacto para o meio ambiente. O que cabe ao empreendimento de ser executado já vem sendo feito com a finalidade de se evitar gastos excessivos com materiais, inclusive o material necessário já é reutilizável, representando um hábito da própria iniciativa.
- Enquanto empreendimento financeiro, existe a possibilidade de implementar ações que incentivem ou protejam iniciativas que desenvolvam atividades menos danosas ao meio ambiente, ou até que se preocupem com a atividade-fim que realizam. Por exemplo, o Banco poderia fornecer uma linha de crédito voltada para atividades, como artesanato, ou outros tipos, que procure utilizar recursos da própria vila através da reciclagem do próprio descarte que a vila gera. É uma atividade-fim que parte de uma cadeia de impacto positivo para a localidade.

Fonte: elaborado pela autora.

3.4 TESTANDO A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL: GUIA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL PARA UTILIZAÇÃO EM NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS DE IMPACTO

Nesta seção, cabe indicar que muitas vezes os projetos de avaliação não são implementados exatamente conforme o planejado. A escolha de um método de avaliação, como é o caso da avaliação de impacto socioambiental através do guia, requer uma análise prévia de um método – seja ele experimental, quase experimental, ou não experimental –, das características operacionais, particularmente se referindo aos recursos disponíveis, dos critérios de elegibilidade para a determinação dos beneficiários e também do cronograma de implementação do mesmo (GERTLER *et al.*, 2018). Além disso, os autores Stievenart e Pache (2014) sugerem que medir o impacto social é um processo particular em um contexto personalizado, motivado por objetivos e questões bem definidas, e baseado em métodos específicos. Ao passo que algumas características não se configuram com tal proposta, ela passa

a não corresponder como avaliação de impacto, como o próprio guia evidencia em seus objetivos pré-definidos, o que conseqüentemente afeta também o cumprimento das etapas de avaliação.

Nesse contexto, iremos analisar os desafios para a implementação, incluindo o seu cumprimento parcial, o qual importa indicar que a tentativa aqui proposta para aplicação da metodologia de impacto social já nasce com algumas limitações. Isso porque, na prática, “a avaliação de impacto exige que a equipe de avaliação encontre um grupo de comparação para estimar o que teria acontecido aos participantes do programa sem o programa e, em seguida, faça comparações com o grupo de tratamento que recebeu o programa.” (GERTLER *et al.*, 2018, p. 9). Esse é um dos aspectos a serem abordados e que não foi possível de ser realizado ao iniciar a tentativa de testagem da metodologia de avaliação de impacto social através do Guia de avaliação de impacto socioambiental. Para isso, o próximo item irá tratar das condições requeridas para aplicação da metodologia, assim como os limites no protocolo utilizado para montagem e aplicação da metodologia de avaliação de impacto social e sua adaptação ao objeto.

3.4.1 Condições requeridas para a aplicação da metodologia e limites no protocolo utilizado para montagem e adaptação ao objeto

Com base no que foi dito anteriormente, a experimentação do método de avaliação de impacto socioambiental por parte do guia oferece os principais pontos de referência para compreensão do que é avaliação de impacto social. Um desses pontos é o foco na demonstração da relação causal ou na cadeia de efeitos entre uma determinada intervenção e mudanças que são desenvolvidas. Ao mesmo tempo, existem regras claras e bem definidas sobre as operações da metodologia quanto a inclusão ou não de um grupo de comparação, o contrafactual. Quanto a este, esse esforço enfrenta, no entanto, uma grande dificuldade, a de dispor de tal grupo para se avaliar junto ao BCD Ilhamar.

É essencial para a construção da metodologia dispor de bons grupos de comparação que possibilitem um bom desenho da avaliação de impacto. A metodologia prevê diferentes níveis de operação, ou níveis de medição, para que justamente se possa recorrer às alternativas perante a complexidade que é estabelecer grupos de controle, os quais possuem diferenças prévias frente ao grupo tratado (INSPER METRICIS, 2020).

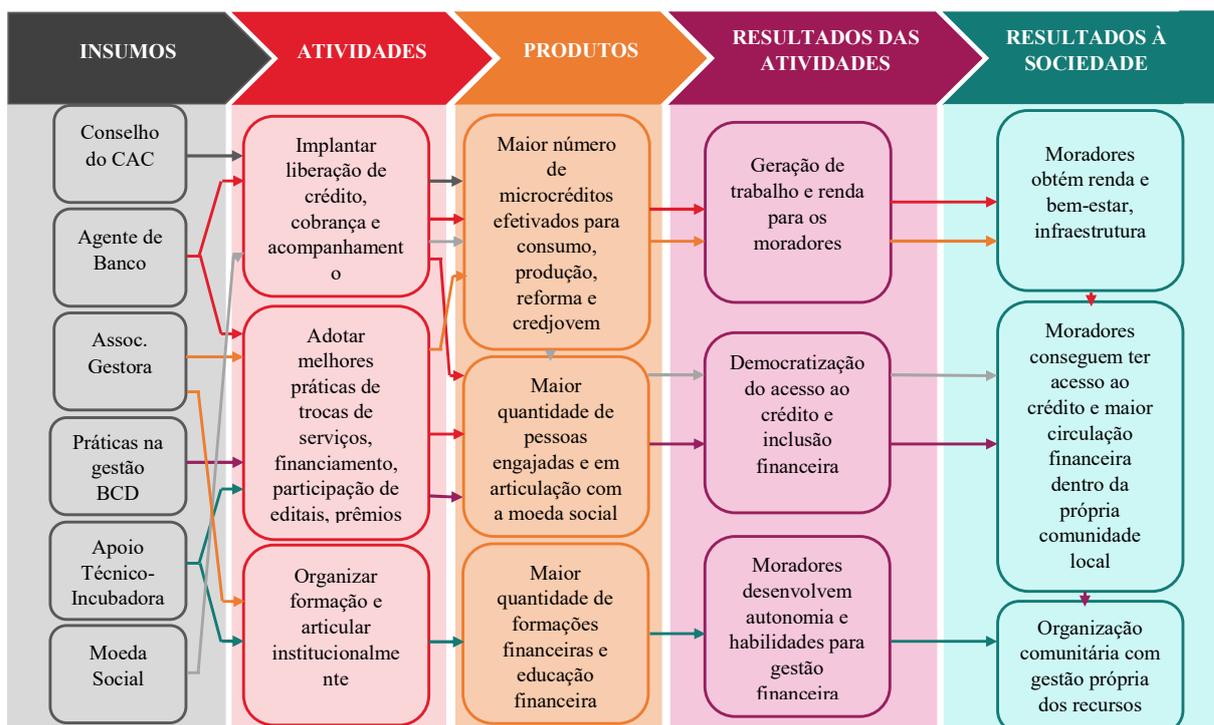
Qualquer que seja a forma de verificação escolhida, é importante manter total transparência sobre o método adotado e suas possíveis limitações. Especificamente, abaixo são propostos níveis (*tiers*) de medição, de acordo com o grau de robustez pretendido para a avaliação de impacto, em especial no que tange ao rigor sobre a aferição do efeito causal do projeto (INSPER METRICIS, 2020, p. 15, grifo do autor).

Diante disso, parte-se do nível básico de medição – que não envolve análise de adicionalidade – para compor o que seria o desenho da avaliação. Vale ressaltar que cada nível permite um rigor maior quando se trata de trabalhar estatisticamente o efeito do projeto ou programa. Dentro do nível básico, o qual se encontra o caso tratado aqui através do BCDI, existe um processo inerentemente limitante, pois recomenda-se “que a maior parte dos indicadores escolhidos seja acompanhada de forma básica, enquanto alguns outros poucos indicadores possam ser medidos utilizando-se níveis de medição mais elevados.” (INSPER METRICIS, 2020, p. 16), o que não foi possível de ser representado por meio deste trabalho. Além disso, o guia informa sobre o tipo de abordagem ao se considerar o nível básico como forma de avaliar. Este não pode ser considerado como um nível de medição, uma vez que não inclui o contrafactual e que a coleta de dados é feita somente para os indivíduos do próprio grupo estudado (grupo dos tratados). Nesse sentido, o nível básico é onde observa-se indicadores de antes e depois, ou seja, permite uma mensuração de resultados, porém não chega necessariamente a inferir se as mudanças foram causadas pelas intervenções (o impacto causado) (INSPER METRICIS, 2020).

Assim que esses elementos contextuais foram definidos em face ao *locus* do Banco Ilhamar na vila de Matarandiba, com a ausência de um contrafactual, nos voltamos para os desafios vinculados à implementação da elaboração do plano de medição. Através do que a metodologia traz, “o plano de medição é essencial para desenhar, operacionalizar, executar e controlar a medição.” (INSPER METRICIS, 2020, p. 6). Para tanto, ele inclui: 1. descrição do projeto e dos seus objetivos; 2. delimitação da população-alvo; 3. *benchmarking*; 4. definição da Teoria da Mudança; 5. definição das métricas; 6. definição do método de verificação de adicionalidade e do nível de medição; 7. plano amostral; e 8. cronograma de medição.

No que diz respeito à descrição do projeto, delimitação da população-alvo e *benchmarking*, todos esses foram descritos no transcrito da seção 3, em “situando” a vila de Matarandiba, juntamente com a RLES e o BCDI. Para o item 4, com a definição da Teoria da Mudança, insistiu-se na necessidade de traçar cuidadosamente uma teoria da mudança que envolvia os atores do Banco, juntamente com o apoio da Incubadora. Nesse intuito, foram realizadas duas reuniões para que fosse possível explicar os mecanismos pelos quais o Banco Ilhamar pode influenciar em relação aos resultados finais. Assim, a Figura 12 a seguir tem a representação da Teoria da Mudança do BCD Ilhamar.

Figura 12 – Teoria da Mudança do Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar



Fonte: adaptada de Insper Metricis (2020), a partir da formação da Teoria da Mudança do BCDI.

A fim de obter uma análise cuidadosa da Teoria da Mudança, foi preciso confrontar diversos trabalhos passados que envolviam o Banco Ilhamar como estudo de caso, além de ter de consagrar tal estrutura, posteriormente, com a presença tanto dos participantes do Banco, quanto com quem também participou do início da construção do mesmo, o apoio técnico (Incubadora).

Embora tendo essa etapa concluída, o procedimento da avaliação de impacto socioambiental requer definição de métricas, isto é, indicadores de resultados e da dimensão dos efeitos previstos (GERTLER *et al.*, 2018). Nesse contexto, a aplicação apresenta razões pelas quais não há uma exploração concreta dos resultados. Limitações como essas impossibilitaram de se obter dados em períodos diversos. Isso se dá, essencialmente, pela defasagem de um painel de indicadores de desempenho do próprio Banco, o qual não se observa variações do início e nem ao longo das suas intervenções.

Portanto, emprega-se o cumprimento parcial, o qual o desafio dos fatores relacionados diretamente ao contexto dos avaliados permaneceram limitantes. A abordagem do desenho ou do protocolo de montagem, de acordo com os passos que o guia propõe, foram definidos, porém, a sua evolução e o seu desempenho foram desenvolvidos tanto com a ausência ou cômputo da adicionalidade quanto da dimensão da contribuição. Dessa forma, não se pôde

avaliar o desempenho do grupo tratado e nem ter um comparativo de controle durante o momento pós-início do estudo. Ademais, seria mais custoso e complexo aderir a um cronograma de medição, já que o tempo zero e o tempo final não puderam ser implementados. Afinal, existe um horizonte temporal necessário para a metodologia poder assim avaliar impacto, não se limitando somente a realização dos passos da mesma.

Ao confrontar tal cenário, nos apoiamos nos principais pontos de referência da metodologia para propor uma abordagem de compreensão do que aproxima ou distancia ambas as metodologias aqui trabalhadas. Em particular, isso diz respeito à indicação dos diferentes tipos de objetivos perseguidos através das duas avaliações, além dos diferentes tipos de famílias de métodos respectivos a cada uma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou explorar e refletir sobre as metodologias de avaliação de utilidade social e impacto social. Para isso, buscou-se recorrer aos conceitos de ambas, nos seus sentidos amplos, para demonstrar o âmbito em que elas se encontram e suas concepções, além de situá-las em relação a um EES, com o BCD Ilhamar. Nesse sentido, a proposta foi efetivada integralmente com a metodologia da Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade a partir da utilidade social e parcialmente com a metodologia do *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos de impacto* (2019).

Com base no referencial conceitual apresentado e na aplicação, a avaliação da utilidade social tornou-se um processo reflexivo para questionar a sustentabilidade do empreendimento em diálogo com os atores e partes interessadas. Como parte da avaliação, premissas de utilidade social são projetadas no exercício da metodologia para que, em termos de contribuição, pudesse identificar construções próprias do empreendimento que envolvam sua funcionalidade, dimensões constitutivas da ação da organização – “Socioeconômica”, “Sociopolítica”, “Sociocultural”, “Sociotecnológica” e “Socioambiental” –, e a consideração de suas ações como um sistema complexo de interações (LASIDA *et al.*, 2016).

De um outro lado, agimos sob a influência de um uso parcial para tratativa da avaliação do impacto social. Razão a qual importa para o não estabelecimento de “meios-fins” da metodologia através do guia. Do ponto de vista da definição da mesma, atribui-lhe reconhecidamente um modelo que represente impactos nas partes interessadas para que seus objetivos sejam alcançados. Identificar impacto, nesse sentido, portanto, significa explicar vínculos causais entre objetivos estabelecidos e resultados obtidos.

Com nosso enfoque dedicado a esses conceitos de impacto social e de utilidade social – centrais sob as condições das metodologias –, o intuito é observar quais os pontos de aproximação e distanciamento das duas propostas. Isso implica articular tensionamentos para ambas, com intuito de estabelecer dimensões de análise diante das ferramentas.

Para Lasida e demais autores (2016), algumas dimensões situam a compreensão do uso das concepções, entre algumas delas, temos: o tipo de legitimidade buscada; a escala de efeitos analisados; e os métodos operacionais de avaliação. Para isso, os autores apresentam uma relação entre impacto social e utilidade social de acordo com cada uma das dimensões. O quadro a seguir resume algumas das abordagens propostas pelos autores.

Quadro 3 – Fontes de tensão

Dimensão	Impacto Social	Utilidade Social
Tipo de legitimidade procurada	Legitimidade gerencial	Legitimidade política
Escala de efeitos analisados	Efeitos individuais	Efeitos coletivos
Métodos de avaliação	Auditar	Debate pluralista

Fonte: adaptado de Lasida e demais autores (2016).

Para a legitimidade buscada, tem-se que o impacto social se relaciona com uma legitimidade dita gerencial, e utilidade social, por sua vez, relaciona-se com um outro tipo de legitimidade, esta dita como legitimidade política. A primeira dimensão ou tensão – legitimidade gerencial e impacto social – é expressa, por exemplo, pela intenção de autoridades públicas e financiadores que desejam ter informações que lhes permitem investir em projetos e que, ao mesmo, procuram ferramentas que possam relatar e identificar esses projetos de acordo com relações de desempenho social (LASIDA *et al.*, 2016). Nesse intuito, é preciso “examinar a relação entre objetivos estabelecidos e os resultados obtidos, por um lado, e identificar a parcela desses resultados que são realmente atribuíveis à intervenção da organização por outro lado.” (LASIDA *et al.*, 2016, p. 4). Isso importa para inferir se os motivos estabelecidos estão consoantes com as necessidades inicialmente identificadas, essencialmente em termos de relevância, e se a relação entre os recursos empregados e os resultados alcançados foi satisfatória. Além disso, esse vínculo entre avaliação de impacto social e legitimidade gerencial diz sobre o que é conhecido por “contratos para impacto social”. Um mecanismo de arranjo financeiro em que um investidor financia um projeto, apoia a sua implementação operacional e, em contrapartida, autoridades públicas reembolsam tal capital empregado, juntamente com os juros, caso os objetivos do programa de ação social estabelecidos pelo contrato forem alcançados ou excedidos. Esse mecanismo é de fato baseado em “[...] uma avaliação externa independente que busca evidências de desempenho social medindo indicadores predefinidos no momento da assinatura do contrato.” (LASIDA *et al.*, 2016, p. 5). Nesse sentido, em uma lógica de legitimidade gerencial, verifica-se “o desempenho de um projeto e sua capacidade de implementar os meios necessários para alcançar os resultados esperados.” (LASIDA *et al.*, 2016, p. 5).

Alternativamente, a relação entre o reconhecimento de utilidade social e uma busca por legitimidade política está em uma busca pelo reconhecimento público, de um valor adicionado

– valor social –, em vez de um gerencial e de desempenho; utilidade social como uma convenção especialmente voltada para valores e propósitos essencialmente plurais (LASIDA *et al.*, 2016). No caso, o sistema probatório da utilidade social afeta uma relação entre o compromisso de realizar certos fins sociais e uma contribuição específica para a comunidade que se reporta com esse tipo de atuação. Ela revisa o valor dos bens e serviços, o que resulta em processo de diferenciação de organizações produtivas que não funcionam sob uma condição de eficiência econômica exclusivamente, mas que dispõe sua dinâmica a serviço também do interesse geral (CONNAUGHTON, 2019).

Nessa significação, a tensão aqui manifestada expõe duas correntes que representam fortemente a proposta de cada uma das metodologias. As legitimidades apresentadas conferem divergências das propostas em que os conceitos de utilidade social e impacto social implicam quando se trata de legitimidade buscada. Por um lado, tem-se o guia com um tipo de legitimidade, solicitado por motivações de análise de desempenho e evidências sobre análise causal. E, por outro lado, a composição da Mandala com a análise local e sua contribuição perante os benefícios coletivos da atividade.

Em uma segunda dimensão, a escala de efeitos analisados, Lasida e demais autores (2016) propõem um tensionamento que toca: efeitos individuais e efeitos coletivos. Tais efeitos individuais reportam sobre a relação estabelecida entre impacto social e causalidade simples.

Quando avaliamos impacto social, analisamos os efeitos das atividades de uma organização em seus *stakeholders* no curto, médio ou longo prazo. Nesse sentido, buscamos identificar mudanças no estado de uma pessoa ou grupo de pessoas após terem vivido intervenção de uma organização. No registro de impacto social, a perspectiva do grupo ou sociedade é baseada em uma abordagem de individualismo metodológico onde o impacto social final é a soma dos impactos em cada um de seus membros (LASIDA *et al.*, 2016, p. 12, grifo nosso).

Dito isso, a abordagem predominante no campo da avaliação de impacto social aparece assim como um modo de estabelecer e explicar os vínculos causais entre os recursos e atividades da organização e seus efeitos sobre as partes interessadas. Tal perspectiva responde a indicadores que aparecem, assim, como uma maneira de simplificar a complexidade da realidade, para tentar verificar se as ações realizadas respondem ou não ao conjunto de compromissos da organização (LASIDA *et al.*, 2016).

Em torno do conceito de utilidade social existe a contribuição de benefícios coletivos, ou efeitos coletivos. A importância de desvelar o registro plural de qualidades coletivas se mostra fundamental para a natureza do uso do conceito. Registro de redução de desigualdades, desenvolvimento de solidariedade e sociabilidade, ênfase nas condições coletivas para coesão social, são alguns dos bens comuns convocados em questões de utilidade social (LASIDA *et*

al., 2016). Nessa estrutura, a “utilidade social é baseada em um questionamento mais amplo e aberto, levando em consideração a diversidade e a natureza sistêmica dos efeitos produzidos por uma atividade em seu contexto social.” (PERRET, 2010, p. 46-47).

Partindo dessa síntese analítica, e usando as metodologias aqui analisadas, enfatiza-se o domínio de cada uma delas dentro de uma estruturação pragmática em que cada uma trabalha. A fim de destacar o âmbito da escala de efeito analisado, a Mandala representa a importância da natureza “coletiva” da utilidade social, e o guia representando a escala de efeitos individuais, levando em conta sua visão de cadeia de causalidade para análise do campo.

E para a última dimensão, métodos de avaliação, coloca-se o registro de uma avaliação através de auditoria independente *versus* o registro de avaliação pluralista. O objetivo de explorar essa dimensão é verificar as abordagens avaliativas associadas à análise de impacto social, com as características de auditoria, e as abordagens avaliativas com proponentes de narrativas plurais associadas à utilidade social (LASIDA *et al.*, 2016). Para isso, uma avaliação independente configurada como auditoria é caracterizada por critérios preestabelecidos, independência estrita de auditores e exigência de velocidade (PERRET, 2010). Ênfase especial dada ao objetivo de fornecer garantias ao patrocinador com verificação de regularidade e responsabilidade com relação aos resultados esperados (LASIDA *et al.*, 2016). Em uma outra modalidade, tem-se a utilidade social e avaliação pluralista, estas estão dentro de um campo concebido por políticas de natureza plural, em um contexto cognitivo, ético e com participação de partes interessadas (LASIDA *et al.*, 2016). Este último diz respeito à necessidade de “levar em consideração” muitos atores e representantes de grupos de interesse que possam participar da avaliação. Nesse seguimento, e a partir do que Gadrey (2004) define, utilidade social é uma “convenção sociopolítica”, esta se mostra capaz de ser “identificada principalmente nos discursos pelos quais pessoas justificam suas ações e respondem a críticas, especialmente em momentos em que convenções são contestadas.” (GADREY, 2004, p. 43). Entende-se então que a avaliação da utilidade social recorre a uma pluralidade de sistemas de valores que coexistem junto aos contextos para uma abordagem de construção compartilhada.

De acordo com esses interesses potencialmente divergentes, os métodos de avaliação operacionais de cada metodologia de avaliação – *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em negócios e investimentos* (2019) de impacto e Mandala de autoavaliação reflexiva da sustentabilidade a partir da utilidade social – se mostram em espaços específicos de atuação e deliberação. Uma caracterizada por critérios ditos de uma avaliação auditoria e, diferentemente desta, a outra se reporta às questões associadas à pluralidade de necessidades das partes interessadas.

Diante de tal conjuntura, podemos concluir que, apesar de suas disparidades em relação às dimensões e abordagens avaliativas, cada metodologia oferece os principais pontos de referência para compreensão dos desafios de intervenções sociais (STIEVENART; PACHE, 2014). Embora realizadas isoladamente e dada a natureza das avaliações, deve-se considerar que a utilização dessas abordagens pode servir como complementos valiosos ao interpretar dados qualitativos e quantitativos (GERTLER *et al.*, 2018). Para isso, deve-se evitar reduzi-las a um conjunto de técnicas, mas sim considerá-las como abordagens, com importantes variações, que visam fomentar discussões e decisões com suas partes interessadas (STIEVENART; PACHE, 2014).

Para além dessa perspectiva, deve-se salientar a compreensão distinta dessas duas noções. Tal como apresentada, a discussão a qual impacto social se propõe, através da metodologia de avaliação de impacto socioambiental, diz sobre uma visão objetiva de contribuir para a mensuração de impactos de uma atividade e distingui-los da influência de outros fatores externos. Uma abordagem que é centrada na verificação de processos de intervenção e no cumprimento de uma avaliação estreitada através de recortes produzidos pela própria delimitação das condições deste tipo de avaliação. De modo alternativo, o outro conceito de avaliação, expresso por algumas definições de utilidade social, diz respeito a uma base de compreensão que pensa em um processo de transformação mais amplo. É caracterizado, em sua integralidade, pelo caráter polissêmico que a abordagem de utilidade social se propõe, respeitando a complexidade, riqueza e profundidade de estudos avaliativos voltados à natureza de projetos associativos.

De forma sumária, metodologicamente as duas metodologias se aproximam de maneira bastante discreta no sentido de que é preciso conhecer o caminho, o qual os atores precisam partilhar a visão e principalmente conhecer o contexto e realidade onde se atua. A falta de clareza ou elucidação do caminho inicial de ambas as metodologias pode se tornar algo desafiador para a avaliação. No entanto, elas divergem no que se refere a chance de reflexão em que cada qual se propõe: a Mandala sobre a noção da utilidade social para uma construção coletiva que reside na sua autoavaliação acompanhada, e o Guia por procedimento de perícia externa que se baseia em princípios relacionados ao tempo, à indicadores e comparação com grupos similares. Por estarem vinculadas a contextos mais específicos de sociedade, utilidade social possui questões e elementos de origem francófona e que estão imbricados fortemente com procedimentos participativos com apropriação e adaptação de critérios e indicadores para ações sociais, enquanto que o contexto de impacto social se encontra como uma tipificação de avaliação anglo-saxônica onde existe a relação do mercado participando dos fins sociais.

Por fim, cabe ainda destacar que, para estudos futuros, é essencial um maior aprofundamento sobre a percepção da metodologia de impacto social, acerca de um processo de testagem completo em relação a mesma. Ressaltamos que o presente trabalho se apresentou com elementos exploratórios e acreditamos ser importante a realização de estudos que executem tais metodologias no intuito de fortalecer as ações daqueles que estão inseridos nesses processos de avaliação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; JUNQUEIRA, R. G. P. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 40, n.1, p. 19-33, 2005.
- ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BARREIRA, M. C. R. *Nobre*. Avaliação Participativa de Programas Sociais. 2. ed. São Paulo: Veras Ed., 2002.
- BELLEN, H.M. V. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- BONILLA, B. E. L. Impacto, impacto social y evaluación del impacto. *Acimed*, Ciudad de La Habana, v. 15, n. 3, 2007. Disponível em: http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol15_3_07/aci08307.htm. Acesso em: 25 set. 2020.
- CASTRO, I. R. *Sustentabilidade Ecológica em Redes Locais de Economia Solidária*. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- CAUQUIL, G. Avant-propos: apprécier l'utilité sociale, un enjeu sensible pour leSFE. In: OFFREDI, C.; RAVOUX, F. (org.). *La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 11-12.
- COELHO, F. D. Finanças Solidárias. In: CATTANI, A. D. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Unitrabalho: Veraz Editores, 2003. p. 153-164.
- CONNAUGHTON, G. *Utilité sociale ou impact social?*. Les paradoxes de l'Economie Sociale et Solidaire d'aujourd'hui face à l'avènement du néolibéralisme. Lyon: Université Lumière Lyon, 2019. v. 2.
- DUCLOS, H. *Évaluer l'utilité sociale de son activité: conduire une démarche d'auto-évaluation*. Paris: Édition Baton Rouge: Polyprint Édition, 2007. (Collection Les Cahiers de Avise, n. 5).
- DUCLOS, H. Quels enseignements tirer de l'évaluation de l'utilité sociale dans le secteur de l'économie sociale et solidaire? In: OFFREDI, C.; RAVOUX, F. (org.). *La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 57-77.
- DUCLOS, H.; GRÉSY, J.-É. *Évaluation de l'utilité sociale de cinq structures de médiation sociale: rapport à Christine Boutin - Ministre du Logement et de la Ville*. Paris: Culture et Promotion, 2008.
- DUE, H. K.; LUND, C. Investing with dual objectives. The investment decision of impact investors and their preferences for the business model of social ventures. *Norwegian School of Economics*, Oslo, 2018. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/71e2/2ac9e50b934c7d330dedfde532608efb2324.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

ESTEVEES, A. M.; FRANKS, D.; VANCLAY, F. Social impact assessment: The state of the art. *Impact Assessment & Project Appraisal. Journal Impact Assessment and Project Appraisal*, Guildford, v. 30, n. 1, p. 35-44, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14615517.2012.660356>. Acesso em: 5 dez. 2019.

FONDA. *ESS et création de valeur: une approche prospective de la mesure d'impact social*. Rapport de la mesure d'impact social: caractéristiques, avantages et limites des démarches existantes. [Paris: s. n.], 2017. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/avisefondalaboess_171220_esscreationvaleur_rapporti_1.pdf. Acesso em: 8 set. 2020.

FRAISSE, L. Utilité sociale et associations: les enjeux de l'évaluation. In: BOUQUET, B.; JAEGER, M.; SAINSAULIEU, I. *Les défis de l'évaluation en action sociale et médicosociale*. Paris: Éditions Dunod, 2007. p. 42-57.

FRAISSE, L. Utilité sociale et économie solidaire: Un rapport ambivalent au coeur de la reconfiguration des régulations publiques. In: ENGELS, X. *et al (org.). De l'intérêt général à l'utilité sociale: la reconfiguration de l'action publique entre État, associations et participation citoyenne*. Paris: L'Harmattan Paris, 2008. p. 101-113. (Collection Logiques sociales).

FRANÇA FILHO, G. C. A economia popular e solidária no Brasil. In: LAVILLE, J.-L. *et al. (org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. *Bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira*. Fortaleza: Arte Visual, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA JÚNIOR, J. T. *et al. (org.). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 117-128.

FRANÇA FILHO, G. C. *Documento de trabalho - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia. Detalhamento dos instrumentos no Guia Metodológico*. Salvador. ITES/UFBA, 2019a.

FRANÇA FILHO, G. C. *Documento de trabalho - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia. Guia metodológico em incubação de EES*. Salvador. ITES: UFBA, 2019

FRANÇA FILHO, G. C. Indicadores para a sustentabilidade em economia solidária: uma questão de utilidade social. In: KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P.(org.). *Economia popular e solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 27-34.

FRANÇA FILHO, G. C. Inovação social e incubação tecnológica em economia solidária: na fronteira de um outro paradigma em CT&I. In: ADDOR, F.; LARICCHIA C.(org).

Incubadoras tecnológicas de economia solidária. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 213-234.

FRANÇA FILHO, G. C. Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento local. Salvador: *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45, p. 219-232, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C.; DURAN PASSOS, Ó. A.V. Microfinanças, microcrédito e comércio justo. In: GESTÃO do desenvolvimento e cultura. Brasília, DF: Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2008. p. 1-30. Material didático.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.-L. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, A. et al. (org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almendina, 2009. v. 1, p. 31-36.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T. *Papel dos bancos comunitários de desenvolvimento na visão da sua rede*. Salvador: Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, 2010. Documento de trabalho.

FRANCE. Loi n° 2014-856, du 31 juillet 2014. Relative à l'économie sociale et solidaire. Plusieurs dispositions de la loi, insérées dans le code de commerce et dans le code du travail, visent à faciliter la transmission d'entreprises à leurs salariés. Droit à une information périodique. *Bulletins officiels des conventions collectives*, Paris, 32 jui. 2014. Disponível em: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000029313296&categorieLien=id>Acesso em: 9 maio 2020.

FRÉMEAUX, P. *L'Economie sociale et solidaire, une économie qui bénéficie à tous* Benoît Hamon présente le projet de loi sur l'Economie sociale et solidaire. Paris: Ministère de l'Économie et des Finances, 2013.

GADREY, J. Utilité sociale. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J.-L. (org.). *Dictionnaire de l'autre économie*. Paris: Desclée de Brouwer, 2005. p. 517-524.

GADREY, J. *L'utilité sociale des organisations de l'économie sociale et solidaire: une mise en perspective sur la base de travaux récents: rapport de synthèse pour la DIES et la MIRE*. Lille: CLERSE-IFRESI: Université de Lille, 2004. v. 1.

GADREY, J. *Nouvelle économie, nouveau mythe?*. Flammarion: Paris, 2000. (Collection "Essais").

GADREY, J.. L'utilité sociale en question: à la recherche de conventions, de critères et de méthodes d'évaluation. In: CHOPART, J.-N.; NEVRET, G.; RAULT, D. *Les dynamiques de l'économie sociale et solidaire*. Paris: La Découverte, 2006. p. 237-279. (Collection Recherches).

GADREY, J.; JANY-CATRICE, F. Les nouveaux indicateurs de richesse. 3. ed. Paris: Editions La Découverte, 2012. (Collection Repères).

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno do *Cadernos CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, 2003.

GALLOPIN, G.C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators: a systems approach. *Environmental Modeling & Assessment*, Berlim, v. 1, n. 3, p. 101-117, 1996.

GERTLER, P. J. *et al. Avaliação de Impacto na Prática*. 2. ed. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial, 2018.

GILLE, A.; LASIDA, E.; MACHADO, F. (org.). *Évaluer l'utilité sociale*. Guide méthodologique pour les entreprises de l'économie sociale et solidaire. [S. l.]: ICP. 2018.

GUIA prático de Avaliação para Negócios de Impacto Social, *Artemisia*, [s. l.], 2017. Disponível em: <http://move.social/guia-pratico-avaliacao-para-negocios-de-impacto-social/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

GUZMÁN, M. *Metodología de evaluación de impacto*. Santiago de Chile: División de Control de Gestión, 2004. Disponível em: https://www.u-cursos.cl/ingenieria/2006/1/IN71W/1/material_docente/bajar?id_material=85529. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSPER METRICIS. *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em projetos e investimentos de impacto: guia geral com foco em verificação de adicionalidade*. 3. ed. São Paulo: Insper Metricis, 2019.

INSPER METRICIS. *Guia de avaliação de impacto socioambiental para utilização em projetos e investimentos de impacto: guia geral com foco em verificação de adicionalidade*. 4. ed. São Paulo: Insper Metricis, 2020.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL (IDIS). *Avaliação de impacto social: metodologias e reflexões*. [Brasília, DF]: IDIS, 2018.

JANY-CATRICE, F. *et al. Evaluer l'utilité sociale de l'Economie Sociale et Solidaire*. Lille: APES, 2014.

JANY-CATRICE, F. *La performance totale: nouvel sprint du capitalisme?*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaire du Septentrion, 2012.

LASIDA, E. *et al. Utilité sociale et impact social: l'évaluation des (communs) dans l'ESS: eçons analytiques tirées d'études de cas empiriques*. In: RENCONTRES DU RÉSEAU INTERUNIVERSITAIRE D'ÉCONOMIE SOCIALE ET SOLIDAIRE, 16., 2016, Montpellier. *Anais [...]*. Montpellier: RIUESS, 2016. p. 1-24.

LAVILLE, J. L. Economia Plural. In: CATTANI, A. D. *et al. Dicionário internacional da outra economia*. Medellín: CES, 2009.

LAVILLE, J. L. *et al. L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Pluriel, 2013.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. *et al. Dicionário internacional da outra economia*. Medellín: CES, 2009.

LAZZARINI, S. G. *et al.* Guia para a Avaliação de Impacto Socioambiental para Utilização em Investimento de Impacto. *Tecnologias de Administração e Contabilidade*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, p. 106-118, 2015.

LAZZARINI, S. G. *et al.* Reconciling financial and social performance through heterogeneous business models: an empirical study of impact-oriented investors. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Reconciling-Financial-Social-Performance-Through-Heterogeneous-Business-Models.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2020.

LAZZARINI, S. G. The measurement of social impact and opportunities for research in business administrativo. *RAUSP Management Journal*, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 134-137, 2018.

LIETAER, B.; KENNEDY, M. *Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable*. Almeria: La Hidra de Lerna Ediciones, 2010.

MÉDA, D. *Au-delà du PIB: pour une autre mesure de la richesse*. Paris: Flammarion, 2008. (Coleção Champs Actuel).

MÉDA, D. *Qu'est-ce que la richesse?*. Paris: Aubier, 1999.

MELO NETO, J. J. Indicadores para a sustentabilidade a partir da favela. In: KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (org.). *Economia popular e solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 81-84.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. *Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade*. Fortaleza: Arte visual, 2007.

MENEZES FILHO, N. A. *Avaliação econômica de projetos sociais*. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012.

OFFREDI, C. Itinéraire d'un questionnement de la notion d'utilité sociale en matière d'évaluation des politiques publiques. In: OFFREDI, C.; RAVOUX, F. (org.). *La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 31-43.

OFFREDI, C.; DAUZIE, C.; RAVOUX, F. L'histoire du groupe national de la SFE "Évaluation et Utilité Sociale": ou la constitution d'une posture évaluative. In: OFFREDI, C.; OFFREDI, C.; RAVOUX, F. (org.). *La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 60-84.

PASSOS, O. A. V. D. *Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade*. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PASSOS, O. A. V. D. Explorando novas práticas organizacionais em economia solidária:

conceito e características dos bancos comunitários. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS*, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: ENEO, 2008. p. 149-173.

PEIXOTO, B. *et al. Avaliação econômica de projetos sociais*. São Paulo: Fundação Itaú, 2016. Disponível em: https://redeitaisocialdeavaliacao-producao.s3-sa-east-1.amazonaws.com/wpcontent/uploads/LIVRO_Av_Economica_2e_20160301_20170123.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

PERRET, B. Utilité sociale, évaluation et nouvelle conception de gouvernance. *In: OFFREDI, C.; RAVOUX, F. (org.). La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 45-50.

PROJETO ECOSMAR. *Relatório Final: etapa I*. Vera Cruz: [s. n.], 2008.

PROJETO ECOSMAR. *Relatório Final: etapa VIII*. Vera Cruz: [s. n.], 2015.

RAVOUX, F. (org.). *La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 17-29.

REIS, T. A. *Sustentabilidade em Empreendimentos da Economia Solidária: pluralidade e interconexão de dimensões*. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

REY, F. L. G. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson, 2005.

RIGO, A. S. *Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas*. 2014. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. *Bancos comunitários e moedas sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva*. Salvador: Edufba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24260>. Acesso em: 6 fev. 2020.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T. Políticas de Microcrédito no Brasil: uma análise a partir do caso dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL*, 6., 2012, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ENAPEGS, 2012. p. 1-15.

SANTANA, C. A. *Bancos comunitários de desenvolvimento e o apoio à promoção do desenvolvimento local: o caso do Banco Ilhamar*, 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, H. T. M. O método qualitativo na investigação de sentidos: uma proposta multipolar para estudos organizacionais. *In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (org.). Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 175-197.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVET, J. M. *et al.* (org.). *Une économie sans argent – Les systèmes d'échanges locaux*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

SILVA JÚNIOR, J. T. *Utilidade social e finanças solidárias: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros*. 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SINGER, P. O Banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: NUCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. São Paulo: A9 Editora, 2013. p. 35-40.

SOBRE a Artemisia. *Artemisia*, [s. l.], 2014. Disponível em: <http://artemisia.org.br/conteudo/negocios/impacto-social.aspx>. Acesso em: 3 jan. 2020.

SOUZA, E. B. *As Políticas de Finanças Solidárias no Brasil e as Experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs): um estudo sobre o Banco Comunitário de Matarandiba-BCD-Ilhamar-BA*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

STIEVENART, E.; PACHE, A. C. Evaluer l'impact social d'une entreprise sociale : points de repère. *Revue internationale de l'économie sociale*, Paris, n. 331, p. 76-92, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1023486ar>. Acesso em: 28 de set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento. *Mandala de Autoavaliação Reflexiva – Atualização Técnica*. Salvador. UFBA ITES, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial. *Mapeamento da produção e do consumo local*. Salvador: UFBA ITES, 2008a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial. *Relatório da primeira fase do projeto EcosMar*. Salvador: UFBA ITES, 2008b.

VANCLAY, F. *et al.* *Social Impact Assessment: guidance for assessing and managing the social impacts of projects*. Fargo: International Association for Impact Assessment, 2015. Disponível em: http://www.apantropologia.org/apa/wp-content/uploads/2018/07/Guia-Impactos-Sociais_Vanclay-et-al_2015.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

VANCLAY, F. International Principles for Social Impact Assessment. *Impact Assessment & Project Appraisal*, Guilford, v. 21, n. 1, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3152/147154603781766491>. Acesso em: 14 dez. 2019.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

VISÃO CIDADE. [S. l.], 2020.

VIVERET, P. *Reconsidérer la richesse*. Paris: Éditions de L'aube, 2004.

VIVERET, P. *Reconsidérer la richesse*. Paris: Éditions de L'aube, 2010.

ANEXO A – MANDALA DE AUTOAVALIAÇÃO REFLEXIVA A PARTIR DA UTILIDADE SOCIAL

Questões

Dimensão Socioeconômica

Mercantil

- 1 – Em que medida o empreendimento vem conseguindo comercializar seus produtos e serviços?
- 2 – Em que medida recursos advindos de vendas de produtos conseguem cobrir os custos do empreendimento?
- 3 – Em que medida a comercialização possui muitos compradores?
- 4 – Em que medida o empreendimento consegue manter níveis de comercialização relativamente regulares?
- 5 – Em que medida o empreendimento constrói vínculos com os consumidores para comercializar? (Ex. Empreendimentos que fazem associações para consumir ou fidelizar clientes)
- 6 – Em que medida o empreendimento constrói vínculos com outros ofertantes e fornecedores para comercializar?
- 7 – Em que medida o empreendimento se articula com o poder público para comercializar?
- 8 – Em que medida a comercialização gera renda aos participantes do empreendimento?

Redistributivo

Transferência direta de recursos, por exemplo; através de editais públicos ou privados para os Empreendimentos Econômico Solidário – EES

- 1 – Em que medida recursos de organizações públicas e privadas contribuem para o empreendimento?
- 2 – Em que medida recursos de financiamento externo vêm contribuindo para o empreendimento?
- 3 – Em que medida o empreendimento consegue manter níveis de financiamento constantes?
- 4 – Em que medida o financiamento externo gera renda aos participantes do empreendimento?

Reciprocitário

- 1 – Em que medida a troca e o compartilhamento de recursos (insumos, equipamentos, pessoal) contribuem para as atividades do empreendimento?
- 2 – Em que medida a participação voluntária vem sendo suficiente para as atividades do empreendimento?
- 3 – Em que medida práticas de financiamento coletivo contribuem para as atividades do empreendimento (Ex. Poupança coletiva, *crowdfunding*)?
- 4 – Em que medida a reciprocidade contribui para geração de renda aos participantes do empreendimento?

Dimensão Sociopolítica

Autonomia Organizacional

Conduzir seu próprio processo de gestão; a autogestão como uma construção gradual sendo endógena (preferencialmente) ou exógena;

- 1 – Em que medida o grupo vem conseguindo realizar as suas atividades com autonomia?
- 2 – Em que medida os membros do empreendimento participam ativamente das decisões organizacionais?
- 3 – Em que medida o empreendimento planeja e avalia as suas atividades?
- 4 – Em que medida o empreendimento tem conseguido realizar o monitoramento das suas atividades?
- 5 – Em que medida o grupo tem conseguido realizar a gestão financeira do empreendimento?
- 6 – Em que medida o empreendimento tem sua importância reconhecida nos seus locais de atuação?
- 7 – Em que medida o empreendimento tem realizado a sua comunicação interna e externa?

Ação Pública

Articulação e incidência política em forma de redes, articulação institucional, prefeitura, etc;

- 1 – Em que medida o empreendimento vem articulando parcerias com outras instituições?
- 2 – Em que medida o empreendimento vem participando de espaços de debate público?
- 3 – Em que medida a atividade do empreendimento contribui para grupos excluídos? (Obs. Inclusão social de grupos excluídos)

4 – Em que medida o empreendimento é importante para o seu território?

5 – Em que medida o empreendimento contribui para a geração de trabalho e renda no seu território?

Dimensão Sociocultural

Coesão Social

1 – Em que medida os participantes do empreendimento confiam e cooperam entre si?

2 – Em que medida os participantes do empreendimento se sentem parte dele?

3 – Em que medida o empreendimento contribui para a autoestima dos seus participantes?

Identidade

1 – Em que medida o empreendimento compreende a importância da valorização das diversidades (raça, gênero, PCD, etc)?

2 – Em que medida todos os participantes compartilham os valores do empreendimento?

3 – Em que medida todos os participantes conhecem e valorizam a história do empreendimento?

4 – Em que medida o empreendimento inclui em sua prática elementos da cultura local?

Dimensão Sociotecnológica

Conhecimento

1 – Em que medida o empreendimento participa de intercâmbios e cursos para a melhoria das suas atividades?

2 – Em que medida o empreendimento tem os conhecimentos necessários para suprir suas demandas?

3 – Em que medida o empreendimento estimula processos internos de formação e socialização de conhecimentos?

Tecnologia Social

1 – Em que medida o empreendimento consegue adaptar ou criar novas técnicas para a gestão das suas demandas?

2 – Em que medida as técnicas criadas são socializadas entre os participantes dos empreendimentos?

3 – Em que medida as técnicas criadas são sistematizadas e disponibilizadas?

Dimensão Socioambiental

Ecossistema

1 – Em que medida o ambiente de trabalho proporciona condições saudáveis para seus participantes?

2 – Em que medida a conscientização ambiental dos participantes produz impacto positivo no ecossistema local? (Ex. Campanha de mobilização para limpeza do manguezal – A consciência do coletivo leva uma ação que impacta positivamente o meio ambiente)

3 – Em que medida os recursos adquiridos pelo empreendimento não impactam negativamente no meio ambiente? (Ex. Insumos adquiridos pelo empreendimento que não impactem o meio ambiente)

4 – Em que medida o empreendimento potencializa o rendimento e/ou reaproveitamento dos recursos?

5 – Em que medida os resíduos das atividades recebem destinação adequada?

ANEXO B – ORIENTAÇÕES PARA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA MANDALA DE AUTOAVALIAÇÃO REFLEXIVA

INTRODUÇÃO

A Mandala de Autoavaliação Reflexiva é uma metodologia de avaliação de empreendimento da economia popular e solidária que é realizada pelos seus próprios participantes do empreendimento. O objetivo da metodologia é possibilitar a reflexão sobre a sustentabilidade da organização, ao identificar suas fragilidades e fortalezas, e conceber ideias que ajudem a superar a fragilidade e potencialize as fortalezas identificadas.

Os participantes serão levados a refletir sobre a sustentabilidade de seu empreendimento em relação a diversos aspectos que permeiam a sua atuação. Assim, a avaliação será realizada a partir de cinco dimensões principais: econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental.

Para possibilitar a autorreflexão, esta metodologia foi pensada em forma de jogo, com a intenção de criar ludicidade e incentivar o engajamento dos participantes no processo, sem perder a profundidade desta enquanto ferramenta de avaliação. Dessa forma, utiliza-se diversos elementos da ‘*gameficação*’ como a atribuição de valores, estímulos visuais, compartilhamento das “regras” do jogo e atribuição de papéis.

Quais tipos de empreendimentos podem utilizar a Mandala?

Esta metodologia é dirigida a empreendimentos associativos e comunitários que atuem na perspectiva do desenvolvimento dos seus participantes e do seu local de atuação. Seja estes integrantes da economia popular e solidária, da economia colaborativa, da economia criativa e de tantas outras dinâmicas econômicas propostas.

Da mesma forma, não há restrição quanto aos tipos de atividades desempenhados por esses empreendimentos, podendo ser aplicadas, por exemplo, tanto em empreendimentos produtivos quanto culturais. Assim, com essa possibilidade de ser aplicada a empreendimentos de diversos segmentos, esta metodologia permite ampliar a reflexão dos grupos, indo além dos aspectos diretamente alinhados à sua atividade principal. Proporcionando assim, um olhar sobre a organização como um todo, sua sustentabilidade.

Quais os materiais utilizados?

Tal qual um jogo de tabuleiro, essa metodologia utiliza uma superfície plana que dispõe de uma visualização que permita identificar elementos e desenvolvimento do jogo. Esta superfície possui o desenho e formato de uma mandala, sendo possível visualizar as dimensões de análise e os espaços destinados a atribuição de valores pelo grupo.

A metodologia utiliza também alguns cartões que contém as questões de cada dimensão de análise. É a partir dessas questões que o grupo refletirá sobre o próprio empreendimento e para cada uma delas atribuirá valores. Esses cartões terão as cores correspondentes a cada uma das cinco dimensões a serem analisadas.

Outro material utilizado são as paletas de cores que servirão para sinalizar os valores atribuídos às questões em cada dimensão. Essas paletas terão cores em gradientes permitindo identificar os diferentes valores atribuídos pelo grupo. Assim, será possível visualizar na mandala as dimensões de análise que possuem fragilidades (cores mais claras) e fortalezas (cores mais intensas).

Além disso, será utilizado um recipiente, podendo ter um formato de caixa, onde será guardado as ideias/concebidas pelo grupo durante o jogo, o Banco de Sementes. Como também será necessário haver um formulário, impresso ou digital, contendo todas as questões do jogo e um espaço em branco para o sistematizador registrar os valores atribuídos e frase síntese do grupo, além de suas próprias observações.

Como é a atribuição de valores?

Para cada questão das dimensões de análise, os participantes deverão considerar a realidade mais atual do empreendimento, tendo como base o último ano de atuação. Posteriormente, atribuição de valores de 1 a 5 para cada questão, sendo estes classificados como: péssimo, ruim, regular, bom e ótimo. Além disso, cada valor atribuído será representado na mandala pelas cores correspondentes.

Cada participante atribuirá individualmente valor às questões e justificará na reflexão coletiva, sendo atribuída na mandala somente os valores acordados pelo grupo. O principal objetivo da atribuição de valores é permitir uma reflexão e avaliação do empreendimento por todos os participantes, além de permitir visualizar ao final do jogo o conjunto dessa autoavaliação, por conseguinte, o cenário atual de sustentabilidade.

Quem são os personagens/participantes da Mandala?

Neste jogo existem 3 tipos de participantes: os jogadores, o facilitador e o sistematizador. Todos são importantes para a dinâmica do jogo, mas cada uma possui uma função específica que garantirá a adequada utilização da ferramenta.

Os Jogadores

São as pessoas que fazem parte diretamente do empreendimento e possui o conhecimento necessário para avalia-lo. Estes jogadores irão refletir coletivamente sobre a organização, ou seja, jogar o jogo.

Sendo que, não existe um número específico de jogadores para participar do jogo, contudo um grupo muito grande de pessoas pode aumentar o tempo de jogo e diminuir o engajamento destes durante o processo.

Assim, cabe aos jogadores:

- Seguir as orientações dadas pelo facilitador;
- Atribuir valores às questões;
- Justificar o valor atribuído;
- Alterar a síntese das subdimensões feitas pelo sistematizador, quando for necessário;
- Guarda-las no Banco de Sementes;
- Solicitar ao sistematizador o registro de alguma informação;

O Facilitador

É a pessoa com domínio total da metodologia e que irá conduzir o jogo. Pode ser um participante da organização, mas de preferência que seja uma pessoa externa ao empreendimento. É imprescindível que esse facilitador não tenha relação conflituosa ou

autoritária com os participantes. Ele deve orientar a dinâmica do jogo, mas não influenciar na reflexão dos jogadores.

Cabe ao facilitador:

- Explicar o objetivo e regras do jogo;
- Explicar o conceito de cada dimensão e subdimensão para os jogadores;
- Cuidar do tempo das reflexões para não se estender muito;
- Mediar o processo de atribuição de valores;
- Incentivar a escuta do grupo em relação às opiniões diferentes dos jogadores;
- Solicitar ao sistematizador a leitura das frases sínteses;

O Sistematizador

É a pessoa que sistematiza as reflexões dos jogadores. Ele pode ser um participante do empreendimento, mas não jogará o jogo. Seu papel é importante, pois permitirá que as reflexões dos jogadores sejam registradas e sistematizadas, permitindo que os jogadores se concentrem somente no jogo (sem se preocupar em parar para fazer anotações). Ademais, possibilitará que os participantes do empreendimento possam utilizar essa sistematização e ações futuras, como no próprio planejamento interno.

A função do sistematizador é:

- Anotar os valores atribuídos pelo grupo em cada questão;
- Fazer a síntese das reflexões do grupo em cada subdimensão;
- Ler a síntese após cada subdimensão analisada;
- Realizar a alteração das sínteses quando solicitadas pelos jogadores;
- Anotar e guardar as ideias dos jogadores ao longo do jogo;

Passo a passo do jogo

Passo 1 – O facilitador explica o objetivo da mandala e as regras do jogo;

Passo 2 – O grupo sorteia a primeira dimensão a ser analisada;

Passo 3 – O facilitador explica o conceito da dimensão a ser analisada. Se essa dimensão possuir outras subdimensões, o facilitador explicará o que cada subdimensão significa;

Passo 4 – O facilitador entregará a primeira questão dessa dimensão ou subdimensão para os jogadores lerem. A depender do contexto de cada grupo, o facilitador pode ler as perguntas para os jogadores;

Passo 5 – Cada jogador responde à questão, atribuindo um valor e justificando-o. A partir da reflexão coletiva, o grupo atribuirá um valor único para a questão. Nesse momento o facilitador pode orientar os jogadores para facilitar esse processo de aprovação coletiva da condição “péssima”, “ruim”, “regular”, “boa” e “ótima” das questões. No caso da pergunta que não se aplica a natureza das atividades do empreendimento, coloca-se uma tarjeta com cinco sinais de forma diferente, mas no mesmo padrão de cores dos demais casos;

Passo 6 – Ao longo do jogo, caso os jogadores tenham ideias que possam fortalecer o empreendimento num determinado aspecto analisado, estes podem pedir ao sistematizador para anotar a ideia e guardá-la no Banco de Sementes;

Passo 7 – O grupo coloca no tabuleiro a paleta de cor correspondente ao valor gerado para as questões e o sistematizador anota o valor no formulário;

Passo 8 – Ao finalizar as perguntas de uma subdimensão, o facilitador solicita que o sistematizador leia a frase síntese da subdimensão que foi criada a partir da observação da reflexão do grupo. Caso estejam de acordo, o grupo aprova a frase síntese. Do contrário, o grupo indicará qual é a frase síntese da reflexão naquela subdimensão;

Passo 9 – O facilitador explica o conceito da próxima subdimensão a ser analisada pelo grupo. Caso não haja subdimensões, o grupo sorteia a próxima dimensão que avaliarão;

Passo 10 – Repetem-se os passos anteriores de explicação do conceito, leitura das questões, reflexão do grupo, atribuições de valor, geração de ideias e leitura da frase síntese das subdimensões;

Passo 11 – Ao final da mandala, após os jogadores refletirem sobre todas as dimensões de análise, eles analisarão as cores das dimensões e da mandala como um todo. Nas dimensões, a extensão indica as fortalezas do empreendimento dentro da dimensão. Na mandala como um todo, a completude dos anéis indica o equilíbrio de sustentabilidade do empreendimento;

Passo 12 – O grupo reflete sobre os resultados da mandala e compartilha as percepções em relação a metodologia;

Passo 13 – O sistematizador entrega ao grupo o formulário com as informações sobre os valores atribuídos por questão e frases sínteses.

Notas sobre a Metodologia

1 – Notas explicativas para cada questão devem ser portadas pelo facilitador – com exemplos;

Como jogar o jogo?

1. Passo 1 – Explicação básica da mandala – a ideia da autorreflexão da sustentabilidade plural;
2. Explica a dimensão;
3. Na pergunta:
 - a. Leitura da pergunta;
 - b. Explicação do facilitador;
 - c. Falas livres – reflexão;
 - d. Nota e tópicos de síntese
4. Na subdimensão concluída, o grupo faz uma avaliação sobre a visão de cada;

2 – Qual a medida que o jogo usará?

Valores de 1 a 5 - “péssima”, “ruim”, “regular”, “boa” e “ótima”;

3 – Como fazer para a sistematização?

A aplicação tem que contar com um mediador e sistematizador. O sistematizador faz um registro dos consensos, em tópicos, em cada questão;

4 – Introdução que cabe ao facilitador; explicações sobre:

- O que é esse jogo?
 - Autoavaliação reflexiva;
- Como ele foi criado? Qual o sentido/objetivo da metodologia?
 - Citar Incubadora (ITES/UFBA)
 - Falar de Sustentabilidade Plural;
 - Justificativa – Qual a necessidade? Por quê um jogo? Por quê a ludicidade?
 - Metodologias Integrativas;
- Para qual público esse jogo se aplica? A quem se destina?
 - Empreendimento coletivos – Associações comunitárias, ESS, Iniciativas populares;

5 – Os papéis

Facilitador – É a pessoa com domínio total da metodologia que irá conduzir o jogo – ele pode ser um membro do grupo, mas preferencialmente não;

- Ele explica o conceito de cada dimensão e subdimensão;
- Ele cuida do tempo de reflexão;
- Ele media o processo de atribuição de cores;
- Fica atento às opiniões fora do senso comum, dentro a fala aquele que atribuiu uma nota destoante;
- Após cada subdimensão completada, o facilitador convida o sistematizador a ler as frases que sistematizou;

Sistematizador – Ele terá que ter um formulário com todas as perguntas onde ele:

- Anota a pontuação atribuída a cada pergunta;
- Faz sínteses a partir da reflexão dos grupos sobre perguntas, considerando pontos importantes;
- Após as perguntas da subdimensão, o sistematizador lê as frases que pontuou;

- O sistematizar e alterar, a partir das observações do grupo;
- Banco de sementes: anota e guarda ideias que surgem dentro do Banco de Sementes.

ANEXO C – SISTEMATIZAÇÃO SÍNTESE - MANDALA

Empreendimento:	Projeto...	DATA:	/ /
Equipe:			
Horário Inicial:			
Horário Final:			

SOCIOECONÔMICO								
SUB	Q	Verme lho	Laran ja	Amar elo	Azul	Verde	OBSERVAÇÕES	FRASE SÍNTESE
MERCANTIL	1							
	2							
	3							
	4							
	5							
	6							
	7							
	8							
REDISTRIBUTIVO	1							
	2							
	3							
	4							
RECIPROCITÁRIO	1							
	2							
	3							
	4							

SOCIOPOLÍTICA								
SUB	Q	Verme lho	Laran ja	Amar elo	Azul	Verde	OBSERVAÇÕES	FRASE SÍNTESE
AUTONOMIA ORGANIZACIONAL	1				Bom			Ex. O grupo avalia a subdimensão como boa, tendo como ponto de tensão a questão da comunicação e as variáveis externas como a influência dos financiadores e contextos externos do campo.
	2				Bom			
	3				Bom			
	4					ótimo		
	5				Bom			
	6			regular				
	7	não se aplica						
AÇÃO PÚBLICA	1							
	2							
	3							
	4							
	5							

SOCIOCULTURAL								
SUB	Q	Verme lho	Laran ja	Amar elo	Azul	Verde	OBSERVAÇÕES	FRASE SÍNTESE
COESÃO SOCIAL	1							
	2							
	3							
IDENTIDADE	1							
	2							
	3							
	4							

SOCIOTECNOLÓGICA								
SUB	Q	Verme lho	Laran ja	Amar elo	Azul	Verde	OBSERVAÇÕES	FRASE SÍNTESE
CONHECIMENTO	1							
	2							
	3							
TECNOLOGIA SOCIAL	1							
	2							
	3							

SOCIOAMBIENTAL								
SUB	Q	Verme lho	Laran ja	Amar elo	Azul	Verde	OBSERVAÇÕES	FRASE SÍNTESE
ECOSSISTEMA	1							
	2							
	3							
	4							
	5							